

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TESE**

**Sobre O Desejo de Ser Capital: Descrições das Cidades  
Ibéricas em Tempos de Monarca Ausente (Séculos XVI E  
XVII)**

**Daniela Rabelo Costa Ribeiro Paiva**

**2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**SOBRE O DESEJO DE SER CAPITAL: DESCRIÇÕES DAS CIDADES  
IBÉRICAS EM TEMPOS DE MONARCA AUSENTE (SÉCULOS XVI E  
XVII)**

**DANIELA RABELO COSTA RIBEIRO PAIVA**

*Sob a Orientação da Professora*  
**Doutora Mônica da Silva Ribeiro**

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutor em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001*

*This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Fincance Code 001*

Seropédica, RJ  
Novembro de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P142s Paiva, Daniela Rabelo Costa Ribeiro, 1988-  
Sobre O Desejo de Ser Capital: Descrições das  
Cidades Ibéricas em Tempos de Monarca Ausente  
(Séculos XVI E XVII) / Daniela Rabelo Costa Ribeiro  
Paiva. - 2018.  
106 f.: il.

Orientadora: Mônica da Silva Ribeiro.  
Tese (Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

1. Idade Moderna Ibérica. 2. Descrição Urbana. 3.  
Capital. 4. Lisboa. 5. Madrid. I. Ribeiro, Mônica da  
Silva, 1981-, orient. II Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História  
III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E  
DOUTORADO**

**DANIELA RABELO COSTA RIBEIRO PAIVA**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTORA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM 27/11/2018

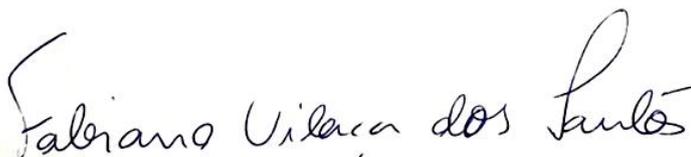
Banca Examinadora:



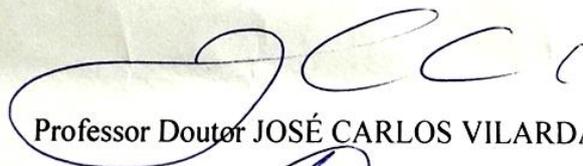
Professora Doutora MÔNICA DA SILVA RIBEIRO  
Orientadora e Presidente da Banca - UFRRJ



Professora Doutora PATRÍCIA SOUZA DE FARIA - UFRRJ



Professor Doutor FABIANO VÍLACA DOS SANTOS – UERJ



Professor Doutor JOSÉ CARLOS VILARDAGA - UNIFESP



Professor Doutor MARCELLO JOSÉ GOMES LOUREIRO – COLEGIO NAVAL

## **AGRADECIMENTOS**

Diversas pessoas contribuíram na realização da presente tese. Sou profundamente grata a todas. Sabendo que deixarei de mencionar injustamente muitas delas, quero deixar expresso os meus agradecimentos, principalmente, à minha orientadora, Doutora Mônica Ribeiro. Seu incentivo, disponibilidade e apoio se mostraram fundamentais para a conclusão desse trabalho. Aqui lhe manifesto a minha mais profunda gratidão. Estendo meus agradecimentos aos alunos, funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ pela forma atenciosa como sempre me trataram. Também, aos docentes que participaram das bancas de qualificação e defesa de doutorado pelas importantes contribuições que ofereceram a minha pesquisa. Aos familiares e amigos, que me ofereceram suporte nos momentos mais difíceis. Por fim, ao querido professor e amigo Doutor Francisco Cosentino, que sempre estará vivo em nossas lembranças e corações. Tenho a convicção de que essa conquista não seria alcançada sem a contribuição de vocês. Muito obrigada!

PAIVA, Daniela Rabelo Costa Ribeiro Paiva. Sobre **O Desejo de Ser Capital: Descrições das Cidades Ibéricas em Tempos de Monarca Ausente (Séculos XVI e XVII)**. 2018.107p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

## RESUMO

A tese realizou um estudo das descrições urbanas de Lisboa e de Madrid produzidas nos séculos XVI e XVII, que foram analisadas sob as perspectivas da Nova História Política. Esse gênero textual conquistou maior expressividade no período em que essas cidades deixaram de contar com a presença real: Lisboa, na ocasião da incorporação de Portugal à monarquia hispânica (1580-1640), e Madrid, da mudança de Felipe III para Valladolid (1601-1606). Seus autores utilizaram-nas para lamentar as consequências da ausência régia e para tentar convencer os monarcas a escolherem as respectivas cidades como capital e sede da corte definitiva. O objetivo da tese foi compreender como esses autores representaram o papel e a condição dessas cidades quando deixaram de ser centro burocrático e corte régia. Também, como participaram da formação de uma identidade urbana e do processo de capitalização. Esse processo teria se revelado atípico nas cidades ibéricas, pois o período em que o monarca esteve ausente teria sido fundamental para que fossem reconhecidas como capitais. Isso foi utilizado para repensar a relação que foi construída entre o rei e a capital. Espera-se que a tese estimule outras pesquisas a buscarem histórias que sejam comuns entre Portugal e Espanha, amenizando o fosso que a historiografia criou entre os países ibéricos.

**Palavras-chaves:** Idade Moderna Ibérica, Capital, Descrições Urbanas.

PAIVA, Daniela Rabelo Costa Ribeiro. **On The Desire to be Capital: Urban Descriptions of the Iberian Cities in Times of Absent Monarch (16th and 17th centuries)**. 2018. 107p. Thesis (Doctored degree in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

### **ABSTRACT**

This thesis has analyzed the Urban Descriptions made in Lisbon and Madrid in the XVI and XVII centuries under the New Political History perspectives. This text format was most expressive during the period in which those cities did not have the Royal presence: Lisbon, due to its incorporation by the Hispanic Monarchy (1580-1640); and Madrid, when King Philip III moved to Valladolid (1601-1606). The authors of those texts used the format to lament the regal absence, and also did so to elaborate on reasons to convince the monarchs to choose the respective cities as the definitive headquarters for the royal court, and for the capital. The objective of the thesis is to better understand how those authors represented the roles of those cities in the times in which they ceased being the regal court and bureaucratic center. Also, how they participated in the formation of an urban identity and in the process of selecting the capital. This process revealed itself unusual in the iberic cities because the period in which the monarch was absent would have been essential if they were to be recognized as capital. This was used to rethink the relationship that was built between the king and the capital. It is hoped by this thesis to stimulate historians to seek a common history of Portugal and Spain, lessening the focus given by historiography in separating the iberic countries.

**Key-words:** Iberic Modern Age, Capital, Urban Descriptions.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> George Braun, <i>Ulysipo</i> .....	<b>35</b>
<b>Figura 2-</b> Georg Braun e Franz Hoyerberg, <i>Urbium praecipuarum mundi theatrum quintum</i> .....	<b>35</b>
<b>Figura 3-</b> Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal .....	<b>37</b>
<b>Figura 4-</b> Mercado da Ribeira Velha .....	<b>39</b>
<b>Figura 5-</b> Chafariz d'el Rey no século XVI .....	<b>41</b>
<b>Figura 6-</b> Francisco de Holanda, Desenho do Chafariz do Rossio .....	<b>42</b>
<b>Figura 7-</b> Planta Topográfica do Aqueduto das Águas Livres de Lisboa .....	<b>44</b>
<b>Figura 8-</b> Theodor de Bry, O Porto de Lisboa.....	<b>47</b>
<b>Figura 9-</b> Filipe Lobo, Vista do Mosteiro dos Jerónimos.....	<b>47</b>
<b>Figura 10-</b> Domingues Vieira Serrão, Desembarque de Filipe III no Terreiro do Paço .....	<b>60</b>
<b>Figura 11-</b> Anton Van der Wyngaerde, <i>Vista de Madrid</i> .....	<b>63</b>
<b>Figura 12-</b> Pedro de Teixeira e Albuerne, <i>Topografia de la Villa de Madrid</i> .....	<b>65</b>
<b>Figura 13-</b> Louis Meunier, Naumaquia en el estanque Del Buen Retiro .....	<b>68</b>
<b>Figura 14-</b> Milagro de la Virgen de Atocha em las obras de construcción de la Casa de la Villa .....	<b>69</b>
<b>Figura 15-</b> La Tarasque de Madrid en 1663 .....	<b>75</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO I: AS DESCRIÇÕES DE LISBOA E DE MADRID</b> .....	10
<b>1.1- A influência dos clássicos e dos modernos</b> .....	11
<b>1.2- A influência do rei (ausente)</b> .....	15
<b>1.3- Fontes</b> .....	17
1.3.1- Fontes portuguesas .....	17
1.3.2- Fontes espanholas .....	26
<b>1.4- Considerações finais</b> .....	32
<b>CAPÍTULO II: LISBOA NOS SÉCULOS XVI E XVII</b> .....	33
<b>2.1-Espaço urbano e arquitetônico</b> .....	33
<b>2.2- Entorno</b> .....	35
<b>2.3- Abastecimento</b> .....	38
2.3.1- Abastecimento de alimentos .....	38
2.3.2- Abastecimento de água .....	40
<b>1.4- População</b> .....	44
1.4.1- Evolução da população .....	44
1.4.2- Crises de Mortalidade .....	48
<b>2.5- Rituais e Cerimônias</b> .....	51
2.5.1- Procissões.....	51
2.5.2- Entradas Régias.....	56
<b>2.6- Considerações finais</b> .....	60
<b>CAPÍTULO III: MADRID NOS SÉCULOS XVI E XVII</b> .....	61
<b>3.1-Arquitetura e urbanismo</b> .....	61
<b>3.2- Abastecimento de água</b> .....	64
<b>3.3- População</b> .....	69
<b>3.4- Festas populares</b> .....	71
<b>3.5- Considerações finais</b> .....	75
<b>CAPÍTULO IV: O REI (AUSENTE) E SUA CAPITAL</b> .....	77
<b>4.1- Lisboa: Rainha do Tejo, do Mar e de Portugal</b> .....	79
<b>4.2- Madrid: de Vila a Capital do Império Hispânico</b> .....	83
<b>4.3- O abandono do rei</b> .....	87
<b>4.4- Sobre o papel e a condição da capital</b> .....	92
<b>CONCLUSÃO</b> .....	100
<b>FONTES</b> .....	102

<b>Dicionários históricos</b> .....	102
<b>Fontes iconográficas</b> .....	102
<b>Fontes impressas</b> .....	102
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	104

## INTRODUÇÃO

A partir do século XVI, como ocorreu com outras monarquias europeias, Portugal e Espanha passaram por um esforço de sedentarização. A corte havia crescido significativamente, bem como a burocracia ligada ao rei e às conquistas ultramarinas, o que tornou inviável a manutenção de um governo itinerante. De maneira gradual e com alguns percalços, Lisboa foi se consolidando capital da monarquia portuguesa, e Madrid, da monarquia espanhola.

Em ambos os processos, é possível observar que o período em que a capital e a corte-régia foram transferidas e que essas cidades deixaram de contar com a presença do rei teria constituído uma etapa muito importante, o que pode ser considerado uma excepcionalidade na relação entre rei e capital. Lisboa deixou de contar com a presença do monarca por cerca de sessenta anos, na ocasião da incorporação de Portugal ao Império Espanhol, enquanto Madrid foi abandonada em favor de Valladolid, por um breve período, no início do século XVII.

Nas duas ocasiões, uma série de escritos foi produzida, descrevendo as qualidades dessas cidades, defendendo sua escolha definitiva como capital e lamentando o desamparo real, com uma retórica muito semelhante entre si. O tema da pesquisa de doutorado foram as descrições das cidades ibéricas que foram produzidas ao longo dos processos de capitalização e que ganharam maior força nesse período em que o monarca esteve ausente. Um dos objetivos foi compreender como os contemporâneos pensaram o papel e a condição de Lisboa e de Madrid quando perderam a função de corte régia e de centro burocrático.

Por seu caráter apologético e por simular/dissimular a realidade social, as descrições urbanas foram vistas com desconfiança por alguns historiadores como fontes para se conhecer o cotidiano das cidades ibéricas. Outro objetivo da pesquisa foi avaliar em que medida podem ser utilizadas para se pensar a realidade social, em especial, as consequências políticas, sociais, culturais e econômicas da perda da função de corte régia e do desvanecimento da vida cortesã.

A pesquisa de doutorado buscou também perceber como as descrições urbanas teriam contribuído para a formação de uma identidade urbana e nos processos que tornaram Lisboa e Madrid capitais. As descrições urbanas organizaram e definiram os elementos geográficos, históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais que integravam essas comunidades. Além disso, colaboraram para que adquirissem prestígio junto aos respectivos reinos e fossem assim reconhecidas por seus habitantes como cidade-cabeça.

Foram significativas as descrições urbanas produzidas em defesa de Lisboa como capital do Império Hispânico, na conjuntura de União Ibérica, o que contraria a historiografia espanhola que restringe as disputas pela capitalidade às cidades castelhanas. De fato, a principal cidade portuguesa não a vivenciou em sua plenitude, como Madrid e Valladolid, mas teria participado de maneira ativa. A pesquisa de doutorado quer entender a participação da Lisboa Filipina nessa “guerra da capitalidade”.

O último objetivo foi estabelecer paralelos entre os processos que tornaram Lisboa e Madrid capitais e entre essa experiência ibérica e a de outras capitais europeias, buscando reconhecer similitudes e diferenças. Nessa comparação, é de interesse da pesquisa de doutorado identificar os fatores materiais e simbólicos que influenciaram a decisão real e que foram importantes para que a população reconhecesse essas cidades como capitais.

Diante do que foi exposto, pode-se dizer que quatro hipóteses nortearam o desenvolvimento do trabalho. A primeira hipótese é que as descrições contribuíram na formação de uma identidade urbana. A segunda hipótese é que esses escritos também foram importantes para que Lisboa e Madrid tivessem sua função de capital reconhecida. A terceira hipótese defende que o processo que as tornaram capitais foi atípico devido à importância do período em que o monarca esteve ausente. E, na quarta hipótese, Lisboa foi uma coadjuvante de destaque na “guerra da capitalidade” que ocorreu na monarquia hispânica.

A historiografia ibérica cavou um fosso profundo entre Portugal e Espanha. Apesar desses países terem uma relação muito próxima desde seus primórdios, foram poucos os estudos que se propuseram a pensar em uma história em comum. A pesquisa de doutorado buscou deixar um pouco de lado as fronteiras nacionais. Através de uma análise múltipla e interdisciplinar das descrições urbanas ibéricas dos séculos XVI e XVII, estabeleceu conexões entre os processos que tornaram Lisboa e Madrid capitais e entre as retóricas que foram criadas em defesa dessas cidades.

A pesquisa de doutorado também foi pertinente em mostrar a capital como um tipo específico de cidade e sua importância para a modernidade. Além disso, não se debruçou apenas no período em que Lisboa e Madrid se firmaram como “cabeça do reino”, estudando o processo que as tornaram capitais como um todo, inclusive, o período em que deixaram de exercer a função. Espera-se que estimule outros trabalhos com a proposta de estudar os processos de transferências das capitais sob o ponto de vista das cidades abandonadas, o que tem se revelado um estudo promissor.

A monarquia hispânica do tempo dos Filipes, na qual Portugal foi incorporada, no período da União Ibérica, pode ser caracterizada como uma monarquia compósita. Este conceito, que ficou conhecido após os trabalhos de John Elliott, diz respeito a uma organização política em que mais de um Estado estava subordinado a um único governante. Sendo que, no caso espanhol, o governante escolheu manter as particularidades dos territórios que lhe eram subordinados, respeitando seu ordenamento político, jurídico e social na maior parte do tempo, com exceção da América<sup>1</sup>.

O conceito também foi utilizado nos trabalhos de Pablo Fernández Albaladejo. O respeito demonstrado pelas características jurisdicionais de cada reino seria um princípio medieval ao qual os Filipes permaneceram fiéis, de acordo com o historiador. A monarquia hispânica deve ser entendida através da lógica da associação dos distintos territórios, sendo secundárias as noções de centralização e de unificação<sup>2</sup>. Em seus trabalhos, Pablo Fernández Albaladejo soube conjugar temas de viés político-institucional com análises de vocabulário, identidade e de sistemas impositivos presentes nos debates parlamentares, demonstrando ser um historiador do campo político preocupado com as questões culturais e com as linguagens políticas<sup>3</sup>.

Bartolomé Yun Casatilla e outros estudiosos de redes sociais indicaram a necessidade de rever o conceito de monarquia compósita. Este considera apenas a existência de uma relação vertical entre as elites, isto é, as elites dos reinos periféricos estabelecendo diálogo com aquelas que pertencem ao centro político e administrativo. As possíveis relações horizontais entre as comunidades, que permitiam as elites dos reinos periféricos conversarem entre si e com os outros, não foram contempladas pelo conceito. Em sua pesquisa sobre as elites da monarquia hispânica nos séculos XVI e XVII, também criticou interpretações que antagonizam a relação centro/periferia, mostrando a cooperação que havia entre essas elites e importância das elites locais como intermediadoras dessa relação<sup>4</sup>.

Mafalda Soares da Cunha utiliza o exemplo de Madrid para mostrar a importância política das capitais ao atraírem a presença dos grupos nobiliárquicos e ao permitirem que seus interesses se entretencessem aos da monarquia, bem como aos das elites de outros reinos. Porém, foi necessário que os Filipes desenvolvessem outras estratégias para captar essas elites, como a concessão de títulos e o incentivo ao matrimônio. Essas estratégias foram responsáveis por

---

<sup>1</sup>ELLIOTT, John. *España na Europa*. Universidade de Valência. 2003.

<sup>2</sup>FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. *Matéria de España: cultura política na Espanha Moderna*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2007.

<sup>3</sup>PUJOL, Xavier Gil. *Tiempo de política*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006, p.404.

<sup>4</sup>YUNCASATILLA, Bartolomé. *Las redes del imperio: élites sociales em la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492- 1714*. Madrid: Marcial Pons, 2009, pp. 11-38.

diminuir as tensões entre os domínios, criar interesses compartilhados, desenvolver mecanismos de vinculação e estimular sentimentos de lealdade e pertencimento. Seus estudos indicam que permitiram o estabelecimento de uma relação estreita das elites portuguesas com as elites espanholas e dos demais reinos da monarquia hispânica<sup>5</sup>.

Apesar das críticas ao conceito de monarquia compósita utilizado por John Elliot, os historiadores são unânimes em reconhecê-lo como um dos expoentes da renovação na história política. Em seus estudos sobre a crise do século XVI, não se limitou ao caso espanhol, fazendo um panorama dos países europeus. Também buscou compreender a complexidade do evento por meio de uma análise ampla que englobou aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. E defendeu uma perspectiva mais localista, refutando a noção de Estado Absolutista, ao mostrar a natureza participativa do domínio espanhol<sup>6</sup>.

Fernando Bouza Álvarez diz que o conceito de Monarquia Compósita se tornou referência por ter sido capaz de apreender o caráter plurijurisdicional da monarquia hispânica. Porém, mostra-se limitado por não considerar que os diferentes domínios que foram incorporados podem ser igualados pela circunstância de não possuir em seu espaço um rei. Foi imprescindível aos Filipes e aos súditos portugueses desenvolver estratégias para amenizar a distância do rei. Desta forma, a monarquia espanhola deve ser também entendida através da tônica da ausência real<sup>7</sup>.

A perspectiva da ausência real influenciou Ana Paula Torres Megiani. Ela possui importantes trabalhos sobre a União Ibérica, destacando-se sua tese de doutorado que foi voltada a estudar as festas e cerimônias organizadas pelos portugueses durante as estadias de Filipe II e Filipe III em Lisboa, nos anos de 1581 e 1619. A historiadora brasileira demonstra a importância que esses eventos tinham no Antigo Regime, em especial, no contexto português de rei ausente. As festas e cerimônias criavam alegorias que reforçavam o status quo do reino de Portugal na monarquia hispânica e a hierarquia social<sup>8</sup>.

Na primeira parte da tese em questão, a historiadora brasileira utiliza algumas das fontes portuguesas utilizadas na pesquisa para fazer uma reflexão acerca da ausência real. Do mesmo modo Fernando Bouza Álvarez, em seu artigo “Lisboa Sozinha, Quase Viúva. A cidade e a Mudança da Corte no Portugal dos Filipes”, que foi uma das principais referências bibliográficas para a pesquisa de doutorado.

Nesse artigo, Fernando Bouza Álvares disserta que, após a perda do estatuto de corte régia de Lisboa, a cidade passou a ser alegorizada por duas imagens: a de uma cidade adormecida desde Alcácer Quibir, que despertaria com o retorno de uma dinastia essencialmente portuguesa; e a de uma cidade que se torna viúva e cuja felicidade estaria associada à presença do rei. Enquanto esta imagem utiliza a metáfora jurídica-política do casamento, em que se supõe uma negociação entre as partes, aquela imagem insiste no castigo, evocando ao cativeiro babilônico de Jerusalém, de acordo com profecias bíblicas<sup>9</sup>.

Essas duas imagens trazem consigo uma reflexão historiográfica sobre a União Ibérica. Por muito tempo, a historiografia interpretou que a derrota de Alcácer Quibir teria refletido negativamente sobre a autoestima lusa, o que permitiu que os portugueses fossem dominados pelos hispânicos. Em contraposição a essa tendência, há um esforço atual em mostrar que o

---

<sup>5</sup>CUNHA, Mafalda Soares da. “Títulos portugueses y matrimonios mixtos en la Monarquía Católica”. In: YUN, Bartolomé (Coord.). *Las redes del imperio: élites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid: Marcial Pons, 2009.

<sup>6</sup>PUJOL, Xavier Gil. *op.cit.* 2006, p.403.

<sup>7</sup>BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes: Política, Cultura e Representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000.

<sup>8</sup>MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Rei Ausente*. São Paulo: Alameda, 2004.

<sup>9</sup>BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. Lisboa sozinha, quase viúva. A cidade e a mudança da Corte no Portugal dos Filipes. In: *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, 13,1993.

processo de incorporação de Portugal também envolveu uma negociação com as elites lusas, que tiveram seus interesses comprometidos após a derrota. De uma figura apática, desmotivada, os portugueses adquirem uma nova imagem com essa interpretação. Eles impuseram e questionaram, durante todo o período, a permanência da sua autonomia e da manutenção do ordenamento social.

A União Ibérica foi um importante capítulo da história europeia. Após longos anos de peleja dos cristãos na Reconquista, a reintegração da Península Ibérica foi um projeto político-religioso que ganhou muitos partidários no início da modernidade e por pouco não ocorreu no reinado de D. Manuel, concretizando-se com Felipe II. A monarquia dual celebrou a recomposição da cristandade e a união de dois reinos com dimensões imperiais. A notoriedade desse acontecimento contrasta com a marginalidade dos seus estudos da produção histórica, o que se deve à representação do período como a perda da soberania para um rei estrangeiro. Foram poucos os trabalhos que contemplaram o período e sua escrita foi marcada por um sentimento de lástima e melancolia. As perspectivas assumidas pelos estudiosos da história política nos últimos anos ajudaram a superar esse tipo de abordagem dotada de romantismo e de acentuado caráter nacionalista, bem como incentivaram as investigações sobre esse período.

Seguindo essa renovação, Fernando Bouza Álvarez discute a reação portuguesa frente à situação de ausência real, que teria se dado a partir da exigência da presença permanente do principado e da proclamação das excelências de Lisboa. Essa reação foi observada em outras situações semelhantes, por exemplo, quando Madrid foi abandonada em favor de Valladolid. Sabe-se que os escritos portugueses foram conhecidos pelos Filipes. Contudo, estes não se interessaram por permanecer em Lisboa, limitando-se a poucas e rápidas visitas, e não compreenderam que esse movimento era um reflexo da insatisfação com a ausência real<sup>10</sup>.

A atenção excessiva que alguns historiadores deram ao símbolo da ausência foi alvo de discussões, destacadamente, nos trabalhos de Rafael Valladares. Nos últimos anos, o historiador voltou sua atenção para os conflitos militares que ocorreram entre as tropas espanholas e os dissidentes portugueses. Seu objetivo foi recuperar a violência que Portugal foi submetido na ocasião da conquista espanhola e compreender os impactos que proporcionou no seu corpo político. Isso contribuiu para preencher um vazio deixado pela historiografia, que não creditou muita importância ao elemento bélico. Além disso, Rafael Valladares promoveu um diálogo da história militar com a política, e fez recorrentes incursões no campo das representações<sup>11</sup>.

Nos parágrafos acima, foram apresentados os principais debates historiográficos que permeiam os estudos sobre o poder e o político na monarquia hispânica no tempo dos Filipes. Esses debates permitirão ao leitor compreender melhor o olhar que direcionamos às fontes e a pertinência de se fazer um estudo comparativo entre os processos que tornaram Lisboa e Madrid capitais nos séculos XVI e XVII, que compreende o período da União Ibérica. E algumas contribuições que a nova história política ofereceu aos estudos da Idade Moderna Ibérica, que serão melhor abordados a seguir, quando os pressupostos teóricos e metodológicos que influenciaram a análise das fontes forem discutidos.

As fontes utilizadas na pesquisa de doutorado foram as próprias descrições urbanas de Lisboa e Madrid, produzidas nos séculos XVI e XVII. Esses impressos foram analisados sob as novas tendências da História Política, em especial, no que diz respeito a sua aproximação com a História Cultural. A metodologia utilizada na análise dessas fontes foi composta por três etapas.

A primeira etapa foi a leitura e a coleta de informações, que consistiu na leitura e na sistematização das discussões presentes nas descrições que estivessem relacionadas com o

---

<sup>10</sup>*idem*.

<sup>11</sup>VALLADARES, Rafael. *La Conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad política em Portugal, 1578-1583*. Madri: Marcial Pons Historia, 2008.

desenvolvimento da temática proposta pela pesquisa. Nessa etapa, o conteúdo das fontes tornou-se conhecido e foi avaliado sua pertinência para a pesquisa.

Depois aconteceu a análise das fontes propriamente dita. Buscou-se compreender como os autores utilizaram a escrita para representar a realidade em que estavam inseridos e para tentar modificá-la frente a uma conjuntura de ausência real, a importância das descrições para o reconhecimento da população como integrante daquela comunidade e para a afirmação como capital e a cultura letrada da época.

A última etapa foi dedicada a estabelecer uma interpretação que fosse articulada com os principais debates historiográficos contemplados pela pesquisa.

A história política percorreu um caminho tortuoso no século XX. A centúria foi marcada por altos e baixos, momentos de valorização e de descrédito, de afirmação e de reavaliação nos seus estudos, diferentemente dos séculos anteriores, em que a história e a política eram consideradas elementos indissociáveis. Essa oscilação foi de grande préstimo para o campo político. As críticas que foram feitas a sua forma de conceber e de fazer a história permitiram que se adequasse às perspectivas da época e voltasse a ser valorizado pela historiografia.

Em síntese, o campo político foi acusado de fazer uma biografia das elites. Sua narrativa histórica que expunha os fatos ou as informações extraídas de documentos oficiais de maneira descritiva e cronológica, com muitas referências a datas e a acontecimentos, também foi alvo de críticas. Não havia preocupação em problematizar e interpretar os fatos ou as informações. Seus temas também foram questionados, assim como as fontes e o método de análise. Diante desse quadro, foram poucos os historiadores que se aventuraram na história política, com algumas exceções, por exemplo, Marc Bloch<sup>12</sup>.

Em *Reis Taumaturgos* (1924), Marc Bloch estudou o fenômeno da cura das escrófulas pelo toque real. Essa crença no caráter milagroso dos reis teria contribuído para a consolidação e afirmação do poder das monarquias francesa e inglesa. Ao reconstituir a formação das dinastias, descrever os rituais de cura dos reis taumaturgos e outros aspectos simbólicos do poder, e fazer uma análise interdisciplinar que aproximou antropologia, religiosidade e política, o historiador forneceu bases para a renovação da história política. Porém, não houve quem lhe fizesse ressonância naquele momento entre os franceses<sup>13</sup>.

Na década de 1960, essa forma de analisar o poder, atribuindo-lhe sentido simbólico, influenciou os trabalhos de Ernst Kantorowicz, representante da escola americana. Em *Os Dois Corpos do Rei* (1957), estudou o sistema ritual e cerimonial que envolvia a figura real, na Idade Média. Outra referência importante para esse historiador foi a obra de Norbert Elias. Em *A Sociedade de Corte* (1933) e *O processo civilizador* (1939), o sociólogo alemão estudou a corte francesa do Antigo Regime, mostrando sua dinâmica e sua origem. Esses trabalhos passaram a ser conhecidos e a ser valorizados a partir da década de 1970<sup>14</sup>.

Somente nessa década, os historiadores que permaneceram no campo político compreenderam a necessidade de se adequar às perspectivas do seu tempo. Em um primeiro momento, tornaram-se mais próximos das tendências das Ciências Sociais: utilizaram novas modalidades de fontes, privilegiando aquelas que tinham caráter mais quantitativo e que permitiam conclusões mais generalizantes; trabalharam com outras dimensões temporais; e fizeram uso da interdisciplinaridade. O estudo do poder e da política se tornou mais alargado, sendo entendido como um conjunto de relações sociais presentes nos diferentes espaços<sup>15</sup>.

---

<sup>12</sup>BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História, volume V - A Escola dos Annales e a Nova História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012; FALCON, Francisco, História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 61-90.

<sup>13</sup>BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>14</sup>REIS, José Carlos. O político na Modernidade. *Síntese Nova Fase*. Belo Horizonte, v.25, n.81, 1988.

<sup>15</sup>RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1996, p.6.

Porém, sua recuperação estava ainda em construção e os avanços mais significativos aconteceriam a partir da década de 1980. Foi com o apoio do campo cultural que o campo político voltou a gerar entusiasmo na academia. O sucesso da aproximação desses dois campos pode ser explicado pelo fato de compartilharem algumas características em comum, como a feição por uma história que coloca o sujeito e sua ação em destaque, a rejeição às análises coletivas por seu caráter generalizante, e o uso da narrativa e do acontecimento<sup>16</sup>.

O estudo da Idade Moderna revelou-se um privilegiado laboratório para essa experiência, oferecendo importantes contribuições para a história como um todo<sup>17</sup>. De acordo com Xavier Gil Pujol, uma das contribuições foi a compreensão do polimorfismo da política. Através de uma análise que incorporava percepções culturais e sociais, o estudo do poder e do político tornou-se múltiplo e mais complexo. A interdisciplinaridade vem ganhando cada vez mais adeptos, tornando injustificáveis as ramificações presentes na História<sup>18</sup>.

Outra contribuição foi o destaque para as ações humanas nas produções históricas. Porém, diferente da forma como antes era feito, a história política passou a dedicar maior atenção a grupos marginalizados pela historiografia. Foi necessário que os estudiosos trabalhassem em escalas particulares de análise<sup>19</sup>.

Diogo Ramada Curto diz que a utilização de diferentes graduações de análise permite reconstruir as decisões, estratégias e interpretações adotadas pelos agentes sociais, denominadas como formas de “tomada de consciência”. Também diz sobre a importância dos estudos das linguagens e das formas de comunicação para se pensar o poder e a política. E critica os pesquisadores que ainda se mantêm muito presos a análises legais, constitucionais e institucionais, não considerando a importância das variáveis culturais para o entendimento dos sistemas políticos, com as crenças, as emoções e o simbólico<sup>20</sup>.

O historiador português estudou as mais variadas linguagens que foram utilizadas no pensamento econômico e político português nos séculos XVI e XVII. Seu trabalho consistiu em recuperar as tipologias, as classificações e os vocabulários presentes nos discursos da época e em compreender seus usos políticos e sociais. Ele analisou inclusive as descrições portuguesas, em suas diferentes escalas. Essas linguagens foram interpretadas como atos ou acontecimentos, situados em determinado tempo e espaço, e vivenciados por indivíduos que se relacionavam de formas diferentes com seus contemporâneos e com as instituições<sup>21</sup>.

Com uma perspectiva semelhante, Fernando Bouza Álvarez entende que os escritos por si só devem ser considerados uma forma de ação. Ao debruçar-se na dimensão textual, o pesquisador não está abandonando a realidade dos acontecimentos, e sim, reconhecendo a existência de outros aspectos dessa realidade, dentre os quais, o próprio acontecimento. Desta maneira, o historiador espanhol contesta aqueles que o acusaram de fazer uso demasiado dos tópicos da retórica e das simbologias. Seus críticos argumentavam erroneamente que essa forma de análise se mostra desvinculada da realidade social e dos agentes históricos<sup>22</sup>.

A superação de um modo dicotômico de análise, principalmente, do centro e da periferia, foi mais uma contribuição da nova história política. O Estado era caracterizado antes como uma entidade centralizadora, impessoal e detentora de um poder considerado absoluto, o

---

<sup>16</sup>PUJOL, Xavier Gil. La historia política de la Edad Moderna europea, hoy: progresos y minimalismo. In: BARROS, Carlos(ed.). *Historia Debate. Otros Enfoques*. Tomo III. Actas del Congreso Internacional “A Historia a Debate” en 1993. Santiago de Compostela, 1995, p.195.

<sup>17</sup>PUJOL, Xavier Gil. *Tiempo de política*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006, p. 410.

<sup>18</sup>*Ibidem*. p.195-196.

<sup>19</sup>PUJOL, Xavier Gil. *Op.Cit.* 1995, p.198-199.

<sup>20</sup>CURTO, Diego Ramada. *Cultura Política no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 12.

<sup>21</sup>CURTO, Diego Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1988, p. 306.

<sup>22</sup>BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Felipe II y el Portugal dos Povos. Imágenes de esperanza y revuelta*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010.

qual a periferia se mantinha submetida. Na proporção que o poder e a política passaram a ser concebidos de maneira mais abrangente, foi possível perceber que o poder local era variado e interagiu com o poder central, não propriamente em uma relação de oposição, em muitos momentos havia uma colaboração mútua<sup>23</sup>.

O novo conceito de Estado Moderno foi marcado pelo reconhecimento de uma relação dinâmica e múltipla entre o centro e a periferia e da atuação dos diferentes grupos sociais nas diferentes esferas de poder. Outrossim, essa conceituação renega uma noção absoluta de poder central, incentivando os estudiosos a diminuírem sua atenção sobre este poder e a adotarem temáticas mais localistas<sup>24</sup>.

Parafraseando Xavier Gil Pujol, quando uma nova perspectiva ganha a cena na academia, proporciona novos questionamentos sobre o conhecimento histórico e faz com que aspectos que eram pouco conhecidos ou até mesmo desconhecidos adquiram destaque. Seus debates historiográficos sobre a história política da Idade Moderna Ibérica serviram de referência para a metodologia utilizada para análise das fontes, assim como os outros pesquisadores que foram contemplados.

As descrições das cidades de Lisboa e de Madrid produzidas nos séculos XVI e XVII serão analisadas no primeiro capítulo da tese. Esses impressos apresentavam suas características: a geografia, a história, a economia, a política e a cultura, destacando suas qualidades enquanto capital e sede da corte régia. Seu objetivo era convencer o monarca a transferir-se definitivamente para essas cidades, principalmente em um contexto de ausência real, em que vivenciaram o desvanecimento da sua vida cortesã e as consequências desse processo.

O primeiro capítulo discutirá a estrutura e o conteúdo das descrições urbanas. Esse gênero textual foi inspirado nas formulações sobre a cidade ideal e nas tipologias urbanas propostas pelos clássicos, que foram conhecidas através da leitura das obras ou das releituras renascentistas. De um modo geral, baseavam-se em três parâmetros principais: a salubridade, a defesa e o abastecimento, que refletiam a preocupação dos modernos com a guerra, a peste e a fome, e a necessidade de combater esses pânicos coletivos. Pautavam-se em argumentos racionais, apesar de também estarem presentes os mitos e profecias do imaginário urbano. E possuíam caráter apologético, simulando e dissimulando as imperfeições das cidades que analisavam.

Esse gênero textual foi editorialmente favorecido no Renascimento, quando surgiram formulações sobre a cidade ideal em todo continente e acaloradas discussões sobre aquela que personificaria a plena virtude. Essas discussões eram intensas na monarquia hispânica, onde as cortes de rei ausente disputavam qual seria a mais digna de ser a residência real e a capital. Houve ainda uma política filipina de incentivo às práticas de impressão como forma de integrar a monarquia e amenizar os efeitos da sua ausência física. O primeiro capítulo fará uma reflexão a respeito da cultura letrada da época e sua relação com o poder e a política.

Por fim, o primeiro capítulo buscará perceber as especificidades das descrições urbanas ibéricas, tentando compreender como os contemporâneos pensaram o papel e a condição de Lisboa e de Madrid, sobretudo, em um contexto de ausência real, quais eram os posicionamentos dos autores (e grupos que estavam filiados), e como essas cidades eram representadas.

A proposta do segundo capítulo da tese será refletir sobre a evolução de Lisboa nos séculos XVI e XVII, quando pouco a pouco se transformou na capital do reino português. Para isso, serão utilizadas as descrições que foram dedicadas à cidade como fontes e outros

---

<sup>23</sup>PUJOL, Xavier Gil. *Op.Cit.* 1995, p.198-199.

<sup>24</sup>PUJOL, Xavier Gil. "Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos séculos XVI e XVII". *Revista Penélope*, n. 5, 1991.

documentos que permitem conhecer sua realidade social. Embora não pudesse ser entendida ainda como sede administrativa, Lisboa exercia papel de centro econômico desde os Descobrimentos. As iniciativas de expansão tornaram-na reconhecida como cidade marítima e aclamada por essa qualidade. Foi assim que conquistou destaque no cenário europeu.

Os Descobrimentos tornaram Lisboa referência para as demais cidades do reino. Além disso, proporcionaram-lhe um significativo crescimento demográfico e das atividades comerciais. Foi preciso oferecer maior capacidade de suporte. A primeira parte do segundo capítulo irá discutir as reformas que ocorreram em sua infraestrutura e as mudanças que proporcionaram na paisagem urbana e no cotidiano da população.

A população continuou a crescer de maneira descontrolada conforme as expansões marítimas foram se desenvolvendo, em especial, nas regiões mais centrais da cidade. As consequências desse crescimento acelerado e desordenado serão detalhadas na segunda parte do capítulo. A cidade enfrentava dificuldades para abastecer seus habitantes com alimento e água, e péssimas condições sanitárias, criando ambiente propício para a disseminação de doenças e para o aumento do número de mortes.

Em uma cidade abarrotada, grupos sociais heterogêneos, diversas profissões, etnias e nacionalidades passaram a conviver. As relações sociais se tornaram mais complexas no período, como será discutido na última parte do capítulo. Um exemplo são os espetáculos, que adquiriram um novo sentido e se transformaram em um negócio de Estado. Os espetáculos também serviram para celebrar a condição de Lisboa como primeira do reino.

No terceiro capítulo, será a vez de discutir as transformações pelas quais Madrid passou quando deixou de ser vila para se tornar a principal cidade da monarquia hispânica. Existe uma imprecisão com relação aos motivos que teriam levado Felipe II a elegê-la como capital. Madrid é descrita pela historiografia como uma vila sem importância, cuja história e economia não se sobressaíam no conjunto de reinos que compunham a monarquia hispânica. Talvez tenha sido justamente a sua pequenez que a teria feito alcançar o posto, apesar de ser motivo de muitas críticas das cidades que se consideravam mais aptas para exercer a função.

A presença do rei e da sua corte não trouxeram apenas vantagens para a vila e seus habitantes, mas prejuízos também, como será mostrado ao longo do terceiro capítulo. Estima-se que, em poucos anos, a população triplicou e a extensão territorial duplicou, o que a fez perder a tranquilidade e a pequenez que lhe eram características. A vila medieval não se mostrou capaz de comportar esse crescimento acelerado e caótico, o que em parte se justifica pela falta de reformas suficientes. Quem foi mais prejudicada foi a população pobre, pois as intervenções feitas no espaço urbano atendiam apenas às demandas dos membros da corte.

Diante desse contexto social, o quarto capítulo irá discutir também a importância das festas populares como formas de distração e diversão para a população, mesmo que estivessem inseridas em uma dinâmica cortesã. Contudo, essas festas não se mostraram capazes de esconder o despreparo de Madrid para a função de capital. Esse despreparo foi uma das razões que levaram a transferência da corte régia para Valladolid, deixando a cidade em um estado de abandono, de 1601 a 1606.

Após o regresso da corte régia, Madrid precisou passar por novas transformações em seu espaço urbano com a finalidade de adequá-la como residência permanente do rei e da sua família, centro político-administrativa e referência na transmissão de um padrão de comportamento, social e artístico, o que trouxa a presença das elites dos mais diferentes reinos que compunham a monarquia hispânica. Madrid passou a desempenhar um importante papel político por ser um espaço de confraternização das elites, permitindo que compartilhassem interesses em comum.

A relação entre o rei e sua capital será melhor discutida no quarto capítulo da tese. Para essa tarefa, será necessário antes explicar o contexto político que permitiu o surgimento e o reconhecimento desse tipo específico de cidade. O início da Idade Moderna foi marcado pelo

fortalecimento do poder real e pela definição de uma cidade-capital. Havia uma reciprocidade nesses processos: o destaque que era oferecido à capital contribuía para a afirmação do poder real, ao passo que a presença do monarca ali permitia que fosse reconhecida pelas demais cidades, o que mostra que a relação entre rei e capital era íntima.

Em sequência, serão analisados os processos que consolidaram Lisboa e Madrid como cidades-capitais. Embora a presença do rei fosse imprescindível para que a cidade tivesse sua função de capital reconhecida no reino e para além dos seus domínios, percebe-se que o período em que foram abandonadas teria constituído uma etapa importante no processo que tornaram as cidades ibéricas capitais. O quarto capítulo buscará explicar essa excepcionalidade na relação entre rei e capital.

Os escritos que foram produzidos para descrever as qualidades dessas cidades, defender sua escolha definitiva como capital e lamentar o desamparo real serão utilizados para compreender o papel e a condição de Lisboa e de Madrid quando perderam a função de corte régia e de centro burocrático. Além disso, o quarto capítulo irá mostrar a participação desses escritos no processo de capitalização. Isso porque, para além da escolha do monarca de uma cidade para ser sede da corte e do governo, era necessário que população a reconhecesse como capital. Esses escritos foram importantes pois contribuíram para que Lisboa e Madrid adquirissem prestígio junto aos respectivos reinos.

No final, o quarto capítulo estabelecerá conexões entre os processos que consolidaram as cidades ibéricas como capitais, identificando os fatores materiais e simbólicos que teriam influenciado a escolha real e a aceitação dos contemporâneos a partir da retórica que foi criada em defesa dessas cidades. Espera-se mostrar que é possível pensar em histórias compartilhadas entre os países ibéricos.

Em linhas gerais, a tese tem como proposta o estudo das descrições urbanas sobre Lisboa e Madrid nos séculos XVI e XVII. A análise dessas fontes foi influenciada pelas novas tendências do campo político, em sua aproximação com o campo cultural. A ausência real favoreceu a publicação das descrições urbanas, que foram utilizadas pelos seus autores para destacar as qualidades das cidades ibéricas, defender sua aptidão como capital e lamentar o desamparo real. Os objetivos da tese de doutorado foram compreender a forma como os contemporâneos pensaram o papel e a condição de Lisboa e de Madrid nessa conjuntura, conhecer o cotidiano dessas cidades, e entender como se estabeleceram como capitais, a partir dessas descrições urbanas. E assim mostrar uma das histórias compartilhadas pelos países ibéricos: suas principais cidades passaram por um período de abandono real, que contribuiu para seu reconhecimento da função como “cabeça do reino”. Também, incentivar trabalhos que se dediquem às cidades abandonadas após a transferência da capital.

## CAPÍTULO I: AS DESCRIÇÕES DE LISBOA E DE MADRID

As descrições das cidades ibéricas produzidas no período filipino são o objeto de estudo da pesquisa de doutorado. Esses impressos analisavam a geografia, a história, a economia e a cultura das cidades de Lisboa e de Madrid, de modo a destacar suas qualidades. Seu objetivo era convencer o monarca a transferir a capital e a sede da realeza definitivamente para essas cidades. Por essa razão, essas descrições não deixavam de contar também um pouco da realidade sociopolítica da época, em especial, no que diz respeito a um rei que se tornou ausente.

Por seu caráter apologético, as descrições mascaravam os problemas e as imperfeições da cidade. Por esse motivo, muitos historiadores não as consideram confiáveis para compreender a realidade social urbana, preferindo os relatos de viajantes. Porém, estes também demonstravam certo exagero ao tratar das cidades e suas qualidades. É tarefa do historiador, portanto, não se distrair durante a narrativa das belezas naturais e ter sempre em mente que o espaço urbano é antes um centro político, social e cultural.

A simulação e a dissimulação foram práticas amplamente utilizadas na época Moderna. Dissimular dizia respeito à ação de não revelar, de encobrir aspectos que poderiam ser recebidos de maneira negativa pela sociedade e pelos poderosos, enquanto simular, de aparentar algo que de fato não era. Essas práticas foram utilizadas como estratégia política a serviço da Razão de Estado. Além disso, em uma conjuntura de centralização do Estado, deve-se destacar sua importância para o bem-estar da sociedade. Expor uma fraqueza perigosa ou contra prudente poderia despertar o pânico na população<sup>25</sup>.

Não por acaso, os modelos de análise urbana utilizados nas descrições foram baseados em três parâmetros principais: a salubridade, o abastecimento e a defesa. Estes parâmetros indicavam a preocupação que os modernos tinham com a peste, a guerra e a fome, que vitimou a população ao longo dos anos. Ao destacar as qualidades das cidades analisadas em relação a esses parâmetros, as descrições contribuíram para conter os pânicos coletivos. Em outras palavras, os medos e os temores influenciaram a forma como a análise era conduzida e a construção intelectual<sup>26</sup>.

As descrições urbanas foram inspiradas nas formulações sobre a cidade ideal e nas tipologias urbanas propostas por Platão, Aristóteles e Vitruvius, que foram conhecidas através da própria leitura de suas obras ou das releituras feitas pelos renascentistas Alberti e Botero. Por mais que as descrições buscassem fazer uma análise das condições necessárias à vida urbana pautada em argumentos pretensamente racionais e determinismos geográficos, trouxeram consigo também os mitos e as profecias que permeavam o imaginário urbano da época. O que não pode ser considerado uma contradição. Foi justamente no momento em que as elites ibéricas começaram a desenvolver instrumentos intelectuais de análise que mais se investiu nos elementos míticos da cidade, em especial, no que se refere às origens da fundação<sup>27</sup>.

Desde o Renascimento, os escritos que utilizavam as cidades como temática foram editorialmente favorecidos. Formulações sobre a cidade ideal surgiram em todo continente, acompanhadas de acaloradas discussões sobre aquela que personificaria a plena virtude. Essas discussões eram intensas na monarquia hispânica, inclusive, em Portugal, durante a União Ibérica, onde as cortes de rei ausente disputavam qual seria a mais digna de ser a residência real e a capital. Houve ainda uma política de incentivo às impressões da parte dos Filipes. Diante

---

<sup>25</sup>RODRIGUES, Rui Luis. "Dissimular para expandir as conquistas: o império ultramarino português em Damão de Góis". In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; BAGNO, Sandra. (Org.). *Maquiavel no Brasil: Dos descobrimentos ao século XXI*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 81.

<sup>26</sup>CURTO, Diogo Ramada. *Descrições e Representações de Lisboa*. In: *O Imaginário da Cidade*. Lisboa: Arquivo Municipal, 1989. p.136

<sup>27</sup>*ibidem*. p.132-133.

desse quadro, parece razoável sugerir sobre a importância das descrições urbanas como gênero textual na Idade Moderna Ibérica.

### 1.1- A influência dos clássicos e dos modernos

Um dos principais fenômenos que ocorreu na transição da Idade Média para a Moderna foi o Renascimento, que transformou a cultura europeia na época. O mundo Antigo foi a inspiração para o novo ideal artístico e social que foi sendo desenvolvido. Esse período foi muito fecundo no que diz respeito à estética e à abordagem pictórica, escultórica e arquitetônica. Por trás dessa fecundidade, havia profundas reflexões e investigações. Essas reflexões artísticas e arquitetônicas repercutiram no planejamento urbano das cidades modernas. No entanto, não vieram acompanhadas de transformações representativas no espaço urbano. As cidades modernas continuaram de uma maneira geral aprisionadas pelas antigas muralhas medievais e por seu labirinto de ruas estreitas e irregulares<sup>28</sup>.

Como será visto nos capítulos seguintes, as reformas urbanas e arquitetônicas que foram desenvolvidas na Idade Moderna Ibérica foram influenciadas por essas reflexões, mas eram intervenções pontuais em determinados espaços que, de um ponto de vista mais amplo, não mudaram de maneira significativa a realidade urbana de Lisboa e de Madrid. A importância em trazer as reflexões arquitetônicas renascentistas, assim como as clássicas, que lhe serviram de referência, para a discussão é devido ao fato de terem influenciado o modelo de análise das descrições urbanas ibéricas e suas formulações sobre a cidade ideal.

Os primeiros esforços teóricos e práticos para proporcionar à cidade melhores condições para a população ocorreram na Grécia Antiga sendo responsáveis por oferecer bases ao Urbanismo Moderno. Mais especificamente, ocorreu no período Arcaico, concomitante ao desenvolvimento de importantes reflexões políticas e filosóficas. Não houve apenas uma busca por um urbanismo racional ou por uma teorização da cidade perfeita pautada em uma tradição construtivista. Os gregos aprofundaram ainda mais suas reflexões, chegando ao plano utópico, buscando uma teoria dos modelos ideais de cidade<sup>29</sup>. Dentre as formulações sobre a cidade ideal produzidas nessa época, destacam-se aquelas escritas por Platão e Aristóteles, pela influência que tiveram nas descrições urbanas analisadas.

A proposta de cidade ideal de Platão (428-347 a.C.) é desenvolvida durante sua discussão a respeito do conceito de justiça. Em *A República*, o filósofo busca explicar o surgimento da justiça e da sua antítese utilizando uma escala de análise mais ampla, a cidade. Nessa busca pelas origens da justiça, também discute a forma como a cidade foi gerada. O fato de os indivíduos não serem autossuficientes e precisarem se organizar em sociedades para conseguirem suprir suas necessidades, como alimentação, moradia e vestuário, explica a formação das cidades. Desta forma, a origem da cidade não estaria associada a uma justificativa política ou filosófica, mas sim econômica. O indivíduo precisou se especializar em uma ocupação, na qual teria aptidão, para contribuir com sua comunidade. De acordo com Platão, nessa cidade pioneira existiu uma tripartição da sociedade baseada em classes funcionais: os produtores, os auxiliares e os guardiões. A tripartição da sociedade mostra-se importante para a compreensão do conceito de justiça e da sua proposta de cidade ideal. Os indivíduos não tinham consciência dessa divisão, que passou a ser percebida depois em situações de conflito. Esses conflitos não estavam presentes na cidade pioneira, pois os ofícios eram poucos. Conforme ocorre a demanda por outros ofícios e a cidade se torna mais complexa, torna-se

---

<sup>28</sup>MIGUEZ, Victor; RODRIGUEZ, Inmaculada. *Las ciudades del absolutismo. Arte, urbanismo y magnificencia en Europa y América durante los siglos XV-XVII*. Universitat Jaume I, 2006, p. 25.

<sup>29</sup>JIMENEZ, José Miguel Muñoz. "Aproximación al urbanismo griego: la ciudad como obra de arte". *Estudios Clásicos*, nº 100, 1991, p.20.

acabada. Em outras palavras, Platão acredita que a cidade em seu germe seria perfeita, a “cidade verdadeira” (alithinè polis)<sup>30</sup>.

A explicação sobre a formação da “cidade verdadeira” feita por Platão segue uma linha de raciocínio, que não utiliza argumentos mitológicos. Seu objetivo foi mostrar que estava relacionada com o surgimento da justiça (e da injustiça). A “cidade verdadeira” seria sobretudo justa, embora não se possa afirmar que não houvesse injustiça. A injustiça torna-se mais presente com a corrupção da “cidade verdadeira”, que se tornou uma “cidade luxuosa”. A necessidade de suprir o indivíduo daquilo que lhe era elementar deixa de ser a única razão de existência nessa cidade. A cidade precisa satisfazer também o desejo do dispensável, do luxo. A corrupção da cidade seria ainda explicada pela imitação dos ofícios: os indivíduos realizam atividades que não estão aptos. A essência da “cidade luxuosa” seria o conflito e a injustiça. Apenas o respeito à tripartição da sociedade, tornaria novamente a cidade próxima de ser a ideal.

As formulações sobre a cidade ideal surgiram em contextos de insatisfação com o presente e do desejo de modificá-lo. Está presente em Platão um posicionamento crítico em relação à realidade ateniense, principalmente, no que se refere à política. O filósofo responsabiliza a democracia pela difícil situação em que Atenas se encontrava durante a Guerra do Peloponeso, após ter vivenciado sua Idade Dourada. Sendo assim, a cidade ideal de Platão deve ser entendida como uma resposta a essa realidade e uma crítica a essa instituição política. Exercício semelhante pode ser aplicado às formulações sobre cidade ideal produzidas na Idade Moderna Ibérica no contexto de ausência real, como proposto nos tópicos seguintes.

Em Aristóteles (384-322 a.C.), uma cidade para ser considerada ideal teria que reunir um conjunto de atributos físicos, que foram discutidos pelo filósofo em a *Política*. Seu livro foi de grande importância para os escritos com temática urbana produzidos na modernidade, por exemplo, as descrições que foram analisadas pela pesquisa de doutorado. Isso porque, suas formulações sobre a cidade ideal foram convertidas em parâmetros de análise urbana. Antes de dar início à discussão sobre os atributos físicos essenciais à cidade ideal, o filósofo questionou se a grandeza de uma sociedade representaria prosperidade, sendo grandeza entendida como eficiência e não necessariamente número de habitantes. Uma cidade para ser próspera deve ter uma quantidade suficiente de habitantes que garantam a sua autossuficiência, ao mesmo tempo, um limite a sua expansão populacional. As funções de governo seriam distribuídas de acordo com o caráter de cada indivíduo. Quando uma cidade possui uma quantidade excessiva de habitantes, a distribuição das atribuições torna-se injusta e os direitos dos cidadãos são usurpados por estrangeiros. Desta maneira, elevados índices demográficos não são responsáveis por trazer prosperidade à cidade<sup>31</sup>.

Sinteticamente, pode-se dizer que a cidade ideal de Aristóteles reúne quatro características principais. Salubridade seria a primeira característica, também a mais importante. A cidade deve estar em local escarpado, voltado para o oriente e exposto aos ventos que sopram nessa mesma direção, que são considerados os mais saudáveis. Temperatura agradável seria a segunda característica. Para isso, deve estar protegida dos ventos do norte. A terceira característica seria a localização. Deve estar localizada em região que favoreça a administração. Também, as ações militares, permitindo a retirada rápida dos cidadãos e oferecendo dificuldades aos inimigos. A última característica seria o abastecimento de água. Deve haver fontes naturais e reservas pluviiais suficientes que não deixem escassear água em

---

<sup>30</sup>PLATÃO. *A República*. Maria Helena da Rocha Pereira (trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 7ªed., 1993.

<sup>31</sup>ARISTÓTELES. *Política*. Mário da Gama Kury (trad.). Brasília: Editora Universidade de Brasília - UNB, 3ª ed., 1997, p.229-231

tempos de guerra, quando são bloqueados os meios de comunicação terrestre. Inclusive, a cidade ideal deve ter comunicação pelo mar e por todo seu território<sup>32</sup>.

Outro clássico que foi importante para as reflexões em torno da cidade a partir do século XV foi o arquiteto romano Marco Vitruvius Pollio (90-20a.C.). Ele produziu um tratado de arquitetura composto por dez volumes, *De Architectura*, que foi redescoberto e publicado nessa época, gerando um profundo interesse nos renascentistas pelo ordenamento urbano. Esse tratado também propõe uma discussão sobre os atributos necessários a uma cidade ideal que muito se assemelha a que foi feita por Aristóteles, o que demonstra a influência dos pensadores helenos. O atributo considerado fundamental para a cidade ideal seria a salubridade. Deve estar localizada em local alto, não nebuloso, sem geadas, voltado para uma região temperada, de temperatura amena, afastada de pântanos e do mar<sup>33</sup>. O segundo atributo mais importante são os meios de comunicação terrestre e marítimo<sup>34</sup>. E o terceiro atributo é a segurança. Intervenções são necessárias para a garantia da segurança através da construção de fortes e muralhas<sup>35</sup>. Nesse atributo, as cidades próximas ao mar seriam novamente prejudicadas. O modelo de cidade ideal é apresentado ao final: Alexandria, possuía um porto naturalmente protegido, era um centro comercial respeitado, seus campos produziam trigo para todo Egito e era beneficiado pelos vários recursos produzidos no Nilo<sup>36</sup>.

As formulações sobre a cidade ideal e as tipologias urbanas propostas pelos clássicos serviram de inspiração para os renascentistas pensarem em novos desenhos urbanos que fossem cenário para as atividades desenvolvidas na época Moderna e que respondessem à necessidade de criar uma cidade ideal que simbolicamente traduzisse sua ordem política e social. Duas vertentes principais surgiram nesses planejamentos urbanos: a primeira vertente discutiu a utopia urbana a partir da realidade moderna; e a segunda vertente, mais pragmática, dedicava-se às intervenções que precisavam ser feitas nos traçados urbanos<sup>37</sup>. É de interesse analisar as utopias urbanas propostas por Leon Battista Alberti e Giovanni Botero devido à influência que exerceram nas descrições das cidades ibéricas.

*De re aedificatoria* foi publicado por Leon Battista Alberti (Génova, 1404- Roma, 1472) em 1452. Trata-se do primeiro tratado de arquitetura do Renascimento, sendo composto por dez volumes. As formulações sobre a cidade ideal estão presentes no quarto volume, que tem como proposta discutir as maneiras que a cidade deve ser projetada, desde a escolha da região mais apropriadas, perpassando pela explicação sobre as formas mais adequadas de construí-la, até a escolha dos materiais e a disposição dos prédios, pontes e praças. A morfologia urbana estaria antes condicionada aos aspectos naturais que sociais na percepção do italiano. O que não significa dizer que atribua importância às condições sociais em sua utopia urbana<sup>38</sup>.

Ao descrever as regras das edificações no quarto livro, Alberti classificou os edifícios de acordo com a posição social dos ocupantes, o uso e a forma que deveriam. A sociedade seria composta por três classes diferentes, que estariam relacionadas com as aptidões do ser humano: aqueles que possuíam o dom da razão, que possuíam habilidade manual e artística e que conseguiam acumular riquezas. A forma como a cidade se organizava socialmente deveria ser utilizada como referência para o planejamento urbano da cidade ideal. Os aspectos políticos também parecem ter importância. O arquiteto italiano diz que a morfologia urbana dependeria das instituições políticas, em outras palavras, o bom príncipe e o tirano possuíam propostas

---

<sup>32</sup>*ibidem*. p.245-247.

<sup>33</sup>VITRÚVIO. *Tratado de Architectura*. M. Justino Maciel (trad.) Lisboa: IST Press, 2006, p. 83-90.

<sup>34</sup>*ibidem*. p.110.

<sup>35</sup>*ibidem*. p.90.

<sup>36</sup>*ibidem*. p.110-111.

<sup>37</sup>MIGUEZ, Victor; RODRIGUEZ, Inmaculada. *op. cit.* p. 26.

<sup>38</sup>ALBERTI, Leon Battista. *Da arte de reconstruir: tratado de arquitetura e urbanismo*. Sérgio Romanelli (trad. e org.). São Paulo: Hedra, 2012.

urbanas diferentes. Embora demonstre preferir o bom príncipe ao tirano, assinala sobre o compromisso dos arquitetos em não se envolverem em atividades que prejudiquem a cidade e a importância dessa ética profissional para se alcançar o ideal de cidade. Diante do que foi exposto, a cidade ideal de Alberti seria aquela que fosse capaz de primeiro atender aos interesses sociais, relegando para segundo plano as formas ou os espaços construídos.

Publicado em 1588, *Delle cause della grandezza delle città* foi o primeiro trabalho de Giovanni Botero (Bene Vagienna, 1544-Torino, 1617), sendo composta por três volumes. No primeiro volume, discute-se o conceito de cidade e os aspectos que contribuíam para sua grandeza. A cidade é definida como um grupo de pessoas que se reúnem em busca da felicidade. Sua grandeza, portanto, não seria explicada por seu espaço físico ou pelos territórios que cercam o seu muro, mas pela multidão que a habita e seu poder: “e grandezza di città si chiama non lo spatio del sítio o ol giro delle mura, mas la moltitudine degli abitanti e la possanza loro”<sup>39</sup>.

Outra discussão proposta pelo italiano foi as diversas origens da cidade, que podem ser atribuídas a uma relação de autoridade, força, prazer e de utilidade. No que se refere à autoridade, a cidade é formada no momento em que as pessoas de reúnem em torno de alguma liderança, que imponha respeito por sua conduta e direcione os demais para o caminho da civilização. A cidade pode ser formada também por uma relação de força, quando os indivíduos se reúnem em situação de insegurança e de conflito em busca de proteção. O prazer, por sua vez, atrai os indivíduos que buscam o deleite, como lugares com ar frescos, com a comodidade dos vales, a sombra das florestas, as atividades de caça, água em abundância ou arte. E a utilidade, em que os indivíduos buscam como morada sítios cômodos, férteis e de bom trânsito. A última cidade seria a mais importante e duradoura, pois seria a única capaz de obter grandeza. Em sequência, Giovanni Botero apresenta as características presentes na cidade ideal, que são as causas de sua grandeza<sup>40</sup>.

A primeira causa da grandeza de uma cidade era a comodidade do seu sítio. Era considerada cômoda a cidade que possuísse aptidão para o comércio, beneficiando seus habitantes e as pessoas que estão envolvidas nessas atividades. O comércio contribui para o crescimento da cidade por promover seu enriquecimento. A fertilidade foi identificada como a segunda causa da grandeza. A cidade deve oferecer a seus habitantes os produtos essenciais para sua sobrevivência, como alimentos e vestuário, contribuindo para sua permanência. A terceira causa da grandeza seria a facilidade de comunicação, seja por terra ou por água. O território precisa ser plano para facilitar o transporte de mercadorias. O rio, o lago ou o mar precisam ser navegáveis e seguros para o comércio. Essas características inserem a cidade ideal em uma lógica mercantil. Giovanni Botero fazia parte de uma sociedade marcada pela influência do comércio marítimo no cotidiano e no imaginário dos agentes sociais. Essa influência também pode ser percebida nos escritos portugueses sobre Lisboa<sup>41</sup>.

No segundo volume, o pensador italiano apresentou outras características que contribuiriam para a grandeza da cidade, no entanto, estariam mais relacionadas ao perfil dos seus habitantes, como o estudo, a religião, seu tribunal de justiça, sua aptidão para atividades mercantis, dentre outras. É possível perceber ao longo de toda sua obra a importância que atribui a multidão que povoa a cidade para a sua grandeza: “e grandezza di città si chiama non lo spatio del sítio o ol giro delle mura, mas la moltitudine degli abitanti e la possanza loro”<sup>42</sup>.

Giovanni Botero continua a exposição de uma tipologia do espaço físico urbano no último volume. A causas para a grandeza da cidade abre espaço para a discussão dos modos se conservar a magnitude. A guerra, a peste e a fome sempre estiveram presentes na história das

---

<sup>39</sup>BOTERO, Giovanni. *Delle cause della grandezza e magnificienza delle città*. Roma: Biblioteca Italiana, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecaitaliana.it>>. Data de acesso em 15 de Julho de 2018.

<sup>40</sup>*idem*.

<sup>41</sup>*idem*.

<sup>42</sup>*idem*.

ciudades, embora como mais frequência nos séculos anteriores, sendo responsáveis pela queda de muitas delas. As causas dessas adversidades seria o crescimento desordenado da cidade, em especial, o aumento populacional. O crescimento urbano deve ocorrer na proporção que crescem os meios de sobrevivência, o que não ocorre na maioria das vezes. Essa discussão tornou-se conhecida anos depois nos trabalhos de Malthus. A cidade ideal deveria desenvolver formas para garantir a abundância de alimentos e para semear a paz e a justiça.

Delle cagioni, che conservano la grandezza delle città Resta solo che, avendo condotto la nostra città a quella grandezza che ci concede la conditione del sito e le altre circostanze da noi commemorate di sopra, si attenda a conservarla et a mantenerla: al che giova la giustizia, la pace e l'abbondanza, perché la giustizia assicura ogn'uno del suo, con la pace fiorisce l'agricoltura, i traffichi e le arti, con l'abbondanza de' cibi si facilita il sostegno della vita: e nissuna cosa tien più allegro il popolo, che il buon mercato del pane. Tutte quelle cose finalmente, le quali cagionano la grandezza, sono anche atte a conservarla, perché le cause della productione delle cose e della conservation loro sono l'istesse<sup>43</sup>

Além da influência das reflexões urbanas produzidas pelos clássicos, outras circunstâncias foram importantes para estimular o desenvolvimento de novos planejamentos urbanos, como a mudança do regime feudal para o monárquico. A dimensão espacial pode ser considerada um dos elementos mais ativos da ideologia do poder e do exercício da soberania. As reflexões urbanas produzidas pelos clássicos e seus leitores no Renascimento foram apropriadas pelo poder senhorial para legitimar seu poder, também para executar reformas nos antigos edifícios medievos com o objetivo de atender às demandas políticas da época. Um espaço próprio para os príncipes, que fosse capaz de articular o político com referências clássicas, foi projetado e elaborado nas cidades italianas a partir da segunda metade do século XVI, servindo de inspiração para outras cidades europeias na centúria seguinte. O aumento de produções sobre a cidade ideal faz parte desse processo. Esses escritos foram utilizados para ditar ideologias e agregar valores canônicos às reformas urbanas que foram sendo desenvolvidas<sup>44</sup>.

Um dos objetivos principais do tópico abaixo será justamente discutir como o estímulo aos escritos com temática urbana foi utilizado como estratégia política na monarquia hispânica, em especial, em uma conjuntura de ausência real.

## 1.2- A influência do rei (ausente)

O surgimento da imprensa revolucionou o consumo de livro ao ampliar a quantidade de publicações e ao oferecer preços mais acessíveis. Dentre os gêneros textuais favorecidos por essa conjuntura editorial, estão as descrições urbanas. Os autores tiveram uma maior divulgação dos seus trabalhos e a possibilidade de se tornarem mais conhecidos entre seus contemporâneos. O que serviu de estímulo para outras pessoas se interessarem pela produção de gêneros textuais, por mais que enfrentassem práticas abusivas por parte dos livreiros e editores conforme o livro se tornava um bem de consumo geral.

A imprensa serviu de instrumentos para o triunfo dos autores, mas também do poder moderno. O principal financiador das produções literárias na época era o rei, que utilizou o mecenato cultural como estratégia política. Isso porque, era capaz de criar uma retórica de superioridade e propagandar a monarquia. Ademais, integrava as formas de coerção suave e

---

<sup>43</sup>*idem*.

<sup>44</sup>FANTONI, Marcello. Una ciudad con forma de palacio: corte y modelos urbanísticos en la Italia del quinientos. In: *Espacios de poder: cortes, ciudades y villas (S. XVI-XVIII)*. Vol. 2. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2002, p. 3-20.

de violência, seguindo a lógica foucaultiana. A funcionalidade do mecenato cultural foi também apreendida pelas casas aristocráticas. Porém, por mais que a nobiliarquia utilizasse como referência os modelos régios e seus usos políticos, precisou desenvolver suas próprias formas de patrocínio ou consumo para atender a intencionalidades específicas, por exemplo, em uma conjuntura de rei ausente<sup>45</sup>.

Em uma das descrições que foram analisadas na pesquisa de doutorado, o autor identifica Felipe IV como um rei que favorecia as letras e todas as ciências, em sua dedicatória. Ele espera que seu trabalho seja bem recebido e beneficiado pelo rei, como foram as publicações de outros autores. E também espera contar com seu apoio em futuras publicações.

Bien fé que este mi trabalho por cosa de letras será favorecido de V.Magestad, como lo son todas las ciencias; por materia de Portugal Le estimará V. Magestad, pues por las mercedes, que haze a este Reyno, vemos claro que tiene presentes las obligaciones de honrarle como los señores Reyes sus passados, que com la sangre Le dexaran esto por herancia; por lo que a mi toca será bien recebido; porque V. Magestad como tan gran Principe acatará la buena voluntad que grandes servicios. (...)pues serán ciertas esperanças de copiosos frutos de mi ingenio, que animado com la aprobacion, que será lo mismo, que mandado de un tal Cesar, saldrá a luz conoutras obras, principalmente del tiempo de V.Magestad, en que, si tengo su Real favor, cono espero, (...)<sup>46</sup>.

A aprovação real representaria para o autor a possibilidade de conquistar graças e mercês em tempos difíceis de rei ausente, garantiria o patrocínio e a proteção às tiragens do livro e ainda tornaria seus trabalhos bem aceitos pelo público-leitor. O mecenato cultural era igualmente importante para o monarca à medida que criava uma imagem positiva sobre o seu governo como defensor das letras e das artes e que atraía partidários para o regime hispânico.

As dedicatórias teriam desempenhado um papel muito importante no sistema de patrocínio. A produção literária ibérica foi sustentada por uma variedade de patrocinadores na segunda metade do século XVI, tanto nos grandes centros comerciais, como nas cidades menores. Durante o reinado de Felipe II, era comum homens letrados se tornarem escritores itinerantes ou mesmo empregados de uma grande família nobre ou de algum clérigo poderoso. Essa situação modificou-se no reinado seguinte. Poetas, dramaturgos, romancistas e historiadores passaram a se reunir em torno de Felipe III, que atendia às demandas da sociedade de corte que estava se formando. A corte régia tornou-se a principal fonte de patrocínio para os escritores que se mostrassem capazes de integrar a sua dinâmica, seus protocolos e suas linguagens. Nesse contexto, as dedicatórias foram uma das formalidades dessa sociedade cortesã que os escritores precisaram se adequar e um trampolim para alçar posições sociais mais elevadas<sup>47</sup>.

Existe um caráter utilitário por detrás dos tópicos retóricos da prosa dedicatória. Ao oferecer sua obra, o autor se beneficia do prestígio de alguém rico, poderoso e considerado de bom gosto. Em contrapartida, aquele que recebeu a dedicatória conquista uma imagem positiva perante a sociedade. Não havia uma obrigatoriedade na recompensa, no entanto, uma aliança tácita foi pensada garantir a gratificação do escritor e comprovar o poder do patrono. Muitas vezes as relações entre escritor e patrono foram fundadas em interesses em comum entre amigos, ligações familiares e na partilha dos mesmos propósitos políticos, sociais e

---

<sup>45</sup>BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. Realeza, aristocracia y mecenazgo. Del ejercicio del poder modo calamo. In: Aurora Egido y José Laplana (ed.), *Mecenazgo y humanidades en tiempos de Lastanosa*. Homenaje a Domingo Ynduráin, Huesca-Zaragoza: Instituto de Estudios Altoaragoneses-Institución Fernando el Católico, 2008, p. 69-88.

<sup>46</sup>MACEDO, Antonio de Sousa. *Flores de España, Excelências de Portugal*. Coimbra: Na Officina de Antonio Simoes Ferreyra, Impressor da Universidade, Anno de 1737.

<sup>47</sup>SIEBER, Harry. The Magnificent Fountain: Literary Patronage in the Court of Philip III. In: *Cervantes: Bulletin of the Cervantes Society of America*. 1998, p.85-116.

econômicos. O ideal para um homem das letras seria encontrar um patrocinador que fosse influente o suficiente para torná-lo próximo do rei, o principal financiador naquele momento<sup>48</sup>.

O apoio oferecido pelos Habsburgos às práticas de impressão foi importante para a integração da monarquia hispânica. Textos e documentos oficiais, assim como relatos de combatentes, de festas e entradas régias e de viagens, e descrições, dentre outros gêneros textuais, foram largamente difundidos, alcançando até mesmo os territórios além-mar. O que determinava padrões e formas comuns, estabelecendo um vínculo entre as instituições régias e os súditos dos diferentes reinos. A difusão da imagem do monarca através de objetos impressos amenizava sua ausência física. Por outro lado, significava para o autor que se referia de modo positivo ao governante o recebimento de mercês, que eram muito disputadas em tempos de corte sem rei. E aos impressores, novas propostas de vinculação<sup>49</sup>.

### 1.3- Fontes

#### 1.3.1- Fontes portuguesas

Lisboa foi palco dos principais acontecimentos do reino português desde suas origens. Como se não bastasse ocupar uma posição de destaque na História de Portugal, era considerada uma das principais cidades da Península Ibérica. Em meados do século XVI, foram então produzidas descrições para homenageá-la. A primeira descrição foi escrita por Damião de Góis. Intitulada *Urbis Olissiponis Descriptio*, foi impressa pelo editor eborense André de Burgos em 1554. Esse livro deu origem a muitos outros escritos que tinham Lisboa como temática, em especial, no período da União Ibérica<sup>50</sup>.

Damião de Góis (1502-1574) nasceu em Alenquer, ao norte de Lisboa. Sua família pertencia à pequena nobreza portuguesa. Aos nove anos, teve o privilégio de prestar serviços à casa real, durante o reinado de D. Manuel I. Sendo assim, habituou-se desde cedo com o ambiente cosmopolita uma vez que essa corte estava inserida nas Expansões Marítimas. No reinado de D. João III, foi nomeado secretário da Casa da Índia e feitor em Antuérpia, aprimorando seus conhecimentos sobre finanças e comércio. Realizou também uma série de missões especiais que lhe levaram a diferentes lugares, como a Inglaterra, Polônia, Dinamarca, Alemanha e Rússia, e a ter contato com Martinho Lutero e Filipe Melanchthon. Em 1533, Damião de Góis deixou de servir à Coroa para se dedicar ao estudo do humanismo em Flandres, onde ficou hospedado por cerca de cinco meses na casa de Erasmo de Rotterdam. Com o objetivo de ingressar na universidade, mudou-se para Pádua entre 1534 e 1538. Foi nesse momento que começou a escrever sobre o império ultramarino português. Seu retorno para Portugal aconteceu apenas em 1545. O humanista tinha boas relações com o rei D. João III. Porém, o fato de ter se relacionado com críticos da Igreja Católica e ter visitado territórios luteranos ao longo da sua trajetória criou suspeitas sobre sua ortodoxia religiosa. O que fez a Inquisição acolher as denúncias feitas contra ele. Foi julgado e condenado à reclusão perpétua no mosteiro da Batalha em 1572. Não se conhece bem as circunstâncias que lhe permitiram sair da prisão e de seu falecimento<sup>51</sup>.

A trajetória de Damião de Góis ajuda a compreender melhor sua descrição da cidade de Lisboa. O autor inicia o livro atribuindo à Lisboa e à Sevilha o título de Rainhas dos Oceanos. Esse título se justifica pelo papel desempenhado por essas cidades nas Expansões Marítimas.

---

<sup>48</sup>*idem*.

<sup>49</sup>MEGIANI, Ana Paula Torres. O Império em papel e tinta: impressores ibéricos na época da União das Coroas. In: *Convergência Lusíada*. Rio de Janeiro, v. 19, 2002, p.47-50.

<sup>50</sup>CASTELO BRANCO, Fernando. Breve História da Olisipografia. Câmara Municipal de Lisboa, 1959, p. 8-9

<sup>51</sup>HIRSCH, Elisabeth Feist. *Damião de Góis*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 7-8.

Juntas estabeleciam a direção e o domínio de toda a navegação que se processava no Ocidente e no Oriente. O controle do oceano desde a embocadura do Rio Tejo, perpassando pela África e chegando à Ásia pertencia à Lisboa, enquanto Sevilha se lançava à navegação do Novo Mundo. Por mais que considere a importância da cidade castelhana e da descoberta do Mundo, o autor coloca em evidência a superioridade da cidade portuguesa ao longo da descrição.

Primeiramente, Damião de Góis discute a origem de Lisboa, que seria a mais antiga da Espanha, de acordo com alguns escritos antigos. Apesar de não afirmar sobre quem teria sido seu primeiro fundador, o autor faz referência a Ulisses. Dando prosseguimento à história dos grandes feitos da cidade, a conquista do reino por Afonso Henriques em 1147 é lembrada, destacando a importância do episódio para a expulsão dos mouros e para a restituição da fé cristã em Lisboa.

Os aspectos geográficos de Lisboa são descritos por Damião de Góis, notadamente, a disposição da cidade tendo como referência o Tejo. Isso porque, era de grande importância estratégica, econômica e política para o reino português. O rio Tejo participava de todas as navegações que ocorriam no Atlântico, na África e na Ásia. Outros aspectos abordados pelo autor foram: os edifícios construídos em Lisboa, as regiões que compõem seu território, a população, a salubridade e as recreações.

Ao fim, Damião de Góis incentiva outros autores a escreverem sobre Lisboa:

Aliás, se este nosso trabalho não agradar ao leitor, saiba que não fiz esta obra por imaginar que eram caminhos vedados a outros escritores. Por conseguinte, se alguém apresentar uma narrativa mais perfeita acerca da origem e situação da cidade de Lisboa, fique ciente de que fará uma acção sem dúvida agradável para todos, e para mim, sobretudo, muito grato<sup>52</sup>.

O livro *Grandeza e Abastança de Lisboa* de 1552 foi também analisado pela pesquisa de doutorado. Foi escrito por João de Barros (de Buarcos), que foi escudeiro fidalgo de D. João III e rendeiro de suas rendas. Os serviços que foram prestados lhe permitiram conhecer melhor a terra onde nasceu. Após recolher um grande volume de informações sobre as atividades comerciais de Lisboa e sua população, o nobre escreveu sobre as grandezas da cidade e ofereceu ao monarca, como estratégia para se promover na corte. O manuscrito apresenta uma série de dados numéricos de Lisboa em 1552 não dispostos de maneira coerente e com cálculos imprecisos. A forma encontrada para descrever as grandezas de Lisboa teria sido a melhor e a mais verdadeira na percepção do autor. No entanto, apesar de seu intuito ser enaltecer a cidade e comprovar seu triunfo sobre Veneza, Cairo, Babilônia e, a mãe das monarquias, Roma, os números apresentados revelaram os vícios e as misérias da cidade. Foi por essa razão que a pesquisa de doutorado escolheu analisar essa fonte. Por mais que não utilizasse a mesma estrutura textual que as demais descrições que destacavam as qualidades de Lisboa e defendiam sua superioridade, essa fonte permite conhecer melhor a realidade social da cidade, que aparece dissimulada nos escritos que lhe são dedicados<sup>53</sup>.

A próxima descrição urbana dedicada a Lisboa foi escrita por Luís Mendes de Vasconcelos, cerca de um século após Damião de Góis. Intitulada *Do sítio de Lisboa, Diálogos*, a obra influenciou decisivamente as descrições sobre Lisboa que foram produzidas ao longo da União Ibérica. Luís Mendes Vasconcelos (Lisboa, 1550?-Ilha de Malta, 1623) foi um nobre de família renomada, sendo filho de Joanes Mendes Vasconcelos, Senhor do Morgado do Esporão, Comendador da Ordem de Cristo na Comenda de Santa Maria Isseda, dos Conselhos dos Reis D. Sebastião e D. Henrique, e neto materno de D. António de Ataíde, primeiro Conde da Castanheira, ministro Del-Rei D. João III. O autor também teve uma trajetória social titulada:

---

<sup>52</sup>GÓIS, Damião de. *Descrição da Cidade de Lisboa* (1554). ALVES, José da Felicidade trad. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p.27.

<sup>53</sup>BRANDÃO (De Buarcos), João. *Grandeza e Abastança de Lisboa* (1552), organização e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

foi Comendador na Ordem de Cristo da Comenda de São Bartolomeu da Corvilhã; participou nas armadas régias de Felipe II, contra a ação do Prior de Crato, e de Felipe III; foi Capitão-Mor nas armadas do Oriente; Conselheiro Régio em 1610; e, por fim, governador de Angola de 1617 a 1629<sup>54</sup>. Sua trajetória social demonstra que apoiava e possuía uma relação próxima com o governo do Filipes, inclusive, foi um dos nobres filiados à corte real madrilena. Isso de algum modo esteve repercutido na forma como descreveu Lisboa no período da União Ibérica.

Em uma das visitas que fez na juventude a um erudito fidalgo, que havia frequentado a Corte Del-Rei D. João III, o autor perguntou-lhe sobre qual seria dentre os sítios europeus o superior. Após ter respondido que Lisboa seria o mais vantajoso dos sítios, propôs contar um colóquio que presenciou entre três fidalgos para justificar sua escolha. Os três fidalgos foram apresentados pelas profissões que ocupavam: um conselheiro real, a quem chamou de Político; um capitão, o Soldado; e um sábio, chamado de Filósofo pelo fidalgo. Esse foi o enredo escolhido por Luís Mendes Vasconcelos para iniciar os Diálogos propriamente ditos.

O livro é dividido em duas partes: na primeira parte, os personagens discutem como a manutenção das conquistas ultramarinas deixou de útil a Portugal, nomeadamente, o empreendimento da Índias; na segunda parte, priorizada na pesquisa de doutorado, fazem uma descrição do sítio de Lisboa, apresentando as vantagens que o monarca teria em fixar residência na cidade. Considerando o contexto em que foi escrito, o objetivo da segunda parte foi convencer Filipe III a transferir a sede de sua realeza para a cidade, como ficará mais evidente adiante:

pareceo-me que seria cousa utilissima mostrar, como a Cidade de Lisboa he máis apta para as cousas do mar, a respeito desta Monarchia, que outra alguma, e que nella terá abundantemente a Corte de Sua Majestade não só tudo o que para sustento commum he necessário, mas as mais preciosas cousas do Mundo, e El-Rei as melhores recreações, que se podem dezejar: para que por todas estas razões se conheça, que esta cidade he a mais digna que todas, da sua assistencia<sup>55</sup>

Em linhas gerais, o modelo de análise urbana utilizado por Luís Mendes Vasconcelos analisa três parâmetros, a salubridade, o abastecimento e a defesa, sendo influenciado por Giovanni Botero, principalmente<sup>56</sup>. A análise da fonte se baseou nesses parâmetros.

Primeiramente, no que se refere à salubridade, o autor faz as seguintes considerações: a posição da terra em zona temperada faz com que a natureza produza coisas com maior perfeição, o mesmo se pode dizer dos homens e de suas almas; a posição do céu voltado para o Oriente permite que os ventos sejam mais saudáveis; as seis ladeiras que caracterizam o relevo de Lisboa estão entre o Oriente e o Meio-dia, desfrutando das vantagens dos lugares situados desse modo; a qualidade dos seus recursos hídricos, que contribuem para a excelente natureza do ar; a qualidade dos mantimentos (pão de trigo, vinharias, carnes e pescado) se devem a terra, a água e o clima que são produzidos; e o rio Tejo onde são despejadas as imundices, impedindo que cause danos<sup>57</sup>. Essas considerações podem ser sintetizadas assim:

Tendes mostrado, que a respeito do Ceo, está em hum temperadissimo clima, e debaixo do mais benigno, e que a respeito da terra está voltada para a parte do Ceo mais temperada, olhando entre o Levante, e Meiodia, dando tambem pelas aberturas dos valles entrada aos ventos do Norte, para deitarem delles os vapores que a quentura do Sol levantar, e que occupa as meias ladeiras dos montes do seu sítio,

---

<sup>54</sup>*Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha. Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves*, Lisboa, Imprensa Nacional, 5 vol., 1858-1923.p. 305-306.

<sup>55</sup>VASCONCELOS, Luís Mendes de. *Do Sítio de Lisboa, Diálogos*. Lisboa: Na Officina de Luys Estupiñan, 1608. p. III

<sup>56</sup>CURTO, Diego Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1988.p. 195-197.

<sup>57</sup>VASCONCELOS, Luís Mendes de. *op. cit.* p. 95-113.

ficando deste modo muita parte della abrigada dos frios Septentrionais, e que não tem paues, nem alagoas e terra de má qualidade, donde lhe venhaõ ruins vapores; antes que toda a terra deita de si suavissimos espíritos, e que a agoa não só he de bom sabor, mas proveitosa para o fruto, e que o mantimento he o melhor, que tem outra alguma terra do Mundo, e que he muito limpa, pela commodidade do rio<sup>58</sup>.

A análise do segundo parâmetro trouxe consigo novidades. Luís Mendes mapeou as diferentes redes de abastecimento de Lisboa<sup>59</sup>. Ao trabalhar com uma escala mais regional, identificou os círculos de abastecimento entre Lisboa e outras regiões portuguesas, mostrando o potencial da produção e do mercado interno luso. “Destas não tem menos abundancia, porque estas são necessarias para o sustento, como são trigo, vinho, azeite, legumes, cousas de leite, manteiga, e queijos, carnes, e pescados, e madeiras, e cousas de vestir. Todas estas deve ter a Cidade do seu território, ou do seu destricto”<sup>60</sup>.

Aumentando sua escala de análise de modo a torná-la global, os círculos de comércio entre Lisboa e as diferentes regiões que faziam comércio com Portugal foram apresentados. Enfatizou-se a aptidão da monarquia portuguesa para o comércio ultramarino. A cidade teria a sua disposição em abundância todas as coisas necessárias à vida, como comida, vestuário, habitação e atividades lúdicas.

e Lisboa, não só tem o da India, mas o de todo o Mundo, que nella commerciaõ todas as nações do grande Oceano, e do Mediterraneo, a ella vem as preciosas cousas da China, as aromaticas do Maluco, e Ceilaõ, e a rica pedraria da India, e o ambar de todas as partes do mar o deita, o marfim de Angola, o Ebamo de Moçambique, o assucar do Brasil, as hollandas de Flandres, os pannos de Inglaterra, os vidros de Veneza, as telas de ouro de Milão, as sedas de Napoles, e Sicilia, as raixas de Florença; e em fim que cousas de estima, e preço ha em todas as Provincias do Mundo, que não venha a Lisboa em tanta abundancia<sup>61</sup>.

Luís Mendes Vasconcelos adiciona à sua descrição urbana a análise das recreações, o que foi um diferencial com relação a tipologia de Giovanni Botero<sup>62</sup>. Esse parâmetro está associado ao estilo de vida dos nobres, principalmente, no que se refere ao ócio. “Para hum iítio ser perfeitamente deleitoso, há de ter tres cousas, ser agradável á vista, de suave temperamento para o corpo, e ter commodidade dos exercicios deleitosos”. Também é importante que haja algumas recreações em particular, “como são Jardins, e Quintas retiradas, e sumptuosos, e grandes Conventos, illustres por fabrica, alegres por natureza, e perfeitos na vida para recreação dos animos pios, e devotos<sup>63</sup>. Lisboa preencheria esses requisitos uma vez que era um lugar deleitoso, com agradável vista, clima e comodidade para a prática de exercícios, como a pesca e a caça, e por oferecer para a distração espaços como Jardins, Quintas e Conventos<sup>64</sup>.

O terceiro parâmetro analisado foi a defesa. O autor admite a necessidade de aperfeiçoar a fortificação lisboeta. Mesmo não podendo ser acometida repentinamente, seja pelo mar ou pela terra, o autor propõe que algumas intervenções sejam feitas. A construção de uma ligação entre a ribeira de Alcântara e o rio de Sacavém, onde se faria um fosso permitindo a estrada da maré. Também, propõe a presença de ao menos dez soldados ao longo desses rios<sup>65</sup>. Essa preocupação com a defesa se deve aos assaltos feitos por corsários à cidade<sup>66</sup>. Outra razão foram os ataques feitos pelo exército espanhol na ocasião da incorporação da conquista de Lisboa pela

---

<sup>58</sup>*ibidem.* p.113.

<sup>59</sup>CURTO, Diego Ramada. *op.cit.* p. 196-197.

<sup>60</sup>VASCONCELOS, Luís Mendes de. *op. cit.* p. 130.

<sup>61</sup>*ibidem.* p. 127-128.

<sup>62</sup>CURTO, Diego Ramada. *op.cit.* p. 197.

<sup>63</sup>VASCONCELOS, Luís Mendes de. *op. cit.* p. 158.

<sup>64</sup>*ibidem.* p. 159-163.

<sup>65</sup>*ibidem.* p. 187-188.

<sup>66</sup>CURTO, Diego Ramada. *op.cit.* p. 197.

monarquia hispânica<sup>67</sup>. Esses episódios demonstraram a fragilidade da fortaleza e a necessidade de reformas em sua estrutura.

Outro autor que teria exercido influência significativa no trabalho de Luís Mendes Vasconcelos foi Francisco de Monzón (Madrid s. XV?- Lisboa 1575). Natural de Madrid, Doutor Francisco de Monzón mudou-se para Portugal em 1535 a convite de D. João III para lecionar Teologia na Universidade de Lisboa e de Coimbra. Escreveu o *Libro primero del príncipe Cristiano* em 1544, literatura de caráter político, religioso, moral e pedagógico direcionada a cortesãos e príncipes. Em um dos capítulos do livro, na edição de 1571, o autor faz uma breve descrição da cidade de Lisboa e estabelece uma comparação com Jerusalém dos áureos tempos do Rei Salomão, em que destaca a superioridade com relação a esta e a outras cidades conhecidas.

Dentre as características que foram destacadas pelo autor, estão: a localização de Lisboa que lhe permitia um clima mais temperado que Jerusalém, tornando seus invernos e verões mais agradáveis; a qualidade e a abundância dos mantimentos, aspectos que foram favorecidos pelas relações comerciais estabelecidas por Portugal, e pela fertilidade das suas terras; a estrutura física da Fortaleza e os esforços dos habitantes em proteger a cidade, que nunca foi abatida ao longo da sua história; a sua fundação seria a mais antiga da cristandade por remontar a Ulisses; a armada portuguesa; a arquitetura dos edifícios, casas e palácios; os altos índices demográficos; e a benevolência da sua gente, que acolhe peregrinos e pobres na Casa de Misericórdia<sup>68</sup>. Esse conjunto de características foram apresentados na defesa da superioridade de Lisboa que podem ser assim sintetizados:

Nesse contexto, o padre Monzón procede o elogio de Lisboa baseando-se nas sete qualidades que eram necessárias a uma cidade para ser nobre e ilustre, a saber, sua localização, a sua antiguidade, a hierarquia, a segurança, a população, a abundância e a recreação. Expõe, detalhadamente, todos estes sete pontos, estabelecendo a eminência de Lisboa no facto de o seu clima ser temperado; de nunca ter sido destruída desde a sua mítica fundação; de ser uma metrópole inexpugnável; de ter uma grande população, de ser bastante fértil e estar abastecida de todo tipo de mantimentos, e, finalmente, por ser rica em delícias que aliviavam os trabalhos quotidianos<sup>69</sup>.

Da mesma forma que Francisco de Monzón, Luís Mendes Vasconcelos comparou Lisboa com outras grandes cidades, como Cartago, Roma, Cápsua, Corinto, Constantinopla e Jerusalém. Após estabelecer as comparações, conclui da seguinte forma: “E assim, que Cidade teve nunca o Mundo em nenhum tempo, que pudesse, como Lisboa, sujeitar grandissimas Provincias, e enriquecerse com o commercio de riquissimas Nações, fazendo-se a mais poderosa de todas que foraõ, e podem ser”<sup>70</sup>.

O autor português também desenvolve as sete qualidades utilizados por Francisco de Monzón para descrever a principal cidade portuguesa e comprovar sua superioridade: a localização, a antiguidade, a hierarquia, a segurança, a população, a abundância e a recreação.

Outro elemento de convergência é a presença de uma justificativa mitológica e profética, que estaria presente em Luís Mendes Vasconcelos através do mito das quatro monarquias. Lisboa seria predestinada a ocupar a função de “cabeça” do Quinto e último Império.

Pelo que sendo a Cidade de Lisboa, por natureza de sitio fortissimo, ajuntando-se-lhe a arte similhante, fazendo de todas hum ternário, e univoco supposto, farse-ha,

<sup>67</sup>VALLADARES, Rafael. *La Conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad política em Portugal, 1578-1583*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2008, p.280.

<sup>68</sup>MONZÓN, Francisco. *Livro Primero del Espejo del Príncipe Christiano*. 2.º.ed. Lisboa: Impresso en casa de Antonio Goncaulez..., 1571.

<sup>69</sup>BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes: Política, Cultura e Representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000, p.180.

<sup>70</sup>VASCONCELOS, Luís Mendes de. *op. cit.* p. 188.

segundo a natureza do numero, eterna, conforme a sua especie. E assim não só pelas suas naturaes disposições, mas pela excellencia de sua perpetuidade, he digna de ser cabeça do Imperio de toda Terra<sup>71</sup>.

Além disso, o autor reivindica para Lisboa o título de *caput orbis terrarum*, oferecido a Roma por Tito Lívio. Dentre as passagens que demonstram que Mendes Vasconcelos acreditava que o destino de Lisboa era se tornar capital do maior dos Impérios, a transcrita abaixo é a mais expressiva:

do qual a Hespanha he a cabeça, e nela está Lisboa, no lugar dos olhos, mostrando que ella deve ser guia, e luz das mais partes da Europa; pois não só na collocação tem o lugar dos olhos, mas tambem no effeito se lhe deve a mesma similhaça; porque assim como os olhos são como portas, ou janellas da alma, por onde tem noticia das cousas sensiveis, esta nobilíssima Cidade está na foz do Tejo, e mertendo elle as suas agoas no Mar Oceano, he a sua foz, como porta a toda Espanha, e a toda Europa, por onde recebem as nações della notícia de muitas cousas que neste grandissimo Mar até nossos tempos estiverão escondidas; e assim por ella entrou a notícia, e conhecimento de muitos Portos, Ilhas, Promontórios, Reinos, Provincias e Nações, de que se não sabia<sup>72</sup>.

A partir de uma explicação organológica, Mendes Vasconcelos atribui a Espanha a posição de “cabeça” do Império uma vez que lhe foi oferecida a função de governar e a Lisboa, atribui a posição de “olhos”, por ser o farol que guiaria a monarquia espanhola e outros reinos europeus. O que justifica essa função é a privilegiada localização geográfica que possui. Essa característica seria sua principal qualidade.

Sua localização permite o contato com o Atlântico, o Mediterrâneo e a parte Norte da Europa, contribuindo com as atividades portuárias e comerciais portuguesas.

se póde correr com muita facilidade toda a Costa da África, que banha o Mar Athlantico, e embocando pelo Estreito do Mediterraneo todo aquelle Mar, e da parte Norte, em brevissimo tempo se navega toda a Costa de França, Bretanha, Flandres, e Alemanha, e as mais ilhas deste Mar; e defronte della está a terra novamente descuberta (...)E ajuntando a esta facilidade de navegação o seguro, e capacissimo porto, ea innumeravel gente, que nesta Cidade habita,(...)he tão frequentada dos mercadores que por seus commodos, e proveitos navegavaõ de huma partes em outras, que não sei nenhuma de tanto commercio, e trato<sup>73</sup>.

O modelo de análise urbana de Mendes Vasconcelos, além de analisar os três parâmetros principais (salubridade, abastecimento e defesa), avalia a inserção em uma dinâmica mercantil e a facilidade de condução, especificamente, a partir de transportes marítimos, o que também repercute na governabilidade do Império ultramarino. Desta maneira, Lisboa seria digna da assistência real e do papel de corte e capital da monarquia hispânica.

Esse modelo foi aperfeiçoado no *Livro das Grandezas de Lisboa*, escrito em 1620. Seu autor foi Frei Nicolau de Oliveira (Lisboa, 1566 - Lisboa, 1634). Membro da Ordem da Santíssima Trindade, atuou como visitador e conselheiro geral<sup>74</sup>. Essa experiência lhe permitiu conhecer diversos lugares e constatar a superioridade da cidade onde nasceu (e depois veio a morrer). Sua descrição urbana utiliza basicamente três parâmetros de análise: a defesa, o abastecimento e a salubridade.

O tratado foi escrito com o objetivo de oferecer um panorama àqueles que ainda não visitaram Lisboa. Quando ficou hospedado em Sevilha, alguns cavalheiros e figurões da cidade vieram visitá-lo no mosteiro. O clérigo praticou com eles diversas matérias, sendo que, por

---

<sup>71</sup>*ibidem*. p. 194.

<sup>72</sup>*ibidem*. p.8.

<sup>73</sup>*idem*.

<sup>74</sup>*Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha. Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves, Lisboa, Imprensa Nacional, 6 vol., 1858-1923.p. 289.*

vezes, era inquirido sobre o reino português, particularmente, Lisboa. Perguntaram se a cidade era tão grande, tão famosa, e nomeada, e reconhecida em todo Império Hispânico por suas qualidades como Sevilha. Todos ficaram surpresos quando respondeu que Lisboa não apenas seria três vezes maior que Sevilha, como também poderia ser considerada a maior cidade da Espanha e até mesmo da Europa. A ignorância das visitas quanto às grandezas de Lisboa teria servido de estímulo a sua escrita<sup>75</sup>.

O primeiro parâmetro foi a defesa. Frei Nicolau de Oliveira analisou as fortalezas, as armas e os soldados da milícia corporal (há também os soldados da milícia espiritual, que são seus religiosos e aqueles que imitam sua santa vida e costume, e as fortalezas espirituais, os mosteiros). Os próprios portugueses, com seus peitos fortes, robustos braços e invencíveis ânimos, seriam a principal defesa portuguesa. Havia ainda seis fortalezas de Lisboa a Cascais que impediam o desembarque e dificultavam a entrada dos inimigos, o que constituía um diferencial frente aos outros sítios portugueses onde o invasor encontrava facilidade para desembarcar e recolher armas. Além das fortalezas, Lisboa possuía um cômodo porto que era capaz de comportar muitas e grossas armadas<sup>76</sup>.

Felipe II conheceu as facilidades do porto lisboeta quando morou no Paço Real e determinou que fosse construída uma armada para conquistar a Inglaterra em 1585. Esse paço possuía uma vista privilegiada para a Praça da Ribeira, onde se faziam e consertavam as naus utilizadas nas navegações, e para as armadas que o rei tinha a sua disposição e suas conquistas. Diante dessa visão, Frei Nicolau de Oliveira especula que o monarca teria percebido que se fosse o senhor do mar, seria também o senhor de todo o mundo. E teria compreendido o conselho deixado por seu avô Carlos V, quando disse: *se eu fora Rei de Lisboa eu o fora em pouco tempo de todo o mundo*. Somente não foi capaz de entender que para ser o senhor dos mares deveria ser tornar presente em Lisboa<sup>77</sup>.

Em sua tarefa de expor as qualidades da cidade e trazer esclarecimento ao monarca, Frei Nicolau de Oliveira deu prosseguimento à análise urbana com o parâmetro abastecimento. Lisboa seria superior em grandeza e em comércio, e trato, que todas as cidades, devido à capacidade do seu rio e também ao grande número de vilas e quintas. Presentes em seu entorno e na banda além do Tejo, essas freguesias fornecem durante todo o ano pão, carne, peixe, leite, frutas, vestuário e todas as coisas necessária para o serviço e mantimento do domicílio. Pode-se dizer ainda sobre a fertilidade dos seus arredores<sup>78</sup>.

O terceiro parâmetro foi a salubridade. Seu céu estava no meio da Zona Temperado, que não esquenta demasiadamente nem esfria. A terra estava voltada para o oriente, sendo o ar purificado pelo calor do Sol, e seu relevo era formado por sete montes, ladeiras e um vale, que tornava o sítio são e livre de enfermidades. Os ares e vapores eram de excelente natureza e contribuía para a saúde das terras, rios e demais águas. A largura do Tejo impedia que os ares nocivos cheguem à cidade. A qualidade de sua água, própria para beber e com efeitos medicinais. A fertilidade e a bondade dos seus mantimentos. Bons pastos para os animais e boa carne. E a preocupação dos regentes com a limpeza da cidade<sup>79</sup>.

Ao longo de toda a descrição, Frei Nicolau de Oliveira mostrou que as qualidades de Lisboa não dependiam apenas das disposições naturais da cidade, que foram consequência da benevolência divina, mas também do esforço da sua população e dos dirigentes políticos.

A última descrição portuguesa analisada foi *Flores de España, Excelências de Portugal*, publicada em 1631. Seu autor foi António de Sousa de Macedo (Porto, 1606 – Lisboa, 1682), um dos homens mais importantes da sociedade portuguesa. Conhecedor das leis, polígrafo,

---

<sup>75</sup>OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804, p.XII.

<sup>76</sup>*ibidem*.p.136-145.

<sup>77</sup>*idem*.

<sup>78</sup>*ibidem*.p.136-145

<sup>79</sup>*ibidem*.p.256-266.

escritor, poeta e diplomata, deixou um legado de intensa atividade literária e política, sendo lembrado defensor da Restauração. Porém, na época em que escreveu o livro, ainda era considerado um apoiador dos Filipes. Alguns estudiosos portugueses entenderam que estaria presente em seu livro um sentimento nacionalista e de resistência ao governo espanhol. O autor ao proclamar a superioridade portuguesa se apresentava como um dos representantes da Literatura Autonomista, que teria oferecido instrumentos mentais para o desencadeamento da Restauração<sup>80</sup>. O livro obteve grande repercussão em sua época. Alguns poemas lhe foram dedicados, como o soneto de D. Francisco Manuel de Melo, publicado na 1ª edição do livro:

Quando envolto dos míseros cuidados  
De Portugal o Reino se levanta,  
Quando a Fortuna, desigual, intenta  
Mentir-lhes glórias e usurpa-lhes estados;

Vossa pena com termos levantados  
Excelências da Pátria representa,  
Com o que, por vossa pena a Pátria aumenta  
Mérito nas desgraças sepultados.

Ação que eternamente celebrada,  
Será, porque com alta providência  
Hoje fazei a lastima oportuna

Pois ficando da perda acreditado,  
Veja o mundo que há sido esta excelência  
A razão principal desta fortuna<sup>81</sup>.

Embora o título contemple todo o Império Hispânico, o autor esclarece que apenas as matérias referentes a Portugal serão abordadas no livro. Isso porque, sendo o reino mais importante da monarquia, ao discutir suas qualidades, também estaria fazendo referência às espanholas, *pars pro toto*. Em outras palavras, “las Excelencias de Portugal no ay duda, que son Flores de España”<sup>82</sup>. Como todas as outras flores, Portugal estaria em busca da sombra da mais bela e perfeita, a majestade. O autor também que persuadi-lo a amparar e a integrar as perfeições portuguesas, por isso, escreve em castelhano para que todos possam ler.

As qualidades portuguesas seriam conhecidas e evidentes, assim sendo, foram poucos os autores que se propuseram a escrevê-las. A oralidade teria um importante papel na preservação da memória das excelências, de acordo com António de Sousa de Macedo. Preocupado em prestigiar essa memória e prestigiar todos aqueles que se propuseram a escrevê-las, o autor elenca todos autores que se dedicaram a escrever sobre Portugal, também sobre Lisboa, sem querer ser exaustivo. O tratado que escreveu está alicerçado e legitimado por esses autores.

As citações que foram feitas permitiram à pesquisa de doutorado identificar os textos sobre Lisboa que foram escritos por portugueses e estrangeiros. Como uma das excelências de Portugal, o autor destina algumas páginas à descrição da capital, que seria a cidade mais grandiosa do mundo e a mais digna para ser sede da monarquia hispânica. Muitas foram as razões que levaram a utilizá-la como uma das principais fontes: a descrição das excelências de Lisboa; o período em que foi escrita, última década da União Ibérica; a trajetória do autor, que o fez ser identificado como representante da Literatura Autonomista; a expectativa de que

---

<sup>80</sup>CIDADE, Hernani. *A Literatura autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Sá da Costa, 1950, p. 127-130.

<sup>81</sup>MACEDO, Antonio de Sousa. Ao lector. In: *Flores de Espanã, Excelências de Portugal*. Coimbra: Na Officina de Antonio Simoes Ferreyra, Impressor da Universidade, Anno de 1737.

<sup>82</sup>*idem*.

Lisboa volte a ser residência régia que motiva sua escrita; e sobretudo as referências que faz a outros impressos e os indicativos de sua projeção na época.

Através da análise da fonte foi possível perceber que as descrições de maior recepção na época foram: *Do Sítio de Lisboa*, *Diálogos* e *Livro das Grandezas*, escritas pelos contemporâneos Luís Mendes Vasconcelos e Frei Nicolau de Oliveira. Como analisados nos parágrafos acima, essas descrições seguiam a mesma rotina, como também foi feito por António de Sousa de Macedo, destacam as qualidades de Lisboa e defendem sua aptidão como capital da monarquia hispânica.

A descrição de Frei Nicolau de Oliveira teria recebido críticas severas por parte de seus leitores por não ter sido capaz de dizer sobre todas as grandezas de Lisboa. António de Sousa de Macedo atribui a dificuldade mostrada pelo religioso ao longo tempo em que se manteve recluso no monastério e aconselha àqueles que não tiveram a oportunidade de conhecer Lisboa que não utilize essa descrição como referência e que aproveite para visitá-la – inclusive, aconselha ao monarca<sup>83</sup>. As críticas que recebeu talvez sejam explicadas pela influência das análises quantitativas de João de Barros em sua descrição. Tal como seu antecessor, por mais que exagerasse nas qualidades de Lisboa e dissimulasse suas imperfeições, os problemas sociais enfrentados pela cidade transpareceram em meio a dados numéricos. Em contrapartida, a descrição de Luís Mendes de Vasconcelos é considerada por António de Sousa de Macedo excelentíssima, e seu autor, alguém de ilustre sangue e entendimento.

A descrição das qualidades do reino português (e também da sua principal cidade) proposta por Sousa de Macedo foi muito influenciada por Luís Mendes Vasconcelos, em algumas partes, foi um resumo de sua descrição. Porém, observou-se que os elementos míticos e proféticos característicos do imaginário urbano lisboeta estavam mais presentes em Sousa de Macedo. Um exemplo é forma como analisou a localização geográfica de Lisboa. Em sua compressão, a monarquia que desejasse ser o Quinto Império deveria possuir o senhorio do mar. Lisboa ocupava um local privilegiado e uma posição portuária de destaque, desta maneira, o rei que a elegesse “cabeça” da sua monarquia teria as condições necessárias para exercer domínio sobre outros territórios e assim se tornar o maior dos impérios<sup>84</sup>.

Essa passagem evidencia que o autor também compartilhava da convicção de que Lisboa seria a *caput orbis terrarum*. Em outro momento, Sousa de Macedo disse que Deus na criação teria previsto as excelências do reino português e quis torná-lo cabeça do mundo, e oferecer ao mundo tal cabeça. Partindo de uma explicação organológica, explicou que existem dois extremos no mundo, o Ocidente representava o princípio e o Oriente, o fim, ou também cabeça e pés. Portugal teria sido providencialmente alocado na porção mais ocidental. O autor insinua que a vontade divina não estaria sendo respeitada pela monarquia hispânica visto que ao reino português não caberia ser uma mera coroa e sim a cabeça coroada de todo o mundo<sup>85</sup>.

A antiguidade de Lisboa também foi utilizada como argumento para comprovar sua superioridade. Sousa de Macedo defende que a origem da cidade remonta ao herói Ulisses, o que a torna a mais antiga de toda a cristandade. A narrativa de Homero dizia que Ulisses teria navegado até os confins da Espanha, onde se encontrava os campos elísios. A localização de Portugal na parte final da península, em uma elevação conhecida como *finis terrae*, a proximidade entre as datas do término da destruição de Tróia e a fundação da cidade e a semelhança da palavra Elísios e campos lísios que deram nome a Lusitânia, Lysitânia ou Portugal, foram os argumentos utilizados pelo autor para comprovar a origem mítica de Lisboa<sup>86</sup>. Mesmo que baseado em uma explicação mítica, a maioria da cidade em relação ao restante da Europa reforçava ainda mais suas qualidades, pois significava dizer que em sua

---

<sup>83</sup>*ibidem*.p.31.

<sup>84</sup>*ibidem*.p.4.

<sup>85</sup>*ibidem*.p.4-6.

<sup>86</sup>*ibidem*.p.10.

longa trajetória nunca foi destruída, ao contrário de Roma, por exemplo, que foi capital de um grande império.

De forma semelhante aos outros autores portugueses discutidos que foram contemporâneos à União Ibérica, Sousa de Macedo destacou as excelências de Lisboa na tentativa de persuadir os Filipes a transferirem a sede da corte régia e a capital da monarquia espanhola para a cidade. Para essa tarefa, apoiou suas argumentações em determinismos geográficos e em modelos urbanos ideais, assim como, em mitos e profecias que faziam parte do imaginário da cidade na época. Os escritos produzidos em outras situações de ausência real se comportaram do mesmo modo, como poderá ser observado no caso madrileno.

### 1.3.2- Fontes espanholas

Diferente de Lisboa, que tinha uma posição de destaque na História de Portugal, em especial, após os Descobrimentos, e que era considerada uma das principais cidades da Península Ibérica. Madrid não passava de uma vila sem importância antes de ser eleita a capital da monarquia hispânica, sua história e economia não se sobressaiam no conjunto de cidades castelhanas. Desta maneira, foram poucos os escritos dedicados a homenageá-la, mesmo após a decisão política de Felipe II em se mudar com sua corte para a cidade. Parece razoável supor que a falta de uma produção textual significativa sobre Madrid se justifique pelo caráter transitório que parecia ter a decisão real. De fato, foi após o regresso da corte régia de Valladolid, quando a vila passou a ser vista como corte definitiva, que aumentou progressivamente a quantidade de pessoas interessadas em escrever sobre a capital da monarquia hispânica.

Antes, um conjunto de escritos foi produzido com o objetivo de fazer uma descrição urbana de Madrid que destacasse suas qualidades e que defendesse a pertinência de mantê-la como corte régia, no período em que o rei esteve ausente. Dentre seus principais representantes, estavam Cristóbal Perez de Herrera e Francisco Pereda, cujas as descrições urbanas foram analisadas pela pesquisa. Ao longo do doutorado, houve uma dificuldade de acesso a fontes de origem espanhola, que foi parcialmente superada. Isso fez que com que a tese não contemplasse uma quantidade maior de fontes espanholas, principalmente, quando comparado com a quantidade fontes portuguesas que foram analisadas. Isso não representou, no entanto, um empecilho para o desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa de doutorado analisou três discursos dedicados a Madrid escritos por Cristóbal Pérez de Herrera, no início do século XVII. O doutor Pérez de Herrera (Salamanca, 1556-Madrid, 1620) foi Protomédico das Galeras Espanholas, Médico do Rei e Procurador Geral dos Pobres da Espanha ao longo dos reinados Filipe II e III. É considerado uma das figuras mais importantes da sua época, pois seus escritos ofereciam uma opinião qualificada a respeito dos assuntos que inquietavam seus contemporâneos e propostas de intervenção na sociedade. Seus temas de interesse foram a medicina e a restauração geral da república, mais especificamente, o tratamento que deve ser dado ao problema social da pobreza e da mendicância, e os aspectos urbanísticos de Madrid – tema de maior relevância para a pesquisa. A discussão sobre Madrid tratava-se de um assunto de Estado uma vez que era a capital da monarquia hispânica e um importante instrumento propagandístico, a capital determinava a imagem do Estado dentro e fora das suas fronteiras<sup>87</sup>.

Dentre os discursos dedicados a Madrid, foram analisados: (1) *A la Católica y Real Magestad del Rey don Felipe III (...): suplicando à su Magestad, que atento las grandes partes*

---

<sup>87</sup>GONZÁLEZ DE LA FUENTE, Dolores. Felípica, capital de la monarquia (proposta de Pérez de Herrera para Madrid). *Espacio, Tiempo y Forma*. t.15, 2002, p.18.

*y calidades desta villa de Madrid, se sirua de no desampararla, sino antes perpetuar en ella la asistencia de su casa y gran Monarchia* (1600); (2) *A la catolica real magestad del Rey don Felipe III (...) cerca de la forma y traça, como (...) podrian remediarse algunos peccados, excessos, y desordenes (...) de q̃ esta villa de Madrid al presente tiene falta (...) en caso de que su Magestad fuesse seruido, de no hazer mudança con su Corte á la ciudad de Valladolid* (1601); (3) *Al catolico y poderosissimo Rey de las Españas, y del Nueuo mundo, don Felipe III, nuestro señor que Dios prospere, y nos guarde muchos años* (1608).

As duas primeiras fontes foram escritas no período em que a corte foi transferida para Valladolid, entre 1600 e 1606, e a última fonte, após o regresso. Desta maneira, estão inseridas em um contexto de disputas pela capitalidade e representam um esforço de construir uma imagem de cidade ideal para Madrid, baseada nas leituras de clássicos e renascentistas. Os discursos de Pérez Herrera dirigidos à Filipe III descrevem os aspectos positivos que tornariam Madrid apta para ser sede da corte e da residência real a fim de convencer o monarca, em um primeiro momento, a permanecer na vila e, depois de decidir se mudar para Valladolid, a retornar. Outrossim, propõem medidas para remediar os problemas que teriam motivado a decisão do monarca.

Aliás, doutor Pérez Herrera foi quem primeiro manifestou a respeito da polêmica em torno da transferência da corte, em 1597. Em um escrito dirigido a Filipe III, suplica: “considerando las muchas calidades y grandezas de la villa de Madrid, se sirva de ver si convendria honrarla e adornarla de muralla y otras cosas que se proponen, con que mereciese ser corte perpetua e asistencia de su gran monarquía”. O que se seguiu foi a apresentação de um ambicioso programa urbanístico que teria como objetivo assegurar a capitalidade de Madrid. Três intervenções foram sugeridas ao monarca: “cercar a Madrid de muralla”, edificar uma Igreja Catedral e aumentar a caudal do rio Manzanares. Em síntese, as intervenções buscavam: impedir a entrada de delinquentes, desocupados e indivíduos doentes; atender a uma reivindicação da população de edificar uma catedral em Madrid; e conferir maior significado econômica ao rio. Essas propostas reparariam os problemas que eram utilizados como argumento favorável a Valladolid<sup>88</sup>.

O primeiro discurso analisado foi escrito no momento em que o monarca divulgou a notícia que se mudaria com sua corte. Dentre as alegações utilizadas, foi a presença de um grande número de gente “holgazana” e “superfla”. Essa razão havia sido discutida pelo doutor Pérez de Herrera em seus escritos anteriores, quando propôs medidas pra resolver o problema. Novamente, suplica ao monarca que realize mudanças na vila para que possa manter sua condição de corte. “Cosa q se puede com otras q se dirã cõ el favor divino remediar cõ facilidade siendo mas puesto en razon, coral el cuerpo quando enferma, q no matarle: y assi es mas justo remediar las faltas que esta villa tuviere, que no destruyrla y acabarla de todo ponto”<sup>89</sup>.

Exercendo seu serviço de Médico do Rei, doutor Pérez de Herrera alerta que a mudança resultaria em muitos riscos, inconvenientes e gastos, podendo afetar inclusive a saúde do monarca, dos seus familiares, conselheiros e ministros.

y siguiendo mis itentos , me há parecido representar a V. M. los muchos inconientes q parece que resultarian desta mudãça, asi de riesgo de la salud de V. M. y de la Reina nuestra señora, y sus Reales familias, Cõsejeros y Ministros: q como medico y tan deseoso de acertar en el servicio de V. M. he considerado de grandes

<sup>88</sup>CAVILLAC, Michel. El Madrid “utópico” (1597-1600) de Cristóbal Pérez de Herrera. *Bulletin hispanique*, n.2, 2002, p. 628-636.

<sup>89</sup>PÉREZ DE HERRERA, Cristóbal. *Discurso a la Catolica y Real Magestad del Rey D. Felipe nuestro Señor, en que se le suplica, que considerando las muchas calidades y grandezas de la villa de Madrid, se sirva de ver si conuendria honrarla, y adornarla de muralla, y otras cosas que se proponen, con que mereciese ser Corte perpetua, y asistencia de su gran Monarchia*. 1600, p.2

incomodidades y excessos de gastos, perdidas de muitas sumas y fazendas, y rentas de sus criados y vassalos<sup>90</sup>

Em sequência, ele destaca as qualidades que fazem Madrid a mais digna da mercê e da autoridade de ser corte e morada do monarca, mais que qualquer outra cidade da Espanha: céu sereno e admirável; águas saborosas e delgadas; abundância de fontes e rios; os rios, apesar serem sujos, não são grandes, possuem arbóreo fresco e ribeiras deleitosas, e adornados por uma suntuosa ponte, além disso, o seu percurso é de grande serviço e proveito para a vila e não causa danos em seus períodos crescentes; salubres e saborosos mantimento; e inverno moderado, verão quente e seco, e com ventos, por estar situado no alto, dentre outras qualidade apresentadas ao longo do discurso<sup>91</sup>. A permanência do monarca na vila onde nasceu e foi criado, portanto, contribuiria para a conservação da sua saúde.

Em oposição, Valladolid estava localizada em uma região com muita poeira, neblina e com ares frios e úmidos, cercado por rios que escurecem e umedecem seus vapores, também, que nas cheias inundam as avenidas, sem mantimentos, habitações e locais de recreação suficientes para a corte. Além de não possuir as qualidades necessárias para ser residência da corte e da família real, a umidade da cidade, que traria consigo a corrupção das coisas, causando doenças e mortes, seria maléfica para a saúde do monarca. A mudança prejudicaria ainda as regiões vizinhas de Valladolid, que perderiam seus habitantes e, conseqüentemente, suas fazendas, investimentos e dinheiro. Doutor Pérez de Herrera termina o discurso propondo algumas medidas para melhorar o governo e ornato de Madrid e para se evitar determinados danos, inconvenientes e excessos que estavam presentes na vila<sup>92</sup>. Essas medidas serão discutidas mais profundamente na análise do segundo documento.

No segundo discurso, a mudança da casa real e da corte havia sido concluída. O autor volta a discutir as medidas propostas nos discursos anteriores dirigidos ao monarca na expectativa de dissuadi-lo de sua decisão. Foram apresentadas quatro formas para remediar os problemas que teriam levado à transferência, aquele que parece ter sido para o autor mais significativo foi a quantidade de pessoas ociosas e sem ocupação que foram residir na vila. (1) Primeiramente, impedir que pessoas escandalosas e supérfluas residam na vila, oferecendo aos novos moradores um período de licença para que seu comportamento seja avaliado e designar funcionários (cavaleiros, juízes e tenentes) para expulsar essas pessoas. (2) Diminuir o preço e aumentar a disponibilidade dos produtos essenciais à sobrevivência, como lenha, alimentos e vestimentas. (3) Limpar as ruas de maneira adequada para a preservação e a conservação da saúde, a purificação do ar e melhorar a qualidade da água. (4) E, por fim, acomodar com conforto e de acordo com os gostos pessoais os ministros, conselheiros e criados em pousadas<sup>93</sup>.

Madrid enfrentava desde a transferência da corte uma “gran desorden de carestia, falta de mantimientos, leña, carbon, y otras cosas necessarias para la vida humana”, a situação chegou a tal ponto que “han subido los precios de algunos mantenimientos, y otras cosas, quatro vezes mas que solian valer”<sup>94</sup>. Doutor Pérez de Herrera considerava necessário que algo fosse feito para aumentar a disponibilidade e reduzir o preço dos produtos, como construir espaços para recolher e abrigar os mantimentos e mercadorias, e evitar que moços vendessem alimentos nas ruas. Ao final, sugere ainda que a agricultura seja incentivada, utilizando como mão de obra ociosos, vagabundos e rapazes jovens. Para isso, pede que eclesiásticos e senhores sejam

---

<sup>90</sup>*idem.*

<sup>91</sup>*idem.*

<sup>92</sup>*ibidem.* p. 9.

<sup>93</sup>PÉREZ DE HERRERA, Cristóbal. *A la catolica real magestad del Rey don Felipe III (...) cerca de la forma y traça, como (...) podrian remediarse algunos peccados, excessos, y desordenes (...) de q̃ esta villa de Madrid al presente tiene falta (...) en caso de que su Magestad fuesse seruido, de no hazer mudança con su Corte á la ciudad de Valladolid.* 1601, p. 1-2.

<sup>94</sup>*ibidem.* p. 8.

caridosos oferecendo aos lavradores grãos para semearem e suas terras para os lavradores residirem e plantarem<sup>95</sup>. Ele estava preocupado com os danos que poderia causar à saúde da população. Todas as “desordenes de las repúblicas redudam particularmente em detrimento de la gente pobre, y desfavorecida de ellas”<sup>96</sup>.

O último discurso analisado foi escrito quando a corte regressou a Madrid e ali se estabeleceu definitivamente. Diferente das duas fontes anteriores, Cristóbal Pérez de Herrera dedica maior atenção a descrição urbana de Madrid que nas propostas de medidas para solucionar seus flagelos sociais. Ele narrou de maneira mais detalhada os aspectos geográficos, arquitetônicos, urbanísticos, sociais, demográficos, econômicos e políticos, colocando suas qualidades em evidência. O objetivo era mostrar que Madrid seria a mais digna e capaz de exercer permanentemente a função de “coração” na monarquia espanhola.

Y assi parece cosa justa, que V. M. con la gran prudencia y governo que tiene en las cosas, se sirva de mirar si covendria elegir lugar y parte en España cõ los requisitos necessarios, para que la corte y morada de V. M. ordinaria, a quien Dios dio tãta riqueza e numero de Reynos, tuviesse de haver mudãça por alguna ocasion de guerra, o outra urgente que puede suceder, obligãdo a la persona Real q aya de assistir, qdasse em ella su Consejo, y los demas de sus Reynos, y adonde em efectoandose los negocios necesarios, bolbiesse a residir, como a parte cierta y disputada para este efecto. Para lo qual, aviendo considerado con mucho cuydado, que o lugar sea mas a proposito en Espanã para ello ser la villa de Madrid, siguiendo la eleccion prudentissima de V. M. que en tenido sussiego en su Reyno, la escogio para este efecto, por ser la mas digna y conveniente, pues tiene las partes que se requieren para su assiento y morada de un gran Rey y Señor como V.M. porque examinando y advirtiendo las que em esso discurso se diran, se echara de ver que a poderia ser con el tiempo el lugar mas ilustre y populoso del mundo (...) <sup>97</sup>.

Nessa descrição, Pérez de Herrera mais uma vez diz sobre as características naturais de Madrid: admirável e sereno céu; ares delgados e salubres; água saborosa e delgada presente em abundância em fontes e rio; ainda que seja sujo, o rio é ameno, possui arboretos frescos, ribeiras deleitosas e não é grande; a corrente do rio traz grande serviço e proveito para as regiões por onde passa, além disso, sua crescente não causa danos; o assento em lugar alto faz com que as águas limpem e corram para o rio sem se rebalsar, impedindo que haja umidade e fazendo com que ares das regiões vizinhas fiquem mais puros; e possui bom solo, não padece de tremores por estar localizado no centro da Espanha, nem de seca<sup>98</sup>. Em síntese, o objetivo do autor em descrever as características naturais de Madrid foi mostrar que atende ao parâmetro salubridade,

q jamais se ha visto en ella cõtation, ni pieste, y si alguns dr se a tenido no presente, pegada por contaminaciõ de otras partes, tiene tan força la constelaciõ admirable, y ventilacion de ayres delgados y puros ya dicho, q todo lo limpiã, desfaziendo la causa eficiente y minera dello, siendo esto demas consideraciõ, por ser lugar de tãta gente, y sin corrales adõde se echen las imundicias<sup>99</sup>.

Outro parâmetro analisado foram as recreações. Esse parâmetro é importante para as cidades que possuem a função de corte por estar relacionado ao estilo de vida cortesão. O autor diz que havia em Madrid muitos locais de distração, em quase todos, cheios de arvoredos, com os prados de San Jerónimo, jardins e casas de campo. Além disso, diversos templos, mosteiros e outros edifícios religiosos ilustres que são citados pelo autor. O Alcázar de

---

<sup>95</sup>*ibidem*. p. 30-34.

<sup>96</sup>*ibidem*. p. 8.

<sup>97</sup>PÉREZ DE HERRERA, Cristóbal. *Al catolico y poderosissimo Rey de las Españas, y del Nueuo mundo, don Felipe III, nuestro señor que Dios prospere, y nos guarde muchos años*. 1608, p. 2-3.

<sup>98</sup>*ibidem*. p. 3-4.

<sup>99</sup>*idem*.

Madrid e a Casa Real são os mais capazes e insígnies de todos os reinos da monarquia hispânica, por ser morada do rei e sua família, e dos conselhos que assessoravam seu governo. Essas construções possuíam apreciáveis vistas, com jardins e fontes. Outros edifícios reais também eram lugares de entretenimento, com bosques para a caça, deleitosas ribeiras e frescos jardins. E, por fim, faz referência ao suntuoso edifício San Lorenzo Real (Monastério do Escorial), que foi construído a pedido de Filipe II para devoção e enterro, localizado a sete léguas de Madrid<sup>100</sup>.

Os edifícios dos estabelecimentos comerciais são citados por Cristóbal Pérez de Herrera, assim como as casas que estão sendo construídas, grandes, com boa arquitetura e muitos aposentos. Essas construções são importantes para servir e abrigar uma população que cresce significativamente<sup>101</sup>. É necessário também que tivesse mantimentos em abundância. No que refere ao parâmetro abastecimento, o autor diz que as regiões vizinhas produzem alimentos saborosos, salubres e na quantidade necessária para as demandas da corte. Madrid também satisfazia a esse parâmetro, na compreensão do médico<sup>102</sup>.

A exemplo de outros autores analisados na pesquisa de doutorado, Cristóbal Pérez de Herrera compara Madrid com outras cidades de destaque na época a fim de comprovar sua superioridade. As cidades escolhidas foram Toledo e Valladolid, que foram no passado residência real e sede da corte. No seu parecer, Toledo não possuía uma estrutura urbana e arquitetônica capaz de abrigar a corte de uma monarquia grandiosa como a espanhola, com um número significativos de pessoas, carroças e coches. Valladolid, por mais que fosse um bom lugar, com edifícios bem ornados, templos, ribeiras e outras coisas importantes, possuía algumas características que também impediam que fosse corte, como o clima menos temperado que Madrid e as inundações dos seus rios.

Ao final do discurso, Cristóbal Pérez de Herrera dedica um espaço para propor ao monarca algumas mudanças para o ornato de vila de Madrid: cerca-la com uma muralha, oferecer-lhe o título de cidade, construir uma Igreja Catedral e um Bispado, e fazer intervenções em seu rio<sup>103</sup>. Algumas dessas mudanças propostas foram discutidas na análise dos discursos anteriores.

Francisco Pereda foi autor do *Libro intitulado Patrona de Madrid, y de las venidas de Nuestra Señora a España y de las insígnies imágenes y templos de Nuestra Señora*, publicado em Valladolid em 1604 (curiosamente, na época em que Madrid havia sido abandonada). Essa obra ficou conhecida nas edições posteriores pelo título: *Historia de la santissima y devotissima imagen de Nuestra Señora de Atocha, patrona de Madrid*. Não foram encontradas muitas informações sobre seu autor. Francisco Pereda foi um predicador dominicano que produziu um livro dedicado aos milagres da Virgem de Atocha. Esse livro fez parte de uma tradição hagiográfica e de história de imagens de Marias característica da conjuntura religiosa de Contrarreforma.

Em suas primeiras páginas, o autor faz uma breve descrição das excelências de Madrid, onde se encontra um santuário em homenagem à virgem, padroeira da cidade. Francisco Pereda inicia a descrição dizendo sobre a antiguidade da vila, que remontaria a Mantua Carpentanea. Desde suas origens, foi um lugar nobre, povoado por pessoas e famílias de ilustre sangue, e ocupava a função de metrópole e cabeça da província Carpetana<sup>104</sup>.

Em sequência, apresenta as condições naturais da vila: estava assentada em lugar forte e alto, sobre os montes; era seguro e livre de perigos, como inundações; sua localização no

---

<sup>100</sup>*ibidem*. p. 6.

<sup>101</sup>*ibidem*. p. 7-8.

<sup>102</sup>*ibidem*. p. 9.

<sup>103</sup>*ibidem*. p. 11.

<sup>104</sup>PEREDA, Francisco de. *Historia de la santa y devotissima imagen de nuestra señora de Atocha, patrona de Madrid* (...). Valladolid, 1604, folha 1.

centro da Espanha; a fertilidade do solo, oferecendo preciosos alimentos, como pão, vinhos, azeite, frutas, legumes e verduras; a disposição da terra em morros e vales; e a qualidade das carnes, caças e vales. Possuía todos esses produtos em abundância, sendo assim, além de condições naturais propícias para o desenvolvimento humano, era bem abastecida de mantimentos necessários à sobrevivência<sup>105</sup>.

Havia também abundância de água por estar em sítio eminente e muito alto. As fontes e poços eram tão numerosos que a maioria das casas eram abastecidas com água. A água era doce, limpa, delgada e salubre. O religioso destaca ainda a ornamentação e a abundância de água em algumas fontes, como as de Lavapies, de Levanitos, de Prado de San Geronimo, dentre outras<sup>106</sup>.

A qualidade do ar foi também descrita, sendo considerado puro e salubre. A comunicação e a proximidade como as terras do Norte e do Poente eram responsáveis por deixar os ares temperados, puros e sadios. Outra qualidade é a disposição do Sol, mesmo em dias nublados ou de chuva, fica claro no princípio do dia e no final da tarde, por essa razão, teria ficado conhecida pelos sarracenos como o Lugar do Sol. As características apresentadas nesse parágrafo tornavam Madrid a mais salubre do reino pois não foi acometida por peste, nem outra enfermidade contagiosa e perigosa, como outras cidades<sup>107</sup>.

As boas influências do céu, do ar e da terra na população geravam animo, bons sentimentos e inclinações, boas condições e entendimento, e estimulavam suas habilidades para todas as coisas, e a capacidade e a destreza para realizar negócios.

el cielo e el ayre, y la doçura y nobleza dela tierra naturalmente crian los hombres de lualidad, y nacen con la aspereza, o con la blandura del terron que los produce, y de los frutos que lo criã que son como madre que les trae en el vientre, y les da el pecho y la leche de sus entrañas<sup>108</sup>

Esse bem natural contribuiu para que Madrid fosse um lugar privilegiado no culto à religião cristã, uma grande amostra citado pelo autor foi a trajetória de Santo Isidro e sua esposa Maria da Cabeça<sup>109</sup>.

Outro testemunho da nobreza e qualidade de Madrid oferecido pelo autor foi sua religião ter sido fundada por dois grandes patriarcas, Santo Domingo e São Francisco. Eles estiveram na vila com o intuito de pregar para a população, sendo muito bem recebidos pela mesma. Na ocasião, foram construídos mosteiros, para abrigar religiosos e religiosas e serem espaços de caridade. A quantidade de edifícios religiosos e de obras pias e a antiguidade dessas construções também foi considerada uma das grandezas de Madrid uma vez que demonstravam a cristandade da população. Três foram destacadas: o Mosteiro de Santo Domingo Real, o Convento das Descalças Reais e a Igreja de São Gerônimo Real. “As excelências de Madrid” foi finalizada com a descrição dessas construções<sup>110</sup>.

Em sequência, Francisco Pereda discute a importância do santuário dedicado à Nossa Senhora de Atocha, onde se direcionam muitas peregrinações religiosas que suplicavam pela saúde do reino e pela chegada das chuvas. Muitos milagres teriam sido operados, especialmente, sobre as pessoas reais. Esses aspectos devocionais em torno da virgem de Atocha “plasmaba perfectamente la doble faceta de Villa y Corte que acreditaba y consagraba, de alguna manera, la relación entre el Rey y la Urbe, símbolo, a nivel más general, de la indefectible unión entre el soberano y su pueblo”<sup>111</sup>. Pode ser feito um paralelo entre a história de Madrid e do santuário:

---

<sup>105</sup>*ibidem*. folha 1-2.

<sup>106</sup>*ibidem*. folha 2-4.

<sup>107</sup>*ibidem*. folha 4.

<sup>108</sup>*ibidem*. folha 5.

<sup>109</sup>*ibidem*. folha 5-6.

<sup>110</sup>*ibidem*. folha 7-19.

<sup>111</sup>*idem*.

a modesta vila de Madrid se transformou em uma grande metrópole na mesma proporção em que o humilde eremitório se transformou em poderoso convento e Real Basílica<sup>112</sup>.

#### **1.4- Considerações finais**

As descrições das cidades ibéricas possuem uma série de características em comum, principalmente, quando foram produzidas na ausência real. Primeiramente, esses escritos lamentavam a situação de abandono e proclamavam suas excelências esperando convencer os monarcas a escolhê-las como residência permanente. Clássicos e renascentistas que teorizavam sobre a cidade ideal serviram como referência com o objetivo de tornar os argumentos que foram desenvolvidos em defesa dessas cidades mais racionais. O que não significa dizer que os mitos e profecias próprios do imaginário urbano da época não estivessem presentes nessas descrições. Foram utilizados para explicar as origens, as antiguidades e o destino de ser capital. Pode-se dizer ainda que foram privilegiados por uma conjuntura editorial favorável.

Por mais que houvesse uma semelhança entre as descrições, esses escritos analisavam os elementos geográficos, históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais particulares de cada cidade. Ao organizar e ao definir esses elementos que integravam os habitantes e que tornavam a comunidade reconhecida, teriam contribuído para a formação de uma identidade urbana ainda incipiente.

---

<sup>112</sup>CIVIL, Pierra. Devoción y literatura en el Madrid de Los Austrias: el caso de Nuestra Señora de Atocha. In: *Edad de Oro*, vol. 17, 1998, p. 33-34.

## CAPÍTULO II: LISBOA NOS SÉCULOS XVI E XVII

Antes do século XVI, os monarcas portugueses não haviam permanecido por muito tempo em nenhum Paço Régio. Santarém, Coimbra e Évora foram algumas das principais cidades utilizadas como residência temporária da família real, além de Lisboa e seu entorno. À proporção que a corte se tornava numerosa e crescia a burocracia ligada ao rei e as conquistas ultramarinas, tornou-se inviável a manutenção desse governo itinerante. O esforço de sedentarização teve início no reinado de D. Manuel, que se fixou em Lisboa. De maneira gradual, a cidade foi se tornando capital do reino português nos séculos XVI e XVII. Se Lisboa não podia ser entendida ainda como sede administrativa, certamente era o centro econômico desde os Descobrimentos<sup>113</sup>.

Muito embora o desenvolvimento de Lisboa sempre estivesse atrelado ao mar e ao Tejo, a cidade tornou-se reconhecida como uma cidade marítima e aclamada por essa qualidade, de modo a Damião de Góis lhe atribuir o título de “Senhora e Rainha dos Oceanos”, somente após as iniciativas de expansão<sup>114</sup>. Além de tornar Lisboa referência para as demais cidades do reino, os Descobrimentos proporcionaram-lhe um significativo crescimento demográfico e das atividades comerciais. A cidade precisou oferecer maior capacidade de suporte e, para isso, passou por reformas na sua infraestrutura.

As expansões marítimas fizeram com que continuasse a crescer de uma maneira descontrolada, principalmente nas regiões centrais. Seu espaço urbano não conseguiu comportar tanta gente. Como consequências, a cidade não conseguiu oferecer trabalho para todos aqueles que se mudaram em busca de melhores condições de vida. Muitas pessoas passaram a buscar na mendicância sua sobrevivência. Lisboa também enfrentou dificuldades para abastecer seus habitantes com alimento e água. O número de famintos cresceu, bem como de vagabundos e vadios. Suas ruas se tornaram de difícil tráfego, inseguras e sujas. E as péssimas condições sanitárias criavam condições para disseminação de doenças, que vinham acompanhadas por um número súbito de mortes.

Em uma cidade abarrotada, com grupos sociais tão heterogêneos, diversas profissões, etnias e nacionalidades, as relações sociais se tornavam muito mais densas, tensas, intensas e dinâmicas. Os espetáculos adquiriam um novo sentido. E se tornaram um negócio de Estado. Os monarcas perceberam a oportunidade de utilizá-los politicamente para legitimar e transmitir uma imagem positiva do governo por todo mundo. Os espetáculos também celebraram Lisboa na condição de “primeira do reino”. As procissões e o cerimonial que marcavam a vinda de uma figura real, no rio e na terra, promoviam a imagem da cidade e mudavam a forma com que se relacionavam consigo e com o restante do reino. Os espetáculos se transformaram como Lisboa e com Lisboa<sup>115</sup>.

### 2.1-Espaço urbano e arquitetônico

As primeiras iniciativas de ordenamento urbano e arquitetônico de Lisboa ocorreram durante o reinado de D. Manuel, que também implantou reformas administrativas e legislativas. Esse movimento reformista ofereceu instrumentos para o aparelho estatal administrar um

---

<sup>113</sup>MAGALHÃES, Joaquim Romero. "O Enquadramento do Espaço Nacional". In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editora Estampa, vol.III, 1993, p.51-55; ARAÚJO, Renata de. *Lisboa – a Cidade e o Espetáculo na Época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p.26.

<sup>114</sup>GÓIS, Damião de. *Descrição da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p.27.

<sup>115</sup>ARAÚJO, Renata de. *op. Cit.*

território que adquiriu dimensões imperiais com as expansões, contribuindo para concentrar o poder nas mãos do monarca. A própria Lisboa também contribuiu para afirmação real ao ser utilizada como palco para os espetáculos da corte após o rei ter fixado residência na cidade<sup>116</sup>.

Em duas ocasiões (1498-1502 e 1513), houve um programa de reforma e planejamento da cidade. O primeiro programa foi destinado ao reordenamento do centro e direcionou o desenvolvimento da cidade para o Ocidente, sentido Tejo. Demoliram e corrigiram edifícios, construíram chafarizes, alinharam ruas e redefiniram as portas da cidade. Além disso, foram doadas terras na região do Cata-Que-Farás para aos altos armadores e servidores do Estado com o objetivo de estimular sua ocupação. O segundo programa foi marcado por grandes edificações administrativas e portuárias, como a Alfândega Nova, os Armazéns Reais, a Casa dos Contos, o Paço da Madeira e as Terceiras de Porta da Cruz. Juntamente com a remodelação da antiga Ribeira em uma grande praça, essas construções buscavam estruturar a cidade para ser centro de um império, levando Lisboa a avançar em direção ao mar. Em linhas gerais, podemos dizer que o último plano se concentrou em adequar a cidade ao novo contexto político e econômico imperial, enquanto o primeiro plano esteve voltado para a renovação e a reestruturação da região central de Lisboa<sup>117</sup>.

As ações empreendidas por um e outro mudaram a forma com que Lisboa era representada pelos reinóis e estrangeiros, como pode ser observado no material iconográfico da época. As primeiras representações, produzidas entre 1520 e 1540, ainda contemplavam a cidade no sentido nascente-poente, do mesmo modo que a direção assumida no primeiro plano de desenvolvimento urbano. Os desenhos que seguiam essa orientação buscavam captar com maior riqueza de detalhe o Paço Real, patrimônio que simbolicamente representava o poder real e a modernidade. E após o segundo plano de desenvolvimento urbano, o panorama que prevaleceu foi o sentido norte-sul, em outras palavras, voltado para o mar, o que destacava as atividades marítimas da cidade. Essas pinturas tomavam como referência um ponto imaginário no meio do Tejo ou no cesto da gávea de uma nau. Essas duas representações de Lisboa se tornaram conhecidas principalmente nas gravuras publicadas por Georg Braun (**Figuras 1 e 2**), em 1572 e 1598<sup>118</sup>.

---

<sup>116</sup>CARITA, Helder. *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época Moderna (1455-1521)*. Lisboa: Livros Horizontes, 1999, p.11; ARAÚJO, Renata de. *op. cit.*

<sup>117</sup>CARITA, Helder. *op. cit.*

<sup>118</sup>PEREIRA, Paulo. *Lisboa (séculos XVI e XVII). Novos Mundos. Portugal e a Época dos Descobrimentos*. Berlim, 2006, p.2.



**Figura 1-** Georg Braun, *Olisipo*, 1572.



**Figura 2-** Georg Braun e Franz Hoyerberg, *Urbium praecipuarum mundi theatrum quintum*, 1598.

## 2.2- Entorno

Atualmente, "área metropolitana" designa um núcleo densamente povoado e as regiões no seu entorno, que são menos povoadas. Outros conceitos foram utilizados no passado, sendo "termo" o mais abrangente deles. A palavra "termo" foi utilizada desde a medievalidade e somente entrou em desuso nas reformas administrativas liberais que aconteceram no Oitocentos. Também chamado de "alfoz", tinha como inspiração as unidades administrativas romanas. O "termo" era o território formado por um concelho e pelos territórios vizinhos, sobre os quais exercia influência jurídica e administrativa. Esse território possuía um raio de extensão considerável. Existia uma relação de intensa reciprocidade entre as diversas povoações que dele faziam parte, o que o fazia ser considerado uma unidade indivisível. Essa relação ajuda a explicar a relativa autonomia econômica alcançada pelas cidades. Era o entorno que lhe

abastecia com pão, carne, vinho, azeite, frutas, hortaliças e outros produtos que carecia. E era também sua base de defesa<sup>119</sup>.

O entorno de Lisboa tem significativa importância para a vida na capital, portanto, torna-se necessário discuti-lo. Havia trinta e um conselhos ao redor de Lisboa ao final do Antigo Regime, sendo que dezoito estavam situados no Norte e treze no Sul do rio Tejo. Conforme *Numeramento de 1527/32*, o Norte do Tejo era formado por Monte Agraço, Mafra, Cheleiros, Colares, Cascais, Alverca, Alhandra, Arruda, Vila Franca, Povos e Castalheira, com seus respectivos "termos". Os municípios e seus "termos" que, por sua vez, faziam parte do Sul do Tejo eram Sesimbra, Barreiro, Alhos Vedros, Coima, Setúbal, Aldeia Galega e Alcochete. Mais tarde, um processo de parcelamento deu origem aos concelhos de Belas, Carvoeira, Enxara dos Cavaleiros, Ericeira, Gradil e Oeiras, no Norte do Tejo, e Azeitão, Benavente, Lavrado e Moita, no Sul. Esses municípios não estabeleciam intensas ligações apenas com seus próprios "termos" e a capital, mas também entre si. O Norte e o Sul mantinham contato contínuo, sendo favorecidos pelas embarcações que atravessavam o Tejo em diferentes direções<sup>120</sup>.

Conforme A. H. de Oliveira Marques, cada uma das unidades supracitadas contava com um juiz, uma câmara e um pelourinho, o que lhe proporcionava um determinado nível de autonomia, adequada à centralização da época. Não havia uma política coerente de municipalização. Em outras palavras, a criação desses conselhos ocorria no acaso das conjunturas. O crescimento demográfico e o econômico podiam ser utilizados como critérios para a elevação de um povoado a vila e a conselho, mas o que prevalecia eram os esforços políticos empreendidos pelos senhores da região a fim de conseguirem prestígio e reforçarem seu poder. Por mais que o monarca oferecesse favores nesse sentido a alguns senhores, ele não abdicava do direito de intervir na localidade quando julgasse necessário. Além disso, suas tendências centralizadoras o levavam a refrear o processo de parcelamento. A criação dos municípios não obedecia, portanto, aos interesses da comunidade ou a sua consciência política - muito embora, sua existência levasse a movimentos por mais autonomia<sup>121</sup>.

A posse de terras ou de rendimentos fundiários foram um dos sustentáculos do poder no Antigo Regime. Também eram considerados prerrogativas nos processos de ascensão social<sup>122</sup>. Sendo assim, a maioria das famílias nobres lisboetas possuíam propriedades nos seus arredores. Esses espaços foram utilizados como refúgio durante os surtos epidêmicos que assolaram Lisboa a partir da segunda metade do século XVI. Ou por motivos políticos, quando os nobres queriam se afastar de algum conflito da Corte. Os preços altos foram mais uma razão que os levaram a, por vezes, se ausentar da capital. Algumas famílias até mesmo chegaram a utilizá-los como residência permanente, escolhendo localidades convenientemente próximas para poderem ir a capital tratar dos seus interesses sempre que fosse preciso.

A literatura fez outras referências aos arredores de Lisboa. Autores portugueses e viajantes estrangeiros não pouparam elogios a sua beleza. Seu terreno era descrito como fértil, cheio de pomares e hortas. Possuía jardins, quintas e conventos, com belas e alegres construções para a devoção e a distração. E espaços para recreações e práticas de exercícios, como a caça e a pesca<sup>123</sup>. Esses aspectos que foram utilizados por Luís Mendes de Vasconcelos na descrição dos arredores de Lisboa em 1608, primeiramente, revelam um estilo de vida próprio dos nobres, principalmente no que se diz respeito ao ócio. Além disso, a imagem de

---

<sup>119</sup>MARQUES, A. H. de Oliveira. Enquadramento Histórico. In: TENEDÓRIO, José António. *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. 2003, p. 17.

<sup>120</sup>*idem*.

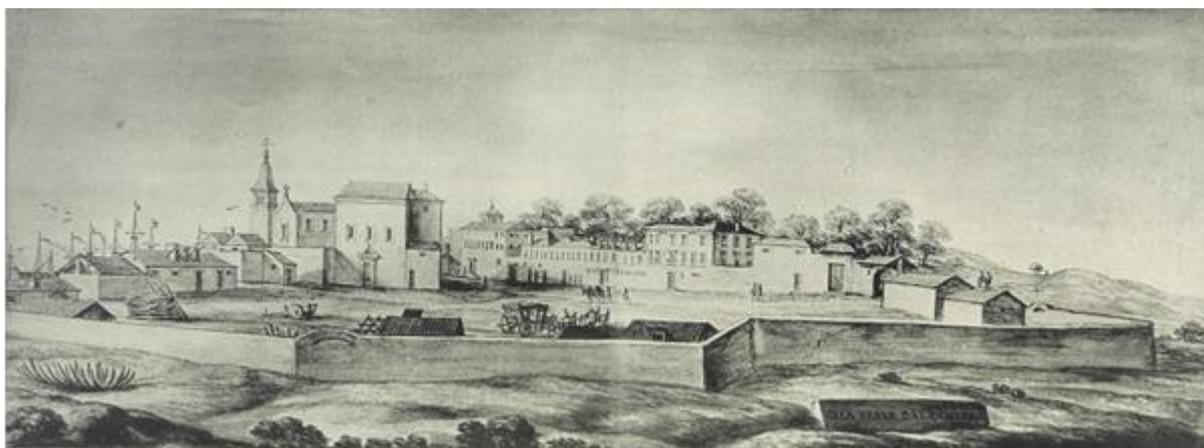
<sup>121</sup>*idem*.

<sup>122</sup>NETO, Margarida S.. "Propriedade e renda fundiária em Portugal na Idade Moderna". In: *Terras Lusas. A questão agrária em Portugal*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007, p. 13-31.

<sup>123</sup>VASCONCELOS, Luís Mendes de. *Do sítio de Lisboa; sua grandeza, povoação e commercio, etc.* (1608). Lisboa: Na Impressão regia, 1803, p. 158.

aprazibilidade que transmitem contrasta com o caos urbano — ruas estreitas, movimentadas, de difícil trânsito, com toda sorte de imundices e infestações.

Ter uma quinta de vilegiatura tornou-se um luxo comum no século XVII. Belas construções foram feitas no período. Os próprios reis portugueses tinham afeição por essas habitações campestres. O Palácio de Alcântara, que era uma casa de campo modesta no início do século XVII, foi reformado pelo arquiteto Teodósio de Frias a pedido de Filipe II. A habitação tornou-se mais opulenta, porém não perdeu seu caráter campestre e simples (**Figura 3**). Localizado próximo a capital, na foz da ribeira de Alcântara, era um ambiente convidativo às visitas reais. D. João IV apreciava passear pelo seu bosque. Visitava a quinta semanalmente, costume herdado por D. Afonso IV. D. Pedro II chegou a se instalar ali por um tempo após seu casamento. Foi ainda a primeira residência de D. Catarina quando regressou a Portugal<sup>124</sup>.



**Figura 3**-Villa Real, Pier Maria Baldi, *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal*, 1668-1669.

As freguesias próximas a Lisboa tiveram um importante papel no provimento de alimentos de qualidade. No *Livro das Grandezas de Lisboa* (1620), Frei Nicolau de Oliveira afirma que os fatores que permitiram Lisboa ser superior em grandeza e em comércio que outras cidades europeias foram a capacidade do seu rio e o grande número de vilas e quintas que possuía. Presentes no seu redor e na banda além do Tejo, as freguesias forneciam durante todo o ano pão, carne, peixe, leite, frutas, vestuário e todas as coisas necessárias para o serviço e mantimento do domicílio. O religioso ainda diz sobre a fertilidade do solo, embora o considerasse mal cultivado devido à inclinação dos portugueses pelas armas e não para a lavoura<sup>125</sup>.

Por fim, o entorno de Lisboa também contribuía para sua defesa contra ameaças externas. Apesar de não poder contar com a proteção de muros, a cidade era resguardada por fortificações presentes ao longo do Tejo até Cascais. Seis fortalezas impediam o desembarque e dificultavam a entradas dos inimigos. Luís Mendes Vasconcelos e Frei Nicolau de Oliveira escreveram sobre sua localização e composição. A primeira fortaleza era Torre de Belém, localizada no meio do Tejo, possuía uma grossa artilharia. A Torre Velha guardava em terra a entrada e a saída de Lisboa. A fortaleza de São Julião estava estrategicamente posicionada em terra entre o Tejo e o Oceano, cercada por fortes baluartes, abrigava grossas peças de artilharias e um presídio com mais de quatrocentos soldados. No meio do mar, havia a fortaleza de Cabeça Seca que era considerada mais poderosa que Belém. A Fortaleza de Santo Antônio encontrava-

<sup>124</sup>CASTELO BRANCO, Fernando. *Breve História da Orlisipografia*. Câmara Municipal de Lisboa, 1959, p.74-75.

<sup>125</sup>OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *Livro das Grandezas de Lisboa* (1620). Lisboa, Impressão Régia,1804, p. 145-161.

se adiante, próxima ao Mosteiro dos Franciscanos. E a última estava situada em Cascais, com boa artilharia e bem provida de todas as munições<sup>126</sup>.

## 2.3- Abastecimento

### 2.3.1- Abastecimento de alimentos

Diversas crises no abastecimento de alimentos afligiram a principal cidade do reino, sobretudo no século XVI, o que revela uma fragilidade no provimento da cidade. Essas dificuldades alimentares foram marcadas principalmente por faltas agudas de trigo. Em 1622, a fome teria assumido tamanha proporção que gerou um aumento da mortalidade em Lisboa. As medidas adotadas pelo governo não se mostraram capazes de eliminar o problema, que continuou provocando danos à cidade durante todo século. Foram muitas as causas das deficiências no abastecimento de cereais, como o atraso no armazenamento, a dependência da importação, o fato do trigo ser moído em regiões afastadas da cidade, dificuldades no transporte, entre outras. Porém, os contemporâneos escolheram atribuir às conquistas ultramarinas a culpa pelas dificuldades enfrentadas no abastecimento do reino. A colonização estaria comprometendo a disponibilidade de mão de obra, principalmente, no setor agrícola e pecuário<sup>127</sup>.

Um dos defensores dessa explicação foi Frei Nicolau de Oliveira. A disposição que os portugueses tinham para as armas, mais que para a lavoura, fazia com que a terra não produzisse a quantidade de alimento que sua fertilidade lhe permitia. Sendo assim, não foram raras as vezes que a cidade precisou comprar mercadorias dos reinos vizinhos e das conquistas. Isso contrariava a vontade divina. Prevendo a grandeza de Lisboa e aquilo que era necessário para seu sustento, Deus tornou o solo de seus arredores fértil, capaz de produzir alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para que não dependesse de outros reinos. O religioso conclui que as dificuldades enfrentadas no abastecimento da cidade são consequência da colonização<sup>128</sup>.

Luís Mendes Vasconcelos compartilhava da mesma descrença com relação às vantagens de manter um extenso Império Ultramarino. Ele condenou o deslocamento de mão de obra e de recursos financeiros para socorrer o Oriente, acreditando que as relações entre as Índias e Portugal deveriam ser restritas ao comércio. Para aumentar a produtividade agrícola do reino, ele sugeriu que investissem em melhorias no sistema de represamento, irrigação e regularização das águas do Tejo. Apesar de serem bastante férteis as regiões às margens do rio, os anos de alta produtividade eram intercalados com longos períodos de escassez. A falha seria dos próprios portugueses que não sabiam aproveitar as potencialidades dos seus campos, tornando-se muito dependentes da natureza. Os rios deveriam ser encanados para que as cheias não fossem grandes o suficiente para levar as sementes ou não permitirem que germinassem. E para garantir que a estação seca não compromettesse as safras, era preciso construir um canal para irrigar os campos, lezírias e todas as várzeas que plantavam grandes quantidades de trigo<sup>129</sup>.

As soluções propostas pelos contemporâneos tinham como principal objetivo resolver as sucessivas perdas de safras e os problemas no abastecimento de Lisboa, mas acabaram também fazendo parte de uma nova visão econômica baseada em uma política de fixação e de desenvolvimento da agricultura. Conforme António Sérgio, essa política buscava fortalecer as

---

<sup>126</sup>VASCONCELOS, Luís Mendes de. *op. cit.* p. 193; OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *ibidem.* p. 136-145.

<sup>127</sup>CASTELO-BRANCO, Fernando. *op. cit.* p.83-85.

<sup>128</sup>OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *op. cit.* p. 168.

<sup>129</sup>VASCONCELOS, Luís Mendes de. *op. cit.* p. 90-91.

redes de abastecimento interno, tornar menos dependente da importação e estimular a exportação do reino<sup>130</sup>.

Luís Mendes Vasconcelos conseguiu mapear as diferentes redes que permitiam o provimento de Lisboa. Os círculos de abastecimento estabelecidos com as demais regiões do reino abasteciam a cidade com trigo, vinho, azeite, legumes, produtos derivados de leite, carnes e pescados. Ao trabalhar com uma escala local, o escritor mostrou as potencialidades da produção e do mercado interno português. Ele também traçou os círculos de abastecimento entre Lisboa e os diversos territórios, enfatizando a aptidão portuguesa para o comércio. Porém, não chegou a mencionar que Lisboa dependia grandemente do estrangeiro para o abastecimento de muitos alimentos, dentre os quais, o trigo. Esse sim teria sido o principal motivo das crises alimentares que Lisboa enfrentou no século XVI<sup>131</sup>.

Esses alimentos eram comercializados em pontos específicos da cidade. Por exemplo, permitia-se a venda de trigo apenas em uma região conhecida como Terreiro do Trigo. A determinação tinha como objetivo garantir uma maior fiscalização dos preços de venda. Próximo ao Terreiro do Trigo ficava a Ribeira, que se destacava como o principal centro de abastecimento de gêneros alimentícios. A Ribeira era delimitada de um lado pelo rio e de outro pelas casas apoiadas na cerca moura, integrados aos espaços estavam os edifícios da Misericórdia, o Tribunal das Sete Casas e a Alfândega. Um painel de azulejos seiscentistas representa o mercado da Ribeira e os personagens populares que estabeleciam nesse espaço interações sociais e econômicas (**Figura 4**)<sup>132</sup>.



**Figura 4**-Mercado da Ribeira Velha, Painel de Azulejos, Lisboa, Início do século XVII.

<sup>130</sup>SÉRGIO, António. *Antologia dos Economistas Portugueses (Século XVII)*. Lisboa, 1974.

<sup>131</sup>VASCONCELOS, Luís Mendes de. *op. cit.* p. 125-130; CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Projecto Universidade Aberta, 1988, p.196-197; CASTELO-BRANCO, Fernando. *op. cit.* p.85-86.

<sup>132</sup>CASTELO-BRANCO, Fernando. *op. cit.* p.87-88.

### 2.3.2- Abastecimento de água

O fornecimento de água em Lisboa foi irregular e insuficiente durante quase toda sua história. No Cerco de Lisboa de 1147, um dos primeiros episódios da história de Portugal e da sua capital, por exemplo, a falta de água teria sido um dos principais motivos que obrigaram a rendição dos mouros. Os problemas com o abastecimento de água continuaram nos séculos XVI e XVII. Foram poucas e inconsistentes as ações governamentais para resolver essa situação, que era agravada com as secas sazonais. Houve momentos em que os chafarizes ficaram enxutos e a população sem água<sup>133</sup>.

Alguns contemporâneos tentaram defender os benefícios da água de Lisboa para a voz, o canto, o peito e para a beleza das mulheres. Mas sua qualidade era questionável. A água do chafariz de El-Rei tinha aparência turva e era considerada suja. Sua distribuição era feita em canos de enxofre o que causava mal-estar nos usuários. Essas características eram também percebidas em outras bicas, não sendo o chafariz de El-Rei uma exceção. De um modo geral, a água de Lisboa não era tida como boa pelos visitantes e pelos próprios habitantes<sup>134</sup>.

A população contava com apenas três chafarizes que nem sempre ofereciam água própria para o consumo. Eles eram o chafariz de El-Rei, o dos Cavalos e o dos Paus. Os outros que havia na cidade pertenciam a particulares ou disponibilizavam uma quantidade insuficiente de água. As fontes citadas acabavam sendo muito disputadas e havia uma longa fila de espera, o que as tornavam importantes espaços de reunião e socialização da população urbana, em especial, da feminina (**Figura 5**). Ao mesmo tempo, eram focos frequentes de desordem, ainda mais nos períodos de seca. Aqueles que possuíam recursos abriam poços e construía cisternas para fins próprios. Porém, visando suprir a demanda da população, eram muitas vezes obrigados pelas autoridades a cederem água para o público<sup>135</sup>.

---

<sup>133</sup>CASTELO-BRANCO, Fernando. *op. cit.* p.97

<sup>134</sup>*ibidem*, p.98.

<sup>135</sup> *ibidem*. p.98-99; TRINDADE, Luísa. "A água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma". In: BARTOLOZZI, Mariadel Mar, HERNÁN, Vicente Méndez (coord.). *Patrimonio cultural vinculado con el agua: paisaje, urbanismo, arte, ingeniería y turismo*. 2004, p.369-370.



**Figura 5**-Chafariz d'el Rey no século XVI, Países Baixos, mestre desconhecido, (cc 1570-1580), Lisboa, Coleção Bernardo.

Para resolver a questão da concorrência na fila de espera, a Câmara tomou a iniciativa de controlar o acesso ao chafariz de El-Rei. Situado no Terreiro do Trigo, esse chafariz era responsável por abastecer a população e também os navios que seguiam rumo às conquistas. Em documento, datado de 1511, ficou estabelecido que cada uma das seis bicas que inicialmente compunham o chafariz passaria a ser de uso exclusivo de um grupo. Contando a partir da Ribeira, a primeira bica seria destinada aos homens pretos, forros, mulatos e índios cativos. A segunda bica reservada aos mouros das galés e às aguadas. A terceira para mulheres brancas e a quarta para homens brancos. A quinta bica deveria ser utilizada por pretas, forras, mulatas e índias cativas. E a última, mulheres e moças brancas<sup>136</sup>.

O preço da água precisou ser também regulamentado pela Câmara. A água que o lisboeta tomava era bem cara mesmo nos períodos em que a cidade não se encontrava em crise. A exorbitância do preço pode ser explicada pelas deficiências no seu fornecimento. Em 1611, a Câmara determinou que o valor do pote de água seria 6 réis, estando sujeito a variações conforme o local de residência do comprador. Outra intervenção foi necessária em 1724 no sentido de diminuir o tamanho dos recipientes para a venda de água após excessos cometidos pelos aguadeiros. Este era um ofício muito disputado na cidade. Apesar de serem, na maioria, galegos, muitos negros exerceram essa função, que consiste em comercializar a água nas ruas e nas casas. Quando enchiam os cântaros de barro, potes, vasilhas ou barris, os aguaceiros recorriam a meios considerados fraudulentos e violentos para aumentarem seus lucros. Motins

<sup>136</sup>CASTELO-BRANCO, Fernando. *op. cit.* p.99; FERREIRA, Maria Dolores. "O abastecimento de água à cidade de Lisboa nos séculos XVIII e XIX". *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*.v.16, n.31, 1981, p.124.

chegaram a ser por eles organizados nos chafarizes quando percebiam que seu negócio estava ameaçado, além das habituais rixas e desordens<sup>137</sup>.

Outros documentos foram produzidos pela Câmara Municipal, como alvarás, diplomas e decretos. Neles foram requeridos, principalmente, projetos e verbas para a construção de infraestruturas que melhorassem a condução e a distribuição dos recursos hídricos. Essas obras eram de atribuição exclusiva dos gestores municipais, porém, o poder régio preocupou-se em diversas ocasiões com a oferta de água à capital e se envolveu nas ações que visavam solucionar o problema. Por se tratar de um recurso essencial à sobrevivência, a água (sua falta ou insuficiência) era um dos assuntos mais sensíveis à população. Sendo assim, era necessário que os governantes demonstrassem empenho e urgência para resolver a carestia se desejavam evitar tensões sociais<sup>138</sup>.

Na época dos Descobrimentos, D. Manuel percebeu as dificuldades que a cidade estava enfrentando para fornecer água de qualidade para suas naus que dali partiam. Ele ordenou a Francisco de Holanda que fizesse as medições necessárias para prover a capital de água suficiente e que elaborasse um projeto para construir um chafariz monumental no Rossio. Esse chafariz deveria ter uma mulher esculpida, simbolizando a cidade de Lisboa. Ela seria guardada por quatro estátuas de elefantes cujas trombas jorrariam água (**Figura 6**). Porém, nenhuma obra saiu do papel no seu reinado nem dos sucessores<sup>139</sup>.



**Figura 6:** Desenho do Chafariz do Rossio, Francisco de Holanda, século XVI.

O chafariz do Rossio viria a receber melhorias apenas na centúria seguinte, durante o governo dos Filipes. Diferente do plano inicial, que previa a condução das águas da fonte de Andaluz para o abastecimento do chafariz, eles aproveitaram o poço da propriedade de João de Goes, localizado em uma região próxima a Bemposta. Em alvará régio de 1589, Filipe I lançou um imposto sobre vinhos e carnes para cobrir as despesas da construção do chafariz. Houve

<sup>137</sup>CASTELO-BRANCO, Fernando. *op. cit.* p.98; SERAFIM, Paula Leal, “A dinâmica da condução e distribuição de águas à cidade de Lisboa: a vontade régia e o empenho municipal”. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, n.9, 2007, p.73.

<sup>138</sup>SERAFIM, Paula Leal. *ibidem*.p.68.

<sup>139</sup>FERREIRA, Maria Dolores. *op. cit.* p. 123.

demora na conclusão das obras. Uma das causas foi a necessidade de expropriar algumas casas e terras por onde passariam os canos de condução<sup>140</sup>.

D. Sebastião também demonstrou preocupação com a situação do abastecimento de Lisboa pedindo que a Câmara criasse um imposto para a entrada das águas na cidade. Talvez, o jovem monarca estivesse influenciado por Francisco de Holanda. Em seu tratado dedicado a D. Sebastião, o humanista português indicou a necessidade de serem feitas mudanças na cidade de Lisboa construindo novos edifícios e melhorando sua infraestrutura de modo a adaptá-la a sua condição de centro do império marítimo português. Em *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa* (1571), Francisco de Holanda alertou sobre as dificuldades de acesso à água que a população enfrentava e sugeriu trazer as águas da nascente da fonte de Água Livre, utilizando as ruínas de um aqueduto construído pelo Império Romano<sup>141</sup>. Nicolau de Frias, arquiteto geral da Câmara, ficou encarregado do estudo e das medições que seriam feitos no caudal de água. Contudo, a morte prematura de D. Sebastião e os acontecimentos que sucederam fizeram com que esse projeto também não se materializasse<sup>142</sup>.

Aliás, a cobrança de impostos para a realização das supostas obras hídricas foi a única realidade que a população chegou a conhecer nos séculos XVI e XVII. A quantia de 690.000 cruzados arrecadada a duras penas, nem mesmo utilizada após a derrota na batalha de Alcacer Quibir, serviu para cobrir os gastos com a estadia de Filipe III em 1619. No breve período que esteve em Portugal, Filipe III foi pessoalmente conhecer a fonte de Água Livre, acompanhado das autoridades municipais. Ele expressou o desejo de efetivar a obra antes idealizada por D. Sebastião. À frente do novo projeto esteve o engenheiro espanhol Leonardo Torrealba. As despesas seriam cobertas pelo imposto real de água, instituído pelo monarca em 1618. Mas as intenções novamente não foram adiante, a Câmara se encontrava endividada depois da visita régia e Filipe II desejava conservar o capital para alguma eventualidade. Também não teve prosseguimento o projeto de canalizar a água de uma quinta em Chelas, que foi comprada com a finalidade de abastecer o Terreiro do Paço<sup>143</sup>.

Durante o processo de Restauração, a busca por resolver os problemas hídricos de Lisboa foi deixada de lado. Apenas no reinado de D. Pedro II a questão voltou a ser pensada. A solução encontrada foi transferir a função de administrar a distribuição de águas que antes era atribuição exclusiva da municipalidade para as sociedades particulares. A permissão era conferida pela Câmara através de contratos. A justificativa foi a demora do município em iniciar as reformas que eram necessárias no encanamento. Alguns particulares que estavam cansados de esperar ou mesmo se sentindo prejudicados utilizavam seus próprios recursos para fazer benfeitorias nas canalizações, não somente naquelas que estavam em suas propriedades, mas também nos chafarizes públicos. Houve, inclusive, propostas para aumentar o aproveitamento das águas que seriam desperdiçadas nas bicas, que, dentre outras, visavam melhorar o processo de condução e distribuição. Como contrapartida, faziam algumas exigências, que eram especificadas nos contratos assinados com a Câmara<sup>144</sup>.

Entretanto, à medida que os anos foram passando, as propostas de intervenção feitas por particulares foram diminuindo e as execuções foram sem sucesso. A Câmara Municipal também não se mostrava capaz de custear as enormes despesas com o planejamento e a execução das obras de canalização e de fazer cumprir os regulamentos e a ordem. Algo deveria ser feito com urgência. O crescimento demográfico e as condições insalubres propiciadas pela falta de água criavam condições para o avanço de epidemias. Ficou cada vez mais clara a

---

<sup>140</sup>SERAFIM, Paula Leal. *ibidem*.p.68-69.

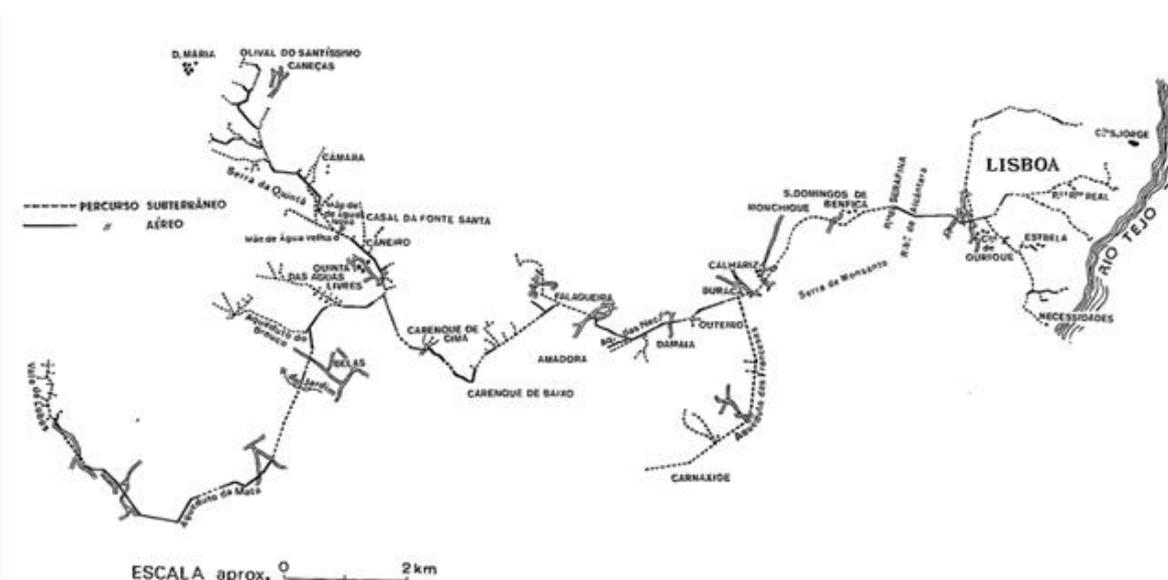
<sup>141</sup>HOLANDA, Francisco de. *Da fabrica que falece a cidade de Lisboa* (1571). Madrid: Vergilio Correa, 1929.

<sup>142</sup>SERAFIM, Paula Leal. *ibidem*.p.69.

<sup>143</sup>CASTELO-BRANCO, Fernando. *op. cit.* p.100-101; FERREIRA, Maria Dolores. *op. cit.* p. 124 ; SERAFIM, Paula Leal. *op. cit.* p.70.

<sup>144</sup>SERAFIM, Paula Leal. *op. cit.* p.70-71.

convicção de que o Estado deveria ser o responsável pela gestão da água. Nesse sentido, D. João V tornou realidade a construção do Aqueduto das Águas Livres, contando com o apoio de Cláudio Gorgel do Amaral, procurador e representante da burguesia na Câmara. Essa obra de dimensões gigantescas se estende da região próxima à ribeira de Carenque ao sítio das Amoeiras, em Lisboa (Figura 7). O desenho e a direção da obra são atribuídos ao engenheiro e arquiteto Manuel Maia, que contou com a ajuda de Custódio Vieira. O Aqueduto das Águas Livres resolveu temporariamente o problema da "sede" que há anos afligia a população de Lisboa<sup>145</sup>.



**Figura 7:** Planta Topográfica do Aqueduto das Águas Livres de Lisboa, adaptada por José Carlos Conrado de Chelminski, 1857.

## 1.4- População

### 1.4.1- Evolução da população

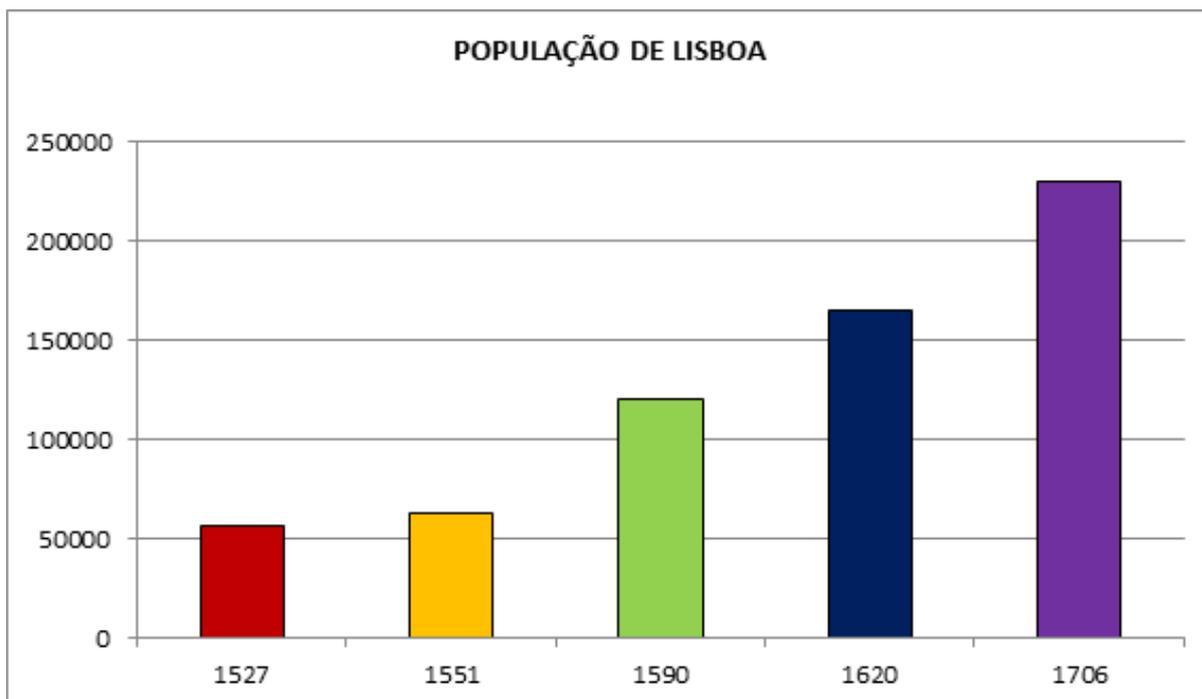
Em documento datado de 1527, D. João II ordenou que fosse feito um cadastro geral do reino. Ele pediu que lhe informassem o número de cidades, vilas e lugares, seus nomes e moradores. Não era do seu interesse monitorar apenas dados demográficos, mas também espaciais. Esses dados foram suficientes para se elaborar um mapa corográfico do reino, mas ainda não permitiam fazer um levantamento cartográfico e este não era o objetivo do monarca. Sua finalidade era conhecer a população e as divisões territoriais do reino para realizar reformas que tornassem a administração mais eficaz. Devemos levar em conta também que era um momento de afirmação do poder régio e de centralização na Península Ibérica. E não desconsiderar que ambições militares, fiscais e até mesmo humanistas teriam sido mais uma das motivações. O *Numeramento de 1527/32*, como se tornou conhecido, recolheu as informações de maneira rápida e atendeu aos padrões e expectativas da época<sup>146</sup>.

Fogos, vizinhos ou moradores foram expressões utilizadas no Antigo Regime para quantificar a população ibérica. Não diferindo muito entre si em seu significado, essas expressões designavam agregados domésticos, isto é, abrangiam todos aqueles que residiam na

<sup>145</sup>FERREIRA, Maria Dolores. *op. cit.*. p. 124; SERAFIM, Paula Leal. *op. cit.*.p.74.

<sup>146</sup>SERRÃO, José Vicente. "O Quadro Humano", in José Mattoso (dir.). *História de Portugal, IV*. Lisboa, Círculo de Leitores/Estampa, 1993, p.63; DAVEAU, Suzanne. Descrição territorial no Numeramento de 1527-32. In: *Penélope: revista de história e ciências sociais*. Lisboa, n. 25, 2001, p. 7.

mesma casa e faziam parte do mesmo patrimônio, sem necessidade de consanguinidade. A forma como se faz os cálculos demográficos oscila de 3,5 a 5 habitantes por fogo. Por não haver um consenso na historiografia, adotaremos como referência a variável 4,3, que seria a estimativa média. Como exemplo, podemos utilizar o número de fogos registrados no *Numeramento de 1527/32*. Havia 13.010 fogos no espaço urbano de Lisboa. Se multiplicarmos esse valor por 4,3, descobriremos que sua população era em torno de 55.943 habitantes, sendo a cidade mais populosa de toda a península<sup>147</sup>. No quadro abaixo, podemos observar um grande salto de crescimento do século XVI ao XVII, chegando a mais que duplicar sua população<sup>148</sup>:



Lisboa se tornou uma verdadeira metrópole ao longo do século XVI, atingindo a incrível cifra de 100 mil almas. Poucas foram as cidades europeias que atingiram essa marca na época. Tornou-se mais populosa que Madrid, Roma, Florença e Londres. À sua frente, estavam apenas Constantinopla, Paris, Nápoles e Veneza. Ademais, continuou apresentando acréscimo populacional mesmo em momentos adversos. As outras cidades europeias teriam por sua vez estagnado. Enquanto o conjunto da população europeia não aumentou mais que 42% do século XVI para XVII, Lisboa duplicou os seus habitantes<sup>149</sup>.

São múltiplas as razões que explicam o desenvolvimento demográfico e a projeção conquistada por Lisboa. Primeiramente, a privilegiada posição geográfica, que lhe permitiu ser um dos melhores portos europeus, possuir recursos hídricos e solo fértil para a produção agrícola, e interligar as duas metades de Portugal. Suas tradições urbanas e comerciais também explicam o surto demográfico. Como centro de pirataria, tornou-se referência na construção

<sup>147</sup>SERRÃO, José Vicente. *op. cit.* p. 64; SANTOS, Carlota. "As cidades portuguesas na Idade Moderna". *População. I Congresso Histórico Internacional. As cidades na História: População*. 2009, p.205.

<sup>148</sup>As informações sobre a evolução da população de Lisboa nos séculos XVI e XVII foram obtidas através da análise das seguintes fontes: GALEGO, Júlia, DAVEAU, Suzanne. *O Numeramento de 1527-1532: tratamento cartográfico*. Centro de Estudos Geográficos, 1986; OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de. *Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa*. Lisboa, 1551; e OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *op. cit.*,

<sup>149</sup>SERRÃO, José Vicente. *op. cit.* p. 72.

naval e na prática de navegação. Era um sítio seguro, que dificilmente poderia ser acometido por mar ou por terra. E um núcleo cristão importante. Além disso, o clima era agradável e considerado salubre, isso porque se acreditava que locais com muitos ventos conseguiam facilmente afastar as pestes e ares poluídos. Outra razão foi Lisboa ter se mantido sede governativa do reino português mesmo em momentos que os monarcas escolheram outras cidades e vilas como residência. Por fim, o importante papel exercido por Lisboa na expansão marítima portuguesa e depois na União Ibérica, promovendo a interação entre os dois impérios de escala global.

O restante do reino não teria crescido nas mesmas proporções que Lisboa. A cidade concentrava em seu território um quarto de toda população urbana portuguesa. Esse desequilíbrio na distribuição demográfica marcou Portugal durante todo o Antigo Regime. Valendo-se de critérios quantitativos, os núcleos com feição urbana deveriam ter mais de 250 fogos. Ainda, sediar o conselho e exercer uma centralidade jurídica e administrativa. Portugal possuía um total de 81 povoações com essas características, distribuídas de maneira desigual em seu território. A população urbana se encontrava em situação semelhante. Como consequência, havia uma grande quantidade de centros urbanos com dimensões populacionais reduzidas e uma metrópole equiparada às maiores cidades europeias da época. Esse fenômeno urbano de macrocefalia deve-se, em parte, ao fato de Lisboa se destacar como polo de atração de migrantes. Era a única cidade portuguesa que atingia a escala nacional<sup>150</sup>.

Lisboa recebia diariamente gentes de todo o reino. Em sua maioria, eles vinham do Minho, da Beira Interior e do Alentejo. Algarvios também se deslocaram em grande número para a cidade no final do século XVI, quando uma grave crise assolou a região. Esses indivíduos se deslocavam em busca de melhores condições de vida. Por essa razão, os movimentos migratórios estavam condicionados à conjuntura socioeconômica e política da época. Apresentaram, de um modo geral, uma tendência positiva a partir da passagem do século XV para o XVI. Após o primeiro quartel do século XVII, os fluxos migratórios começaram a retroceder. Essa migração interna teria em muito beneficiado Lisboa, embora não seja possível quantificar com exatidão sua importância para seu crescimento populacional<sup>151</sup>.

Os habitantes de Lisboa eram muito diversificados. Do ponto de vista étnico, teve um aumento expressivo da população africana desde a chegada dos navegantes portugueses à costa da Guiné. Homens e mulheres pretos, em sua maioria, escravos, mas também livres e alforriados, trabalhavam em diversas tarefas e interagem nos circuitos urbanos e domésticos. Na gravura da margem ribeirinha do Tejo feita por Theodor de Bry, por exemplo, estão representadas as atividades portuárias que desempenhavam na estiva e na navegação (**Figura8**). E na vista panorâmica do Mosteiro dos Jerónimos, da Praia de Belém e da Torre de Belém pintada por Filipe Lobo, alguns poucos criados pretos próximos ao chafariz acompanhando e servindo seus senhores brancos e, em primeiro plano, à direita, uma vendeira (**Figura9**)<sup>152</sup>.

---

<sup>150</sup>SERRÃO, José Vicente. "População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII". In: OLIVEIRA, César (dir.). *História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p.63-67.

<sup>151</sup>RODRIGUES, Teresa. *Portugal nos séculos XVI e XVII: vicissitudes da dinâmica demográfica*. Porto, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2004, p.51.

<sup>152</sup>HENRIQUES, Isabel de Castro, LEITE, Pedro Pereira. *Lisboa cidade africana: Percursos de Lugares de Memória, séculos XV-XXI*. Lisboa, 2013.



**Figura 8-** O Porto de Lisboa, Theodor de Bry, *LesGrandsVoyages*, 1552, Serviço Histórico da Defesa/ Departamento da Marinha, Paris.



**Figura 9-** Vista do Mosteiro dos Jerónimos, da Praia de Belém e da Torre de Belém, Filipe Lobo, 1660, Museu Nacional da Arte Antiga, Lisboa.

Em 1551, o Sumário de Cristóvão Rodrigues de Oliveira estimou que havia 9950 escravos para um total de 18 mil vizinhos, o que significa dizer que 10% da população de Lisboa era de escravos africanos<sup>153</sup>. Testemunhos indicam que essa tendência se manteve na centúria seguinte. Manuel Severim de Faria lamentou o fato do número de cativos que chegavam e de naturais que saíam crescerem de tal maneira que chegaria um dia que Portugal seria mais africano que português<sup>154</sup>. Ainda que seu presságio não tenha se concretizado, a presença dos escravos e seus descendentes exerceu grande influência na vida cultural, social e econômica de Lisboa no Antigo Regime<sup>155</sup>.

Indivíduos oriundos de países asiáticos e europeus também se fixaram em Lisboa. A maioria da comunidade estrangeira era natural da Península Itálica. Além de genoveses, florentinos, milaneses e lombardos, havia a presença de catalães, ingleses, flamengos, alemães,

<sup>153</sup>OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de. *op. cit.*p.103-104.

<sup>154</sup>FARIA, Manuel Severim de. *Notícias de Portugal*. Lisboa: Na officinaCrasbeeckiana, 1655, p.16.

<sup>155</sup>LAHON, Didier. *O escravo africano na vida econômica e social portuguesa no Antigo Regime*. In: *Africana Studia*.n.7, 2004, p.73-100.

franceses e castelhanos. Lisboa exercia atração sobre esses indivíduos pelas oportunidades de negócios que oferecia e pela proximidade com a esfera central de poder. Muitos embaixadores, funcionários régios e religiosos estrangeiros mudaram-se no século XVI. A falta de uma mão de obra especializada nos primeiros tempos fez com que viessem também tipógrafos, ourives e relojoeiros. Docentes foram convidados a lecionar em colégios e universidades. E, sobretudo, desembarcaram na cidade pessoas ligadas ao comércio ultramarino. Porém, parte desses imigrantes estava apenas de passagem pelo reino. As comunidades estrangeiras estabelecidas na cidade não ultrapassavam as dezenas de indivíduos. Sua presença não pode ser considerada, então, muito representativa em termos demográficos. Uma exceção foram os judeus que procuraram refúgio em Portugal após serem expulsos de Castela em 1492. Existe uma divergência nas fontes e na historiografia com relação a quantos entraram de maneira oficial ou clandestina. Estima-se que duplicou o número de judeus presentes no reino, passando a representar de 6 a 8% da população. Esse aumento se fez sentir principalmente em centros urbanos, como Lisboa<sup>156</sup>.

A heterogeneidade pode ser percebida ainda na economia e na condição social dos habitantes. Por se tratar de uma cidade portuária, havia muitos mercadores e homens ligados ao mar em Lisboa, e também oficiais mecânicos que se dedicavam às mais diversas ocupações, como sapataria, carpintaria, alfaiataria, calcetaria, ourivesaria e tanoaria, além de escravos e criados, aprendizes, trabalhadores braçais, vendeiras, leiteiras e lavadeiras. Algumas dessas atividades profissionais eram assumidas por membros do sexo feminino, permitindo que participassem da economia e que contribuíssem para o provimento familiar. Não podemos nos esquecer de mencionar um número significativo de homens e mulheres "sem ofício" que faziam da mendicância uma forma de sobrevivência.

Lisboa continuou progredindo em termos populacionais no século XVII, contudo, de forma mais branda. A urbe passou a sofrer sucessivas conjunturas adversas, como epidemias, fome, guerras e cataclismos naturais. Outro fator que colaborou para a redução dos níveis de crescimento foi o fenômeno migratório. Houve aumento dos fluxos para as conquistas ultramarinas, em especial, para o Brasil. Durante a União Ibérica, muitos também se deslocaram para as possessões castelhanas na América em busca de melhores oportunidades. E para Madrid, sobretudo, nobres e indivíduos ligados a finanças e ao grande comércio. Por fim, a fuga de milhares de judeus e cristãos-novos. Ainda assim Lisboa cresceu acima da média europeia, devido à taxa de fecundidade e ao poder de atração que exercia<sup>157</sup>.

Na centúria seguinte, Lisboa voltou a assistir índices mais significativos de crescimento demográfico. Essa tendência foi observada em toda Europa, inclusive o crescimento em algumas cidades chegou a ser mais vertiginoso que na principal cidade portuguesa. Lisboa foi superada por Londres, Paris, Nápoles, Moscou, Viena, São Petersburgo e Amsterdam. A própria Madrid, que ocupava uma posição secundária na Península Ibérica em termos demográficos, chegou a ultrapassá-la na passagem do século XVIII para XIX<sup>158</sup>.

#### 1.4.2- Crises de Mortalidade

O *Antigo Regime Demográfico* é caracterizado por altas taxas de natalidade e mortalidade. Em outras palavras, por mais que houvesse números elevados de nascimentos, o número de mortes igualmente elevado (em especial, nos primeiros anos de vida) era um agente

---

<sup>156</sup>RODRIGUES, Teresa. *op. cit.* p. 21-23; ROWLAND, Robert. "Cristãos-novos, marranos e judeus no espelho da Inquisição". In: *Topoi*. v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010, p. 177.

<sup>157</sup>RODRIGUES, Teresa. *op. cit.*

<sup>158</sup>SERRÃO, José Vicente. *op. cit.* 1993, p.67.

contrabalanceador. A alta mortalidade pode ser atribuída a más condições sanitárias e socioeconômicas e a uma medicina rudimentar que desconhecia o tratamento de muitas doenças. Estima-se que a cada grupo de mil indivíduos morriam por ano entre trinta e quarenta na Época Moderna. Esse fato determinava uma expectativa de vida muito baixa, cerca de 30 anos. Os movimentos migratórios e o celibato definitivo são exemplos de outros fatores concorriam para refrear o saldo natural. Assim sendo, o comportamento demográfico do período, que vai da segunda metade do século XIV até a segunda metade do século XVIII, é também caracterizado por um índice de crescimento populacional positivo, mas em ritmo moderado<sup>159</sup>.

Houve momentos em que esse crescimento foi bruscamente interrompido por crises demográficas, derivadas de um aumento abrupto no número de óbitos. Essa sobremortalidade se distinguia da dita natural ou cotidiana. Sua ocorrência se dava de tempos em tempos e não podia ser controlada. A mortalidade excepcional estava associada principalmente à propagação de surtos epidêmicos ou a falhas alimentares. Outros fenômenos que tiveram influência no recuo esporádico das populações foram as guerras e as catástrofes ambientais, como terremotos, incêndios e inundações. Os mecanismos (inconscientemente) desenvolvidos pelas sociedades do Antigo Regime para reconduzir ao crescimento demográfico foram a aceleração dos fluxos migratórios para as regiões atingidas e o aumento do número de casamentos<sup>160</sup>.

Na segunda metade do século XVI e no XVII, Lisboa passou por uma série de infortúnios que puseram fim a um longo período de prosperidade. Sua população que havia crescido em ritmo contínuo por mais de cem anos teve seus índices de mortalidade aumentados significativamente. Essa nova fase marcada por crises demográficas foi inaugurada pela Grande Peste de 1569, que começou em julho deste ano e terminou na primavera do ano seguinte. Seus efeitos foram catastróficos. O grande número de mortes que causou desestabilizou a vida na cidade e dos seus habitantes. Por outro lado, a peste fez surgir a necessidade de reorganizar a cidade a fim de superar as epidemias que se tornaram recorrentes. A realeza portuguesa mostrou-se engajada nessa tarefa.

No quadro que se segue estão assinalados os períodos em que Lisboa enfrentou crises de mortalidade nos séculos XVI e XVII e algumas informações acerca das circunstâncias que ocorreram e suas causas<sup>161</sup>:

**CRISES DE MORTALIDADE**  
**Lisboa - séculos XVI e XVII**

ANOS	CAUSAS
1569 a 1570	Após um longo período sem casos da doença, Lisboa enfrentou um surto de peste em 1569. Seus efeitos foram catastróficos para cidade pelo grande número de mortes que causou. A peste, nas suas diferentes formas, foi uma das principais responsáveis pela sobremortalidade das populações ibéricas na segunda metade do século XVI.
1579 a 1581	Lisboa sofreu outro duro golpe no final da década de 1570 com a morte de mais 30 mil homens da armada que partiu para o Norte da África, sendo um deles seu jovem rei D. Sebastião. A instabilidade política e a mobilização das tropas vieram acompanhadas por dificuldades nas colheitas, causadas por uma terrível seca que acometeu o reino. Houve ainda um surto pestífero no final de 1579. Em meados do

<sup>159</sup>RODRIGUES, Teresa. *Crises de Mortalidade em Lisboa, séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p.15-18.

<sup>160</sup>*ibidem*.p.17; GODINHO, Anabela Silva de Deus. *Lisboa através dos registos paroquiais da Sé: população e sociedade (séc. XVI e XVII)*.2012, p. 331.

<sup>161</sup>RODRIGUES, Teresa. *op. cit.* 1990, p.100-165;BARROS, Augusto. "Lisboa na confluência das rotas comerciais: efeitos na saúde pública (séculos XV a XVII)". In: *Cadernos do Arquivo Municipal*.n.2, 2015, p. 251-263.

	<p>ano seguinte, a epidemia cede lugar à batalha de Alcântara e aos saques feitos pelos castelhanos como represália ao apoio oferecido ao Prior do Crato. Enquanto isso, a cidade enfrenta problemas no abastecimento de alimentos e o aumento de preços.</p>
1598 a 1603	<p>Várias epidemias de cólera, varíola e sífilis assolaram Lisboa nesse período. Além disso, houve o surto pestífero de 1598. Sua origem estaria relacionada com uma urca vinda da Galiza. A peste fez milhares de mortes antes de desaparecer em 1603. No ano de 1598, a cidade teria sido ainda cercada pelos ingleses que aprisionaram seus navios. Homens válidos foram recrutados para defendê-la dos contínuos ataques à sua costa e para compor a armada espanhola. O esvaziamento de mão de obra, em uma época de inflação e escassez de alimentos, provocou revoltas e tumultos populares. Como agravante, as baixas safras comprometeram o abastecimento regular da capital e atingiram a população com a fome. Ainda, Lisboa sofreria no mesmo ano com tremores de terra.</p>
1615 a 1623	<p>A peste perde espaço para outras doenças epidêmicas, como o tifo e a difteria. O tifo teria sido transmitido à população civil depois da chegada da armada de D. Afonso de Noronha em 1617. A cidade encontrava-se naquele momento em uma situação precária e suscetível a doenças. Isso porque os maus anos agrícolas registrados de 1596 a 1600 foram seguidos pelo surgimento de pragas nas searas alentejanas em 1620. Havia também a necessidade de alimentar um grande volume de homens das armadas espanholas e francesas que se alojaram em Lisboa. Somado a isso, as crescentes imposições de Filipe III enfraqueceram o poder de compra das gentes, que foram abatidas pela fome.</p>
1630 a 1633	<p>Um pequeno acréscimo no número de óbitos acontece nesse período. A causa dessas mortes de caráter súbito é desconhecida, supõe-se que tenha sido um surto de tifo acompanhado por mortes infantis por disenteria. A população pobre foi a mais atingida. Essas doenças estão associadas às condições alimentares e sanitárias. Lisboa passava por uma séria crise econômica e por dificuldades no abastecimento de produtos. Isso se deve às crescentes exigências financeiras do governo filipino, à chegada de um número cada vez maior de soldados castelhanos para reprimir a gente civil, a afluência de pessoas vindas de outras comarcas e aos anos de más colheitas que continuavam acontecendo.</p>
1636	<p>Os crescentes pedidos e a instituição de mais impostos fazem com que protestos e motins se tornem parte do cotidiano da cidade. O governo filipino também prosseguiu com o recrutamento de homens válidos. Diante disso, a situação econômica das famílias ficou cada vez mais crítica. A fome se fez sentir em todo reino em 1635, criando condições favoráveis para a propagação de doenças. No ano seguinte, Lisboa sofre com um violento surto de varíola.</p>
1642	<p>Uma epidemia de tifo causou um grande número de mortes. Sua origem parece estar associada aos militares castelhanos que foram aprisionados durante a Guerra da Restauração. O inverno fez com que a contaminação deixasse de ser restrita às cadeias para atingir a população civil.</p>
1647 a 1652	<p>Em meados do século XVII, a Europa medieval foi acometida por surtos pestíferos de extrema virulência. As regiões litorâneas e os portos marítimos foram mais afetados. Em Lisboa, uma enfermidade contagiosa surgiu em 1645. Sua alta taxa de letalidade fez com que muitos abandonassem a cidade, sendo poucas as informações encontradas sobre o período. Os efeitos dessa peste, somados à guerra da Restauração, que estava ainda em curso, fez com que houvesse uma grande carência de alimentos e uma consequente situação de fome.</p>

1657 a 1659	Nos anos 50, a principal causa da sobremortalidade em Lisboa foi o tifo. Mas a Guerra da Restauração e a fome advinda da escassez alimentar continuaram ceifando muitas vidas.
1662 a 1663	Observa-se nessa época uma sucessão de más colheitas, dificuldades no provimento das gentes e um aumento dos preços dos produtos básicos, o que deixou a população pobre, que ainda sofria com catástrofes naturais (inundações e secas) e uma guerra desgastante, mais exposta à mortalidade. A guerra, além de gerar mortes entre jovens do sexo masculino, exigia contribuições fiscais e o abastecimento das tropas, em um período em que se verificava uma escassez na agricultura. Esse quadro socioeconômico ofereceu condições ideais para o aparecimento de um surto de tifo.
1665 a 1666	As dificuldades econômicas e sociais enfrentadas por Lisboa nos anos de 1662 e 1663 permaneceram ao longo de toda a década. Entre 1665 e 1666, o tifo e outras epidemias voltam a acometer a cidade, sendo responsáveis por mais uma sobremortalidade.
1675 a 1685	O contexto europeu dos anos 70 a 90 foi marcado por uma recessão econômica, que em Portugal apareceu de forma mais acentuada devido às sequelas da guerra e às dificuldades para reorganizar suas atividades comerciais em nível de Império. A desvalorização da moeda, a inflação e o aumento dos impostos causaram o empobrecimento da população de Lisboa e outras comarcas, que se mudou para a capital em busca de melhores condições de vida. Como consequências, aumentaram os índices de violência, as dificuldades de abastecimento e o avanço de doenças de caráter contagioso. Ocorre, no período, várias e sucessivas crises de mortalidade.
1691 a 1700	No final do século XVII, houve vários episódios de sobremortalidade de origem principalmente epidêmica em Lisboa. No entanto, a intensidade dessas crises de mortalidade não foi maior que as manifestações supracitadas. Paralelamente, a cidade enfrentou dificuldades para o provimento da população. Sequentes maus anos agrícolas geraram a falta ou o aumento de preços dos gêneros básicos. Os habitantes com menos recursos acabaram sofrendo com a fome.

Fonte: RODRIGUES, 1990, p. 100-165; BARROS, 2015, p. 251-263

As doenças de caráter contagioso foram a principal causa de sobremortalidade em Lisboa nos séculos XVI e XVII. As populações pobres eram as mais afetadas, dadas as condições precárias em que viviam. Ademais, os ricos tinham a opção de se afastarem fisicamente dos focos infecciosos, buscando refúgio em suas quintas de vilegiatura. Não foram registradas pelos contemporâneos informações precisas sobre essas doenças, seus sintomas e suas formas de contágio, o que pode ser explicado pela credence e superstição da população que associava a propagação das pestes ao castigo divino. Porém, podemos dizer que as más condições sanitárias da cidade teriam contribuído para a disseminação da doença. Acrescentam-se as dificuldades alimentares, que eram geradas por problemas nas colheitas e pela crescente perda de mão de obra masculina para o recrutamento militar, para as cidades e as conquistas ultramarinas. Por fim, o contato com povos das mais diferentes origens que vinham à cidade para fazer comércio foi outro meio de transmissão de doenças<sup>162</sup>.

## 2.5- Rituais e Cerimônias

### 2.5.1- Procissões

As cerimônias religiosas tiveram um papel marcante na vida social de Lisboa nos séculos XVI e XVII. Em alguns períodos chegaram a ser os únicos acontecimentos que

<sup>162</sup>BARROS, Augusto. "Lisboa na confluência das rotas comerciais: efeitos na saúde pública (séculos XV a XVII)". In: *Cadernos do Arquivo Municipal*.n.2, 2015.

movimentavam o cotidiano da cidade, sendo as procissões os mais importantes<sup>163</sup>. Dificilmente conseguiremos reconstituir neste tópico toda grandiosidade dos espetáculos que produziam, muito menos as emoções e expectativas sentidas pelos diferentes grupos que participavam dessas festividades públicas, mas está ao nosso alcance fazer uma análise que não restrinja as procissões ao seu caráter religioso, mostrando a presença do profano. Como um acontecimento que colocava em atividade toda gente, as procissões despertaram interesse da monarquia que passou a utilizá-las para afirmar e encenar o poder. Também eram uma manifestação da cultura popular e seu divulgador. Além disso, os corpos sociais eram representados ao longo do desfile, deixando em evidência o cariz corporativo da sociedade portuguesa do Antigo Regime e as noções de ordem e hierarquia que lhe norteavam.

Calcula-se uma média de três procissões mensais, que atraíam ao longo do seu percurso milhares de pessoas. O quadro abaixo identifica as procissões que ocorriam anualmente. Não podemos deixar de considerar as procissões de caráter eventual quando ocorria algum acontecimento notório: batizados, casamentos e funerais, cerimônias e festas régias, comemoração de vitórias em guerras e o retorno de cativos, e ainda para pedir alguma graça à cidade, como a vinda ou a interrupção de chuvas, fim de epidemias, entre outros. Essa extensa lista nos permite perceber o quão numerosas eram as procissões, além de sugerir sobre sua importância<sup>164</sup>.

**RELAÇÃO DAS PROCISSÕES ANUAIS**  
**Lisboa - séculos XVI e XVII**

Comemoração da Batalha de Aljubarrota	1	Janeiro
S. Sebastião	20	
S. Vicente	22/21	
Páscoa		Março
N. Senhora dos Prazeres	15	Abril
Ação de Graças	17	
S. Jorge	23	
Ladainha Maior	25	
S. Cruz	3	Maio
1ª Ladainha	5	
2ª Ladainha	6	
3ª Ladainha	7	
Em homenagem a D. Nuno Álvarez Pereira	12	
N. S. dos Mártires	13	
Louvor a Virgem Maria	1	Junho
Santo António	13	
S. João	24	
S. Pedro	28	
Visitação de N. Senhora	2	Julho
Anjo Custódio	3º dom	
S. Ana	26	
Ação de Graças	14	Agosto
Assunção de N. Senhora	15	
Transladação de S. Vicente	26	Setembro

<sup>163</sup>CASTELO-BRANCO, Fernando. *op. cit.* p.183-184.

<sup>164</sup>ARAÚJO, Renata de. *op. cit.*p.48.

Santos Mártires	1	Outubro
Ação de Graças pela Tomada de Lisboa	25	
Dia de Todos os Santos	1	Novembro
Patrocínio de N. Senhora	9	
Natal	25	Dezembro
Santos Inocentes		
Corpus Christi		Data móvel

Fonte: ARAUJO, 1990, p.73

Cada procissão possuía suas próprias características, o que as tornavam ainda mais impressionantes. Conforme documento datado de 1522, a mais solene de todas as procissões anuais que ocorriam em Lisboa era a de Corpus Christi<sup>165</sup>. Esta procissão foi a maior manifestação de luxo e aparato que a capital portuguesa conheceu, o que fazia sua população aguardar ansiosa a data da sua realização<sup>166</sup>. A festa eucarística era considerada modelo de práticas para as outras procissões que aconteciam no reino e no mundo português<sup>167</sup>. Ademais, os carros alegóricos, as vestimentas e os paramentos confeccionados pelos ofícios especialmente para essa festividade eram depois adaptados para outras cerimônias religiosas e régias<sup>168</sup>.

O Papa Urbano IV instituiu a solenidade de adoração da eucaristia através da bula *Transiturus*, em 1264. O documento pontifício determinava que missa e outros ofícios deveriam ser celebrados na quinta-feira depois da oitava pentecoste. A procissão geral que marca a festividade foi implantada apenas no século XIV, após o Concílio de Trento. Como outras procissões, fazia parte das iniciativas da Companhia de Jesus para captar os fiéis, juntamente com o ensino, o teatro e a arquitetura<sup>169</sup>. Ficou estabelecido que as câmaras municipais organizariam a procissão de Corpo de Deus, de modo a garantir que estivesse descente e venerável, que o cortejo sairia da catedral e no final do trajeto retornaria para a mesma igreja, e que todos os ofícios e mestres deveriam estar presentes, colaborando com suas festas e invenções<sup>170</sup>.

Existem controvérsias no que diz respeito à época em que essa solenidade foi introduzida em Portugal. Acredita-se que a celebração tenha sido iniciada nos últimos anos do governo de D. Afonso III e ainda nos primeiros tempos exercia primazia sobre as demais festas religiosas, apesar de não contar com grande aparato<sup>171</sup>. A procissão do Corpo de Deus teria sido, por sua vez, implementada por D. João I. O fundador da dinastia de Avis também foi responsável por fazer com que S. Jorge passasse a figurar no cortejo, o que era umas das peculiaridades da procissão portuguesa quando comparada com outras monarquias europeias. S. Jorge tornou-se patrono português após a "Revolução de 1385". Nesse momento, Portugal expulsava os mouros do seu território contando com a destacada participação dos povos miúdos. Não por acaso, o santo é protetor dos ofícios mecânicos<sup>172</sup>. Eles também foram responsáveis por oferecer à procissão elementos populares, como as tourinhas, as danças e os mouros.

<sup>165</sup>OLIVEIRA, Eduardo Freire de. *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*. Câmara Municipal de Lisboa, tomo IV, 1882, p. 418.

<sup>166</sup>BEBIANO, Rui. *D. João V – poder e espetáculo*. Aveiro: Livraria Estante, 1887, p.128.

<sup>167</sup>SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O corpo de Deus na América: a festa de Corpus Christi nas cidades da América Portuguesa – Século XVIII*. São Paulo: Anneblume, 2005, p. 139.

<sup>168</sup>ALVES, Ana Maria. *As entradas régias portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, [s.d.], p.41.

<sup>169</sup>CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Política no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Editora 70, 2011, p. 101.

<sup>170</sup>OLIVEIRA, Eduardo Freire de. *op. cit.*p.420.

<sup>171</sup>ARAÚJO, Renata de. *op. cit.*p.48-49.

<sup>172</sup>SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *op. cit.*p. 117.

A procissão alcançou maior pompa e magnificência após o reinado de D. Manuel. Esse esplendor foi vivenciado não só em Portugal, mas em todas as cidades que lhe eram subordinadas. As atuais perspectivas historiográficas ressaltam que as monarquias ibéricas buscaram reproduzir nas conquistas ultramarinas a forma como administravam, governavam e também sua vivência social. Como parte dessa geração de estudiosos, Beatriz Catão Cruz Santos analisa a festa do Corpo de Deus na América, sempre lembrando que a cerimônia religiosa também ocorria na Ásia e África portuguesas. Além de participarem da organização das festividades religiosas e comemorações, a historiadora destaca o papel das Câmaras como interlocutoras nas relações entre o Império Marítimo. Para a Câmara de Lisboa coube ainda a missão de fazer um espetáculo que fosse referência como modelo e fonte de inspiração para outras cidades<sup>173</sup>.

Havia obrigatoriedade de comparecimento a mais importante procissão do ano. Aqueles que se recusassem a ir à festividade poderiam ser multados e receber outras sanções. Desta maneira, a população de Lisboa e arredores participava amplamente do cortejo, representantes seculares e eclesiásticos, homens e mulheres, pessoas de alto estirpe e humildes. A festa agregava inclusive negociantes e misteres, mais uma particularidade da tradição lusa que pode ser utilizada para ilustrar o sentido de comunidade no ritual do Corpo de Deus<sup>174</sup>.

Contava-se principalmente com a presença dos oficiais e mesteres, que deveriam se apresentar pessoalmente à procissão, não podendo enviar em seu lugar um representante. Documentos indicam que eles não aceitavam a imposição do comparecimento e de outras tarefas inerentes ao seu ofício. Por vezes, chegaram a recorrer junto ao rei o privilégio de se eximirem dessa obrigação, mas nunca obtiveram uma resposta positiva. Ratificou-se o dever de estarem presentes no dia da festa, com as respectivas bandeiras, castelos e demais invenções, construídos e enfeitados especialmente para a ocasião. As invenções seriam carregadas por eles mesmos ao longo de todo percurso da procissão, sem dispor da ajuda de ombreiros nem moços<sup>175</sup>.

Não houve um regimento específico que normatizasse a procissão de Corpo de Deus em Lisboa. O mecanismo encontrado para regulamentar o evento foram os diplomas, algo próximo ao que conhecemos como leis extravagantes. Uma significativa quantidade de diplomas foi expedida pelo poder central e pelo governo da cidade<sup>176</sup>. A organização e as despesas da festa e procissão ficavam a cargo da Câmara de Lisboa, que tinha como funções divulgar sua data, garantir que as ruas estivessem limpas e enfeitadas, ordenar que se caiassem as casas, nomear quem seguraria as varas do palio e definir o trajeto do desfile – não se sabe dizer o percurso exato da procissão, pois este sofreu mudanças ao longo dos anos, inclusive deixou de sair da Sé para ser na Patriarcal no Terreiro do Paço, no século XVIII.

O Santíssimo Sacramento ocupava uma posição central na procissão do Corpo de Deus. Protegido em uma custódia, era exposto pelas ruas por onde passava o cortejo para a adoração dos fiéis. A hóstia sagrada determinava a posição que cada um dos corpos sociais deveria ocupar no desfile. A proximidade pressupunha prestígio na sociedade. Houve disputas para definir as autoridades que segurariam as varas do pálido que transportava o Santíssimo Sacramento. Quando o rei se encontrava em Lisboa e comparecia à procissão, competia a ele uma das varas. Ninguém deveria se postar à sua dianteira. A vara à sua direita seria ocupada por seu príncipe herdeiro e na sua ausência por um dos representantes do Senado da Câmara. Neste caso, cabia a outros dois representantes as varas detrás. Mais à frente do desfile ficavam arranjados os ofícios<sup>177</sup>.

---

<sup>173</sup>*ibidem*.p. 61.

<sup>174</sup>*ibidem*.p. 89.

<sup>175</sup>OLIVEIRA, Eduardo Freire de. *op. cit.*p.418-419.

<sup>176</sup>*ibidem*.p.421

<sup>177</sup>SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *op. cit.*p. 110.

A ornamentação das ruas por onde a procissão de Corpo de Deus passava chamava a atenção daqueles que assistiam ao desfile. Dias antes, os moradores deveriam consertar janelas, portas, varandas e esteios por onde passaria o cortejo. E enfeitar com seda, brocado, alcatifas, tapeçaria e outros materiais feitos de ouro ou dourados. Aqueles que não cumprissem a determinação poderiam ser presos e multados. O mesmo valia para os oficiais, que deveriam estar presentes durante todo trajeto da procissão com suas bandeiras e invenções. As ruas passavam por limpeza, eram lavadas e espalhava-se pelo chão areia, ervas e flores, e toldos eram armados para proteger os participantes do sol ou da chuva. Feitos de lona, brim e outros tecidos, os toldos eram sustentados por paus de pinho e enramados com louro e flores<sup>178</sup>.

Outras procissões que aconteciam em Lisboa despertavam semelhante deslumbramento com sua organização e participação popular. Podemos citar a procissão dos penitentes da Santa Casa de Misericórdia que foi descrita por João Brandão, em *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Realizada nas noites de Quinta-Feira da Ceia, a procissão percorria a Rua Nova até São Francisco, depois passava por Trindade e descia ao Carmo, chegava a São Domingos para contornar o Rossio, a Praça da Palha e a Rua da Arcas, atravessava Correaria e a Sé, e só então alcançava a Misericórdia. O trajeto terminava por volta da meia noite e meia. Essa procissão tinha presença obrigatória para os irmãos dessa ordem, que deveriam estar devidamente vestidos com roupas pretas e se postarem em ordem de procissão, acompanhados de candeias e velas. Outros homens e mulheres acompanhavam o cortejo. Vestiam-se também de preto e se feriam com as disciplinas, ficando ensanguentados. Os objetos utilizados para o flagelo eram varas de ferro, cruzeiros de pau e pedras, que eram molhados e lavados no vinho quente para aumentar o suplício. Fatias de marmelada e água eram oferecidas pelos fidalgos e devotos aos penitentes. Ao final da procissão, os penitentes tinham suas chagas limpas com vinho e eram tratados e vestidos para voltarem a suas casas<sup>179</sup>.

Filipe II ofereceu um interessante testemunho das procissões que participou quando esteve em Lisboa. Esse testemunho pode ser lido nas cartas que escreveu para suas filhas. Ao contar para elas sobre a procissão de Corpo de Deus, atém-se às danças de mulheres e seus belos cantos. O monarca lamentou o fato de não ter aproveitado mais este espetáculo por estar no final da procissão, na posição mais próxima à sagrada eucaristia. Outra procissão que participou foi organizada pela Confraria do Santíssimo Sacramento, da freguesia de São Julião, sendo espectador desta vez. Ele assistiu ao cortejo em uma das janelas da rua Nova. Apesar da grandiosidade e dos excessivos gastos despendidos pelos confrades, que o monarca chegou a comentar nas cartas, o que novamente chamou sua atenção foram as danças, em especial aquelas que envolviam diabos. Essas danças se assemelhavam, em sua opinião, às pinturas de Jerónimo Bosch<sup>180</sup>. Seu testemunho foi utilizado por Diogo Ramada Curto para demonstrar a grande difusão popular dessas manifestações, refutando a historiografia que se limita a interpretar as procissões como um mecanismo desenvolvido pelas elites para disciplinar o povo e que exclui delas o elemento profano. Além disso, o interesse despertado pelas danças populares serve para questionar a dicotomia entre a cultura popular e de elite nas procissões, cortejos e festas.

Ana Paula Torres Megiani diz que, mesmo quando não estava presente fisicamente em Lisboa, a realeza filipina se fazia representar nas festas e comemorações, dentre as quais a procissão do Corpo de Deus. No entanto, a ausência real gerou um clima de rivalidade e competição nesses eventos públicos. Representantes da Câmara Municipal e do Conselho de Portugal duelavam entre si para definir quem substituiria os Filipes. As disputas chegaram a um determinado ponto que ocupar uma posição de destaque em uma das cerimônias em que o

<sup>178</sup>OLIVEIRA, Eduardo Freire de. *op. cit.*p.432-435.

<sup>179</sup>BRANDÃO, João. *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552* (1552). Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 121-122.

<sup>180</sup>BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Cartas de Felipe II a sus hijas*. Madrid, 1988, p. 72-74.

rei não estava presente era mais significativo que naquelas em que ele participava, o que pode ser explicado pelo fato de não se questionar a decisão real ou dos seus funcionários diretos sobre a disposição dos nobres, na ocasião das jornadas dos monarcas espanhóis, em 1581 e 1619<sup>181</sup>.

Com a Restauração, a festa de Corpus Christi e outras práticas rituais e cerimoniais da monarquia tornaram-se mais intensas, assim como a reflexão que era feita sobre elas. Isso porque os Bragança perceberam a oportunidade de utilizá-las politicamente para difundir um modelo cortesão e afirmar a nação recém-soberana. Além disso, a forma luxuosa e muito ornamentada como eram organizadas tinha como propósito demonstrar a superioridade da monarquia e da dinastia que estava à frente. Essas mudanças foram assinaladas principalmente durante o reinado de D. João V<sup>182</sup>.

Essas festividades passaram a submeter-se à liturgia barroca e às determinações pós-tridentinas, criando a imagem de uma sociedade mais rigorosa com relação à ordem e à hierarquia e de sacralização do poder real. Como consequência, perderam a espontaneidade que lhe era característica. A legislação da festa de Corpus Christi instituída por D. João V proibiu o desfile das tourinhas, danças e dos mouros. Também excluiu os negros e os charmeleiros que tradicionalmente acompanhavam o cortejo, e vedou o acesso às mulheres. Esse esvaziamento dos elementos pagãos e populares foi compensado por um maior aparato da procissão. O governo joanino representa uma ruptura na história da festividade do Corpo de Deus em Lisboa, sendo lembrado pelos contemporâneos como um momento de triunfo<sup>183</sup>.

#### 2.5.2- Entradas Régias

O cerimonial que marca a vinda de uma figura real pela primeira vez ou em alguma ocasião especial, como casamentos, batizados, cerimônias fúnebres e vitórias militares, a uma cidade é chamado de Entrada Régia. Em geral, dois momentos distintos compunham esse cerimonial de chegada. A entrega das chaves na porta da cidade é o primeiro momento, quando se dramatiza o contrato entre o rei e seus súditos. Encarregavam-se da sua organização o poder régio e a Câmara Municipal. O que se segue são as festas de recepção ao monarca em que a população demonstrava sua satisfação em recebê-lo. O segundo momento estava sob a responsabilidade da Câmara e dos ofícios, contando por vezes com a ajuda das freguesias e das comunas de judeus e mouros<sup>184</sup>.

A Entrada Régia surgiu na Baixa Idade Média, quando a itinerância foi considerada uma importante prática de governo. Nessa época, o cerimonial de chegada foi regularmente utilizado para renovar o pacto firmado entre o rei e seus súditos de maneira a assegurar os compromissos selados na coroação ou aclamação. Não se mostrava muito teatralizado nem possuía o mesmo esplendor que seriam observados nas festas e cerimônias reais realizadas no século XVII. A Entrada Medieval reunia aspectos da cultura oral, folclórica e popular da região visitada, juntamente com imagens cristãs e mitológicas, também fazia referência a livros clássicos e

---

<sup>181</sup>MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente: festas e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal 1581 e 1619*. São Paulo: Alameda, 2004, p.98-116.

<sup>182</sup>SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *op. cit.* p. 46; MELO, João Vicente. Ouro e preces: a procissão joanina de Corpus Christi. In: *Bulletin of Spanish Studies: Hispanic Studies and Researches on Spain, Portugal and Latin America*. vol. 89, n.2, 2012.

<sup>183</sup>SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *op. cit.* p. 45; BICALHO, Maria Fernanda. Mediação, Pureza de Sangue e Oficiais Mecânicos. As Câmaras, as Festas e as Representações no Império Português. In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. (orgs.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFMG, 2002, p. 314.

<sup>184</sup>ALVES, Ana Maria. *op. cit.* p.11.

canônicos. Desse modo, por mais que em alguns aspectos fosse repetitivo, o cerimonial contava com elementos próprios do imaginário da comunidade urbana<sup>185</sup>.

Com o Renascimento, a Entrada Régia teve seu significado ampliado. Foram introduzidos elementos dos triunfos romanos, como carros alegóricos, pirotecnia e arcos de triunfo. Os protocolos para o desfile da corte e do clero foram reformulados, definindo novas regras para a disposição dos atores sociais. Nobres e religiosos passaram a ter papel de coadjuvantes. O protagonismo foi cedido para o príncipe, que ocupou posições mais centrais, e os súditos das cidades ficaram restritos à função de público. Essas transformações são concomitantes ao processo de fortalecimento da monarquia, que envolveu mudanças nas formas de representação do poder. Esse processo reforçou o papel de espectador da população, que ficou afastada da organização. Além disso, as regras de etiqueta foram padronizadas, sendo poucas as vezes que foram ajustadas às tradições do local. E houve o estabelecimento de uma sede fixa para a corte, o que contribuiu para a invisibilidade régia. Em outras palavras, o rei passou a ser visto com maior frequência, por conseguinte, as visitas tornaram-se cada vez mais raras e breves. Isso impediu que as cidades e vilas dialogassem simbolicamente com seu rei. A itinerância régia deixou de ser, portanto, uma prática recorrente do governo, embora fosse ainda considerada importante<sup>186</sup>.

Essas cerimônias adquirem um nível maior de abrangência e complexidade no final do século XVI, quando começa a se formar a concepção de festa barroca. As entradas régias passam a ser eventos longos que contavam com a participação de artistas vindos até de outros países. Arquitetos, escultores, pintores, músicos, cenógrafos e coreógrafos tinham a tarefa de transformar essas cerimônias em um grande teatro a céu aberto. O monarca era o protagonista do espetáculo. Também eram convocados engenheiros e matemáticos para a construção de carros ou naves e para a pirotecnia. Essas cerimônias marcavam a memória visual e auditiva da população. A lembrança das cores, do brilho, das formas e dos sons contribuía para manter a ordem e a subordinação ao poder real e as suas instituições<sup>187</sup>.

Duas foram as entradas triunfais que os monarcas portugueses fizeram em Lisboa na primeira metade do século XVI. A primeira ocorreu durante reinado de D. Manuel, em Janeiro de 1521. O rei havia se mantido afastado por cerca de dois anos e meio da principal cidade portuguesa, que enfrentava um surto de peste. Fez estadia em Almeirim e Évora nesse período. Quando regressou a Lisboa, ele trouxe consigo sua terceira esposa, irmã do imperador Carlos V, D. Leonor de Áustria. Os preparativos para receber o casal começaram um mês antes. Os festejos foram dedicados a dar as boas-vindas à nova rainha. Este casamento foi muito interessante para Portugal do ponto de vista político. Isso porque os reis portugueses e a dinastia Avis-Beja selaram uma aliança com a casa Habsburgo. Além disso, as festas e cerimônias que marcaram a chegada dos cônjuges foram uma oportunidade de mostrar a opulência e propagandear a imagem real para além dos limites do reino. Também serviram como distração para a população que havia sofrido com a peste.

Gil Vicente foi nomeado para ser mestre das festas e cerimônias que foram organizadas para a entrada de D. Manuel e D. Leonor. O conhecido autor de peças teatrais foi por muito tempo responsável pelas encenações cortesãs, mas não tinha experiência em entradas régias. Coube a ele a missão de preparar em um mês um espetáculo grandioso para homenagear o rei. Embarcados em uma grande fusta, os reis e muitos nobres da corte entraram na Ribeira. Uma multidão estava aguardando a chegada em terra. As ruas, os muros e as janelas estavam cobertos

---

<sup>185</sup>MEGIANI, Ana Paula Torres. *op. cit.* p. 117-119.

<sup>186</sup>*ibidem.* p. 120-121.

<sup>187</sup>MEGIANI, Ana Paula Torres. "Entre arcos triunfais e fogos de artifício: práticas festivas efêmeras e o diálogo dos poderes nas visitas dos Filipes a Lisboa (1581-1619)". In: FURTADO, Junia Ferreira (Org.). *Sons, formas, cores e movimentos na Modernidade Atlântica. Europa, Américas e África*. São Paulo: Annalume, 2008, p.140-141.

com toldos e ornamentados com tapeçarias, bandeiras e estandartes. As cerimônias começaram na manhã seguinte ao desembarque. Na Porta da Oura, os reis foram recebidos com um discurso de boas-vindas e os oficiais da Câmara lhes entregaram as chaves da cidade. Sob um pátio, eles iniciaram a passeata pelas ruas importantes de Lisboa, acompanhados por sua comitiva. Danças, instrumentos musicais, cantos e folias alegraram o cortejo. O itinerário régio foi pontuado por palanques com peças teatrais, que foram pensados por Gil Vicente. Cenas do imaginário e da realidade foram representados, buscando conciliar o sagrado e o profano. Os reis fizeram uma parada na Sé para serem solenemente apresentados ao arcebispo da cidade e abençoados. E seguiram até o Paço da Ribeira, onde concluíram sua jornada<sup>188</sup>.

A segunda entrada triunfal também celebrava um casamento com importante significado político. Em Novembro de 1552, a princesa castelhana D. Joana de Áustria chegou a Lisboa para se casar com o príncipe português D. João. Naquele momento, havia uma grande preocupação com relação à sucessão no reino. A filha do imperador Carlos V e de D. Isabel foi recepcionada pelo próprio rei D. João III no Barreiro. A travessia que fizeram juntos no Tejo foi a primeira parte do espetáculo de boas-vindas. O rio converteu-se na ocasião em mais um espaço para a encenação do poder real. Mais de trinta barcos embandeirados acompanharam a travessia. Cantores e músicos estavam a bordo e alegorias representavam o exótico ultramarino. Os monstros marinhos e terrestres surpreenderam quem assistiu ao espetáculo. Em terra, os nobres organizaram-se em alas para acompanhar o cortejo real. Eles se posicionaram atrás dos prelados e infantes e foram seguidos pelos representantes municipais. A cerimônia de recepção aconteceu no Largo do Pelourinho, quando a Câmara proferiu seu discurso. As figuras reais desfilarão nas principais ruas mercantis da cidade debaixo de um pátio de oito varas, mas antes caminharam em direção a Sé para a benção e a reza. O que se seguiu foram as festas populares. Eram oito dias em que os ofícios se dedicavam a apresentar seus carros triunfais e seus espetáculos teatrais que tinham como temáticas a mitologia greco-latina ou o imaginário ocidental<sup>189</sup>.

Na segunda metade do século XVI e no século XVII, as entradas régias irão ganhar maior dramaticidade. Depois que Portugal foi incorporado à monarquia hispânica, o rei deixou de estar próximo dos seus súditos e o acontecimento adquiriu um caráter excepcional. Em sessenta anos, Lisboa recebeu os Habsburgos apenas nas jornadas de 1581 e 1619. A presença de Filipe II em Portugal foi crucial para a afirmação da sua dinastia e consolidação da União Ibérica. Em dois anos e meio de estadia (1581-1583), o monarca permaneceu a maior parte do tempo em Lisboa, não se deslocando para outras cidades do reino. Participou das cerimônias tradicionais, visitou as igrejas e os conventos da cidade e recepcionou os navios das Índias e da América que atracavam no porto<sup>190</sup>.

O ponto de partida da entrada triunfal foi o rio Tejo. Filipe II navegou em sua galera real de Almada ao cais da Ribeira, onde desembarcou ao som da artilharia. Partindo da Praça da Ribeira, ele iniciou o cortejo pelas ruas da cidade sobre um cavalo, como era feito na Espanha. O desembarque em Lisboa e sua travessia foram descritos com muita admiração pelo cronista Afonso Guerreiro, bem como a forma suntuosa que a ornamentação foi preparada para a ocasião. Arcos de triunfo, painéis pintados e esculturas, em um conjunto de dezenove monumentos, decoravam as ruas por onde o cortejo passou. Havia também apresentações de dança e de música. Após receber as chaves da cidade nas Portas da Ribeira, Filipe II cavalgou debaixo do pátio em direção à Porta da Sé. Ali estava sendo aguardado pelo alto clero português para receber a benção do arcebispo de Lisboa. O monarca termina sua travessia passando pelas

---

<sup>188</sup>BUESCU, Ana Isabel. "Festas régias e comunicação política no Portugal moderno (1521-1572)". In: *Comunicação & Cultura*. Lisboa, 2010, p. 40-43.

<sup>189</sup>FONSECA, Antunes. "Entrada dos Reis". *Cadernos Vicente*. Lisboa: Quimera, 1992, p.9.

<sup>190</sup>MAGIANI, Ana Paula Torres. *op.cit.* 2004, p.97.

principais ruas da cidade, sempre acompanhado por uma multidão que estava ansiosa para conhecê-lo<sup>191</sup>.

Frei Nicolau de Oliveira teve a oportunidade de vivenciar e escrever sobre a atmosfera de festividade que marcou a estadia de Filipe II e também do seu sucessor, que ocorreu entre abril e setembro de 1619. Porém, a descrição da última jornada encontra-se mais pormenorizada devido à proximidade entre a publicação do seu livro e o evento. O religioso diz que foram construídos opulentos arcos triunfais para a entrada régia de Filipe III. Sendo que ele ateu-se a quatro monumentos principais: o Arco dos Homens de Negócio de Lisboa foi o primeiro monumento, que representou a união da monarquia portuguesa e espanhola, localizado no cais onde desembarcou a galé real; na rua que ligava o terreiro da Ribeira a Porta do Pelourinho, havia 12 pedestais que tinham como referência os personagens ilustres da história portuguesa e suas virtudes; construído na Porta do Pelourinho Velho, o Arco dos Ingleses fazia alusão às relações entre o reino de Inglaterra e Portugal; o último arco triunfal descrito por Frei Nicolau de Oliveira estava na Rua Nova, havia figuras que representavam as principais cidades portuguesas, que na mão direita portavam uma chave e na esquerda, o escudo com suas respectivas armas. Junto a este monumento foram construídas ainda uma pirâmide e uma dispendiosa árvore com as figuras de D. Afonso Henrique e seus descendentes<sup>192</sup>.

Quando Filipe III desembarcou com sua galé real em Lisboa, estava acompanhado de mais de doze galés que traziam tropas e grande parte dos nobres portugueses e de quase duzentas e noventa barcos menores repletos de gente. Outras embarcações vieram das praias vizinhas para seu encontro. O clima de festividade podia ser percebido nos embarcados que comemoraram a presença do rei com bastantes danças e folia. As "Festas do Mar" foram ilustradas por Domingos Vieira Serrão. A estampa está na obra do Cronista-mor João Baptista, sua descrição da jornada de 1619 tem inestimável valor por ser a única que incluiu gravuras (**Figura 10**). Essas pessoas seguiram o rei pelas ruas riquissimamente armadas e com muitas pinturas, figuras e monumento para serem vistos e músicas para se ouvir. Uma multidão de pessoas acompanhou o cortejo nos passeios e janelas. Depois de concluir a passeata e fazer uma oração na Igreja maior, o monarca recolheu-se no Paço Real. E essa foi a lembrança de Frei Nicolau de Oliveira sobre as coisas mais notáveis da entrada triunfal de Filipe III<sup>193</sup>.



<sup>191</sup>GUERREIRO, Afonso. *Relação das festas que se fizeram na cidade de Lisboa na entrada del Rey D.Philippe primeiro de Portugal*. Lisboa, 1581.

<sup>192</sup>OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *Op.Cit*.p.9-20.

<sup>193</sup>LAVANHA, João Baptista, *Viage de la Catholica Real Magestadedel Rei D. Felipe III N. S. al reino de Portugal*, 1622; OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *Ibidem*.

**Figura 10-** Desembarque de Filipe III no Terreiro do Paço, Domingos Vieira Serrão, gravado na obra de João Baptista Lavanha, *Viage de la Catholica Real Magestadedel Rei D. Felipe III N. S. al reino de Portugal*, 1622.

Houve algumas diferenças entre a entrada régia de Filipe II em 1581 e de seu filho em 1619. Primeiramente, Filipe III mostrou-se bem menos participativo que seu pai, transferindo aos promotores reais, das corporações de ofício e dos representantes do vice-reinado a responsabilidade sobre a organização do evento. Contudo, as cerimônias foram mais espetaculares que em 1581 e permaneceu vívida na memória da população. Ademais, a entrada de Filipe II tinha como propósito a afirmação do seu poder e a consolidação da União Ibérica, enquanto a segunda jornada, o reforço da autoridade de Filipe III e a continuidade do regime filipino, além de atender ao pedido da população que aguardava há muitos anos ver novamente o rei e negociar com ele o pagamento de fintas. Por fim, Lisboa encontrou dificuldades para manifestar seus particularismos e os anseios da população portuguesa na última entrada. Em outras palavras, a entrada régia de Filipe III privilegiou o espetáculo em prejuízo do objetivo original, que era estabelecer um diálogo entre o rei e seus súditos<sup>194</sup>.

## 2.6- Considerações finais

Lisboa tornou-se pouco a pouco a capital portuguesa ao longo do século XVI e XVII. A proposta desde capítulo foi mostrar as transformações que a cidade passou nesse período. A expansão marítima foi importante para que Lisboa afirmasse a sua centralidade e atraísse pessoas vindas de diferentes partes do reino e do império. Mas a cidade cresceu de maneira desordenada e sem planejamento, principalmente, no que diz respeito a uma infraestrutura sanitária. Epidemias eram comuns no cotidiano da cidade, aumentando significativamente a mortalidade. Havia outros problemas sociais como a dificuldade de acesso a alimentos e água e o aumento do número de desocupados. Porém, o crescimento demográfico teria tornado a cidade mais diversificada. Grupos sociais heterogêneos, diferentes profissões, etnias e nacionalidades passaram a conviver em seu espaço urbano. Além disso, as festas e as cerimônias tornaram-se grandes espetáculos que celebravam o poder da monarquia portuguesa e a condição de Lisboa como “primeira do reino”. No próximo capítulo, será a vez de discutir a evolução que Madrid passou nos séculos XVI e XVII. Após a decisão de Felipe II transferir sua corte para lá, Madrid deixou de ser uma vila sem importância para se tornar a principal cidade da monarquia hispânica.

---

<sup>194</sup>MAGIANI, Ana Paula Torres. *op.cit.* 2004, p.142-164.

## CAPÍTULO III: MADRID NOS SÉCULOS XVI E XVII

A despeito da centralidade muito mencionada ao se falar de Madrid, antes de ser eleita capital da Espanha, era uma região de difícil acesso e não integrada as principais de vias de comunicação territorial, que permitiram o desenvolvimento de outros centros urbanos. Seu rio mais importante também não era capaz de promover sua integração com as demais partes do reino e não possuía volume suficiente para suportar um aumento populacional. Além disso, era constituída de uma população em sua maioria rural de 15.000 habitantes. Muitas das suas principais ruas eram tortuosas, não eram empedradas e era comum topar com um ou mais animais no caminho. Havia poucos edifícios de destaque e a cidade mantinha características medievais.

Porém, Madrid não pode ser descrita como uma vila depreciável e sem relevo, como insiste em fazer alguns autores. Foi local de reunião das Cortes de Castilla em muitas ocasiões. Também foi residência freqüente de todos os reis que precederam Felipe II. Em Madrid de antes de 1561, havia o Alcázar, transformado em Palácio por Carlos V, e outras fundações de renome. O que demonstra que a vila tinha sua importância histórica embora não pudesse ser comparada a outras cidades como Toledo, Valladolid e Sevilla<sup>195</sup>.

A pequena vila medieval começou a crescer de maneira exponencial desde o momento que se tornou sede política e administrativa da monarquia hispânica. Reformas urbanas e arquitetônicas tiveram que ser feitas para adequá-la a sua nova função de capital e ao crescimento demográfico. Madrid consagrou-se uma das cidades mais populosas da Europa. Isso fez com que a cidade passasse a enfrentar problemas para abastecer de água e de alimentos seus habitantes. A população pobre foi a mais prejudicada uma vez que as medidas adotadas pelo Estado visavam atender principalmente os membros da corte. Nesse sentido, as festas populares tinham uma importância social à medida que proporcionava aos habitantes momentos de distração e diversão, sem deixarem de estar inseridas em um contexto cortesão. O esplendor das festas não foi capaz de esconder o despreparo de Madrid para a função que assumiu, o que motivou a mudança da Corte para Valladolid, de 1601 a 1606.

### 3.1-Arquitetura e urbanismo

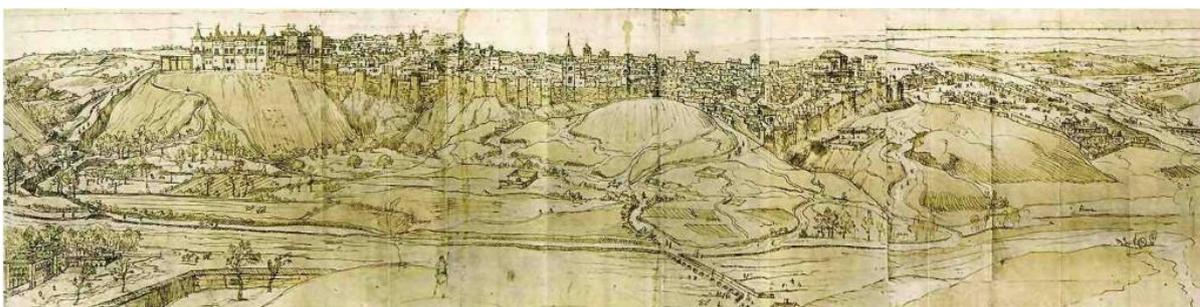
Antes mesmo de 1561, reformas urbanas começaram a ser feitas em Madrid impulsionadas pela presença da Corte. Isso porque, Carlos V esteve por um período na vila. O monarca empenhou-se em transformar o antigo alcázar medieval em um palácio para a residência real. Esse esforço foi compartilhado por seu filho, Felipe II. O Alcázar passou a ser o principal centro ritual da Corte. Outra função exercida pelo palácio foi de sediar as celebrações régias de projeção exterior e de ser polo de atração das procissões públicas que aconteciam na cidade. Para essa função, contava com o *Campo del Rey*. Localizado ao sul do palácio, esse espaço tornou-se uma grande praça onde eram realizadas as festividades e cerimônias. As reformas no palácio vieram acompanhadas de intervenções no seu entorno, como o nivelamento do terreno, a abertura de novas ruas e a melhoria daquelas que davam acesso ao palácio. O que fez a região se diferir do restante da vila, com suas ruas tortuosas de característica medieval<sup>196</sup>.

---

<sup>195</sup>CORRAL, José del. *El Madrid de Los Austrias*. Avapiés, 1983, p. 23.

<sup>196</sup>RÍO BARREDO, María José del. La ciudad como Corte: laconstrucción de una capital ceremonial (Madrid, 1590-1630). In: *Actas del XIII Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*, Madrid 6-11 de julio de 1998, Vol. 4, 2000, p. 216; ESCOBAR, Jesús. Arquitectura y urbanismo en el Madrid del siglo XVII: proceso, adorno y experiencia. In: *Arquitectura y espacio urbano de Madrid en los siglos XVII y XVIII*. Madrid: Museo de Historia de Madrid, 2017, p. 56.

Durante o reinado de Carlos V, uma série de fundações religiosas também foram levantadas, dentre as quais, destaca-se a *Capilla del Obispo*. O que indica que muitos edifícios foram construídos e, pela primeira vez na história de Madrid, possuíam arquitetura monumental. Mais uma transformação que ocorreu no período foi na *Puerta de Guadalajara*. Embora não tenha sido derrubada como se pretendia, foi ampliada para facilitar a passagem de carruagens. O que aumentou o tráfego da vila. Foi preciso derrubar e fazer ruas nas imediações, assim como ocorreu no Alcázar. Essas intervenções foram dando nova forma ao casco medieval, ainda predominante. Nenhum plano foi feito na época, porém o aspecto físico que a vila adquiriu pode ser conhecido através de trabalhos realizados nos primeiros anos do reinado de Felipe II. Um exemplo é a vista de Madrid pintada pelo flamenco Anton Van der Wyngaerde, em 1562. As reformas que aconteceram no Alcázar e a extensão que adquiriu são representadas na gravura (**Figura 11**)<sup>197</sup>.



**Figura 11:** Anton Van der Wyngaerde, *Vista de Madrid*, 1562, Biblioteca Nacional de Viena.

Anton Van der Wyngaerde chegou a Espanha em 1561 contratado por Felipe II para descrever as principais cidades espanholas. Dentre as cidades que visitou, estava Madrid que havia a pouco tempo se tornado a sede da Corte. Iniciou-se uma série de transformações na antiga vila medieval, que cresceu enormemente e rapidamente. O que a fez perder a aparência da paisagem acima. Nem mesmo as iniciativas de Felipe II para controle urbano foram suficientes para conter o crescimento de Madrid, que superava qualquer expectativa. Foram estipulados novos limites à cidade, ampliando a superfície que seria ocupada pela população, que avançava predominantemente em sentido Leste e em menor intensidade para o Sul. Novas portas foram construídas: *Toledo*, *Atocha*, *Alcalá* e *San Luis*, e mantida a *Puerta de Santo Domingo*, localizada na cerca do *Arrabal*. Essa medida serviu para impedir edificações fora dos limites, assim como, garantir a qualidade das mesmas. Nesse sentido, também foi criada a *Junta de policía e ornado público* (1591) e foi nomeado Francisco de Moura como *Maestro mayor de las obras que se hicieren en esta villa por encargo de la Junta* (1592). Surgiu assim a figura do arquiteto municipal, que terá grande influência no desenvolvimento arquitetônico e urbanístico da cidade<sup>198</sup>.

Outro arquiteto importante foi Juan Herrera, que por muitos anos esteve a serviço de Felipe II. Ele e o rei fizeram um plano de reformas urbanas das quais se destacam as intervenções feitas nas ruas *Atocha*, *Segovia* e *Mayor*. *Segovia* ofereceu acesso à ponte de mesmo nome que passava acima do rio Manzanares e permitia o ingresso de membros da Corte. As intervenções nas ruas *Atocha* e *Mayor* faziam parte do projeto de remodelação da *Plaza del Arrabal*, futura *Plaza Mayor*. A primeira etapa desse projeto foi regularizar o espaço que diariamente era utilizado para fazer comércio e em ocasiões solenes, festas e devoções. Foram derrubadas as “casas de manzanas”, as residências que rodeavam a praça deveriam seguir um

<sup>197</sup>NAVASCUÉS PALACIO, Pedro. *Introducción al desarrollo urbano de Madrid hasta 1830*. Catálogo del Museo Municipal Madrid hasta 1875, 1980.

<sup>198</sup>*idem*.

padrão. E começaram a ser construídos edifícios monumentais, como a Casa de la Panadería. Este foi o primeiro edifício construído na nova praça, suas obras começaram em 1590 e foram finalizadas em 1619, no reinado de Felipe III<sup>199</sup>.

As medidas adotadas por Felipe II e as reformas que urbanas que deu início foram suspensas com sua morte em 1598 e com a mudança da Corte para Valladolid entre 1601 e 1606. A volta das atividades aconteceu apenas após o regresso de Felipe III a Madrid. Nesse momento, passou a contar com o trabalho de Francisco de Moura, que atuou de maneira decisiva para por fim ao aspecto medieval presente no núcleo inicial da vila. Como seus antecessores, Felipe III dedicou bastante atenção às ruas que eram próximas a *Mayor*. Os antigos solares que existiam nessas ruas foram reedificados seguindo as normas arquitetônicas e urbanísticas indicadas por Francisco de Moura. Certamente, a obra mais importante feita no reinado foi terminar o remodelamento da *Plaza Mayor* e das regiões adjacentes. Todas as residências seguiam a mesma tipologia de janelas com balcões, que eram utilizadas por milhares de espectadores para presenciar as procissões, os autos de fé e as touradas. A praça tornou-se o espaço público mais importante de Madrid<sup>200</sup>.

Foi no reinado de Felipe IV que Madrid alcançou o auge do seu desenvolvimento no século XVII. A população ultrapassou a cifra de 100.000 habitantes e havia cerca de 11.000 edifícios na cidade. Felipe IV transformou os antigos caminhos rurais em vias urbanas, por exemplo, a de *Atocha* e de *Alcalá*. Estas vias e outras que foram assumindo direções diferentes (*Fuencarral*, *Hortaleza*, *Toledo*, etc) formavam uma “trança natural”, que surgiu sem nenhum planejamento urbano prévio. Outra novidade arquitetônica e urbanística de destaque foi os edifícios e jardins que faziam parte do *Palacio del Buen Retiro*, que representou uma barreira para o crescimento no sentido oriental de Madrid<sup>201</sup>.

Madrid aumentou sua extensão se forma alarmante, sendo preciso que Felipe IV levantasse uma cerca nos seus limites. Essa cerca não tinha finalidade militar e sim, fiscal. A expansão horizontal da cidade ficou contida até 1860, o que a obrigou a crescer verticalmente para atender a população de madrilenos e imigrantes que aumentava, por essa razão, o número elevado de edifícios. Isso mudou com o início do Plano de Ampliação de Carlos M. de Castro, no reinado de Isabel II. A Madrid cercada aparece na cartografia de Pedro Teixeira, português que realizou trabalhos geográficos para a corte espanhola. O mais conhecido foi “Topografia de la Villa de Madrid”, publicado em 1656<sup>202</sup>(**Figura 12**).

---

<sup>199</sup>RÍO BARREDO, María José del. *Op.cit.* p. 218-219; NAVASCUÉS PALACIO, Pedro. *Op.cit.*

<sup>200</sup>NAVASCUÉS PALACIO, Pedro. *Op.cit.*

<sup>201</sup>*Idem.*

<sup>202</sup>CORRAL, José del. *Op.cit.* p. 72-73.



**Figura 12:** Pedro de Teixeira e Albuerne, *Topografía de la Villa de Madrid*, 1656, Madrid.

Esse plano permite ver os limites, o traçado irregular, os numerosos edifícios e o emaranhado de ruas curtas e estreitas da “Madrid dos Austrias”. Isso se deve a sua topografia e também ao seu rápido crescimento, que não veio acompanhado de um planejamento urbano – assim como outras cidades europeias. A imagem ampliada mostra como o cartógrafo foi minucioso ao representar as ruas e as casas de Madrid, sendo possível ver a fachada dos edifícios, a quantidade de andares, portas e janelas, e detalhes do seu ornamento arquitetônico. Os palácios, conventos, fontes e praças também foram representados, entre um monumento e outro apareciam vendedores ambulantes e forasteiros, figuras típicas do cotidiano da cidade. O plano de Pedro Teixeira é considerado uma fonte importante, pois contempla as intervenções urbanas que foram feitas em Madrid desde que assumiu o papel de sede da Corte e centro político-administrativo. Depois de confeccionada essa estampa, ocorreu mudanças pouco significativas que limitava à derrubada de uma ou outra casa para a construção de algum edifício. As reformas urbanas aconteceram apenas na centúria seguinte, durante o reinado de Carlos III.

### 3.2- Abastecimento de água

As descrições produzidas nos séculos XVI e XVII destacaram a qualidade da água e sua abundância como uma das razões que tornariam Madrid a mais apta a ser capital. Cristóbal Pérez de Herrera disse que sua água era salubre e fina. Sendo encontrada em grande quantidade nas fontes e no rio. Este não era grande, mas possuía tamanho suficiente para arborizar e

refrescar a região e oferecer ribeiras deleitosas. Outra qualidade destacada pelo arbitrista foi o fato de as crescentes do rio não causarem nenhum dano, como ocorria em outras cidades do reino. Por fim, o assento de Madrid em uma região elevada permitia que as águas limpassem a cidade e chegassem ao rio sem gerar umidade. Não obstante ter destacado suas qualidades, ele assinalou que o rio deveria passar por mudanças de modo a acrescentá-lo. O rio tornando-se caudaloso proporcionaria aos moradores da Corte mais saúde e sensação de limpeza. E à cidade, crescimento da população e aumento da sua grandeza<sup>203</sup>.

Seus recursos hídricos não foram suficientes para abastecer uma população em rápida expansão. Deve-se considerar também as mudanças dos hábitos de higiene e das práticas culturais no decorrer dos séculos que aumentaram o consumo de água. Foi necessário que a cidade buscasse outros sistemas de abastecimento. O que demonstra o despreparo de Madrid para ser uma grande cidade. Medidas políticas precisaram ser adotadas pelo Estado para que o problema da falta de água fosse contornado. À princípio, essas medidas eram voltadas para atender a corte. Não havia grande interesse em suprir as necessidades da população, o que tornou o acesso à água uma questão social.

Madrid foi uma das poucas grandes cidades europeias que não contava com um rio. Isso porque, o Manzanares era pouco caudaloso e sofria períodos de estiagem, não sendo capaz de suprir a demanda criada após Madrid ser designada sede permanente da corte em 1561. Esse rio também não realizava a função de comunicação com outras regiões do reino. Abastecimento e comunicação eram considerados características fundamentais para que um rio pudesse contribuir para o desenvolvimento de uma cidade. Essas funções não eram cumpridas por Manzanares<sup>204</sup>.

O abastecimento hídrico da cidade dependia da água proveniente de localidades próximas. Importantes obras hidráulicas foram feitas ao longo do século XVII. Um grande volume de dinheiro foi gasto nessas obras e os meios técnicos mais avançados da época foram empregados, sem abandonar o conhecimento que se tinha sobre o assunto. Essas obras de infraestrutura receberam o nome de *viajes de agua* pelos documentos da época. Basicamente, consistiam em estruturas subterrâneas, minas ou tubulações, que utilizavam a força da gravidade para transportar a água das diferentes regiões para Madrid. Esse sistema teria sido introduzido pelos árabes na Espanha. E foi responsável pela abundância de água na Madrid medieval. Qnats ou conduções foram construídas pelos árabes. Além de fontes de água à distância, havia poços e mananciais na vila medieval. Porém, também não foram suficientes para abastecê-la a partir da segunda metade do século XVI. O incentivo oferecido pelo Conselho de Madrid e pela Coroa para essas obras de infraestrutura tornou-se imprescindível para satisfazer as necessidades da sociedade cortesã<sup>205</sup>.

Felipe II após instituir Madrid como sede permanente da corte percebeu a necessidade de desenvolver o sistema de abastecimento de água. Para isso, ampliou e melhorou as infraestruturas hidráulicas existentes e também buscou novos pontos de captação a partir de mananciais próximos à vila. Numerosas obras hidráulicas foram construídas no período, porém não eram destinadas a abastecer a população e sim, ao Alcázar e aos edifícios e possessões reais que lhe eram próximos. A obra mais relevante foi a reorganização da *Fuentes y pilares del arrabal*, realizada a partir de 1564. As sete fontes do Arrabal aumentaram o volume de água que ofereciam com a implementação de um novo traçado e a ampliação das conduções. Possivelmente, quem desenhou as obras foi Juan Bautista de Toledo, mestre maior das obras

---

<sup>203</sup>PÉREZ DE HERRERA, Cristóbal. *Al católico y poderosísimo Rey de las Españas, y del Nuevo mundo, don Felipe III, nuestro señor que Dios prospere, y nos guarde muchos años(...)*. 1610, p. 3-4.

<sup>204</sup>ARROYO ILLERA, Fernando. Arbitrismo, población e higiene en el abastecimiento hídrico de Madrid en el siglo XVIII. *Boletim de La Asociación de Geógrafos Españoles*, n° 37, 2004, p. 257-278.

<sup>205</sup>CRESPO, Virgilio Pinto (dir.). *Los viajes de agua de Madrid, durante el Antiguo Régimen*. Fundación Canal, Julio 2010.

do rei. Ele foi responsável por também desenhar os “lavaderos” municipais. As outras intervenções que a cidade experimentou se limitavam à reparação das fontes existentes<sup>206</sup>.

Com o passar dos anos, ficou cada vez mais evidente que Madrid estava longe de ser a Corte ideal, como havia imaginado Felipe II. Os rumores sobre a transferência da Corte para Valladolid ganharam força após a morte do rei em 1598. O crescimento descontrolado da cidade comprometeu a disponibilidade e a qualidade da água. Cristóbal Pérez Herrera explicou que o aumento das edificações em regiões permeáveis teria provocado a contaminação das águas e a redução do seu volume das dezoito fontes da cidade. Para resolver o problema, o arbitrista propôs que fossem limpos os lugares por onde a água passava e que não se construíssem casas ou poços próximos às fontes de água, cercado a região se preciso fosse<sup>207</sup>. Seus esforços não foram suficientes. Os rumores concretizaram-se em 1601. Diferente de Madrid, Valladolid era uma cidade com rios úteis e com muitos mananciais, como disse duque de Lerma – favorito do novo rei Felipe III e grande defensor do traslado da corte para esta cidade<sup>208</sup>.

Não foi preciso muito tempo para que Valladolid passasse a apresentar os mesmos problemas enfrentados por Madrid. Rumores novamente surgiram, desta vez sobre o regresso da Corte a Madrid, que veio a se tornar realidade em 1606. Madrid então compreendeu que para o rei permanecer da cidade teria que passar por uma transformação urbana de modo a assumir fisicamente seu papel como Corte e capital. Com relação ao sistema de abastecimento de água, deveria ser suficiente para prover o rei, os nobres, os eclesiásticos e o restante da população. *Viajes de agua* foram construídas durante todo século XVII. O objetivo dessas obras eram, primeiramente, melhorar o abastecimento do Alcázar, para isso foi construída uma *viaje de agua* própria para a residência real. Os outros objetivos foram aumentar o volume de água e a quantidade de fontes públicas disponíveis e expandir as redes de distribuição, atendendo as regiões mais distantes da cidade<sup>209</sup>.

O processo de formação das *viajes de agua* modernas ocorreu em sua maioria no primeiro terço do século XVII: de Amaniel (1610-1621), de Bom Sucesso (1612-1618), Fonte Castelhana (1613-1630), de Abroñigal Alto e Baixo (1617-1630). Estes teriam contribuído de maneira significativa para melhorar o abastecimento de água de Madrid. No restante do século, foram incrementadas mais quatro *viajes de agua*: de Contreras (1637-1645), de Alcubilla (1688-1692) e do Alto e do Baixo Bom Retiro (1632-1698). Sendo as duas últimas destinadas apenas a abastecer um conjunto arquitetônico de grandes proporções que Felipe IV mandou construir, que recebeu nome de Real Sítio do Bom Retiro<sup>210</sup>.

Foram modernas e inovadoras as obras hidráulicas realizadas no Real Sítio do Bom Retiro, de causar inveja em qualquer corte europeia da época. Louis Meunier representou em uma das obras que produziu quando visitou Madrid a Naumaquia, espetáculo organizado por Felipe IV no estaque do Bom Retiro de inspiração romana (**Figura 13**). Esse espetáculo recriava os encontros no mar que ocorreram entre cristãos e infiéis. Os efeitos visuais e sonoros deixavam os espectadores atônitos e marcavam a memória da população, o que possibilitava a manutenção da ordem e a submissão ao poder real. O caráter vanguardista dessas obras hidráulicas e os espetáculos organizados no estaque do Bom Retiro serviram aos propósitos políticos da monarquia.

---

<sup>206</sup>*Ibidem*. p. 26-29.

<sup>207</sup>PÉREZ DE HERRERA, Cristóbal. *A lacatolica real magestad del Rey don Felipe III (...) cerca de la forma y traça, como (...)podrian remediarse algunos peccados, excessos, y desordenes (...) de q̃ esta villa de Madrid al presente tiene falta (...)en caso de que su Magestad fuesse seruido, de no hazer mudança consu Corte ála ciudad de Valladolid*. 1601, p. 47.

<sup>208</sup>CRESPO, Virgilio Pinto (dir.). *Op. Cit.* p. 32.

<sup>209</sup>*Ibidem*.p. 30-33

<sup>210</sup>*Ibidem*.p. 83.

Essas obras tiveram, no entanto, um impacto negativo sobre a distribuição hídrica de Madrid. Isso porque, comprometeram as reservas de água da cidade, representando um obstáculo para a realização de outras obras de infra-estruturafontaneira. Além disso, deixou de oferecer à população uma grande quantidade de água. Isso ocorreu em um momento delicado, quando as *viajes de agua* estavam com risco de se esgotarem e a escassez ameaçava mais uma vez Madrid, perpetuando o problema para a centúria seguinte<sup>211</sup>.



**Figura 13:** Louis Meunier, *Naunaquia en el estanque Del Buen Retiro*, 1630, Museo de Historia de Madrid, Madrid.

Contraditoriamente, o sistema de abastecimento madrileño produzia um grande volume diário de água, sendo considerada uma das melhores da época. Houve ainda outras formas de abastecer uma população tão numerosa, como poços e fontes particulares. Porém, a água não era destinada a satisfazer as necessidades hídricas da gente comum. Estima-se que 61% da água era para uso de uma minoria, composta principalmente por aristocratas, que podiam consumir a água em casa. Essa minoria possuía hábitos de higiene e práticas culturais que aumentavam seu consumo. Os 39% restantes alimentavam as fontes públicas, onde uma população em torno de 130.000 habitantes se abastecia. As fontes públicas eram poucas e mal distribuídas na cidade. Como agravante, suas águas eram oferecidas para centenas de animais<sup>212</sup>. O que indica que o problema da água antes de ser uma questão ambiental ou urbanística, era uma questão social. Dizia respeito principalmente à forma como era distribuída.

Havia duas formas de acesso às águas provenientes das fontes públicas: indo diretamente às fontes ou através do serviço dos aguadores. Este ofício consistia em levar a água das fontes públicas em recipientes para vender a domicilio para aqueles que podiam pagar por seus serviços. O preço da água variava de acordo com a época do ano e com a fonte de procedência. Os aguadores foram descritos como homens de origem asturiana ou galega que precisavam ser fortes para carregar cântaros e cubas para as diferentes regiões da cidade. Contavam com a ajuda de burricos para realizar suas atividades. São considerados personagens marcantes no cotidiano da cidade<sup>213</sup>, sendo representados em gravuras como “Milagro de la Virgen de Atocha en las obras de construcción de la Casa de la Villa”, de autor anônimo. O quadro foi pintado no momento da construção da sede do Ajuntamento de Madrid e oferece uma cena da vida cotidiana da vilano século XVII. Outros personagens masculinos são representados, como crianças, cavaleiros, mendigos e obreiros. Os aguadores aparecem levando

<sup>211</sup> *ibidem*.p. 89-90.

<sup>212</sup> *ibidem*.p. 63-65

<sup>213</sup> *ibidem*.p. 69.

seus cântaros para serem abastecidos na fonte do Plaza da Vila de Madrid, momento desenhado por Rutilo Gaci que foi inaugurado em 1618 (**Figura 14**).



**Figura 14:** Anônimo, *Milagro de la Virgen de Atocha en las obras de construcción de la Casa de la Villa*, 1676-1700, Museo Municipal de Madrid.

O ofício de aguador era regulamentado pelo Ajuntamento que determinava a forma como seria obtida a licença, as tributações, a capacidade dos recipientes, o número de aguadores por fonte, a obrigação de oferecer ajuda em casos de incêndio, dentre outras coisas. Os aguadores formaram um grêmio importante na história da cidade tendo mais de mil membros. Fizeram uso de práticas abusivas e violentas para exercerem o monopólio sobre o comércio da água, inclusive, chegavam a impedir o abastecimento de particulares. O que dificultava ainda mais consumo de água por parte daqueles que não tinham acesso direto e que não podia pagar o serviço dos aguadores. O Ajuntamento precisou intervir para garantir o acesso seguro às fontes públicas<sup>214</sup>.

Para entender o motivo do acesso aos recursos hídricos ser tão desigual na época, deve-se considerar que a sociedade do Antigo Regime era organizada segundo concepções de hierarquia e ordem. Enquanto a maior parte da população tinha como única forma de acesso a água as fontes públicas. Determinadas instituições e pessoas detinham privilégios no abastecimento. Nobres, eclesiásticos e também funcionários reais de alto cargo utilizavam o acesso direto a água como um dos símbolos da sua condição social. Além disso, as medidas que foram implantadas pelo Estado com a finalidade de resolver o problema da falta de água eram voltadas principalmente para atender a Corte e seus luxos e não as necessidades básicas do restante da população.

---

<sup>214</sup>*idem.*

### 3.3- População

Cerca de 3.000 pessoas habitavam a vila de Madrid antes de ser convertido em sede da Corte. Esse número saltou para 20.000 em 1561. Isso porque, a vila não teria se tornado apenas residência do rei e de seus familiares, mas também o lugar onde se encontrava os aparatos centrais do Estado. O que representava a chegada também de soldados das guardas reais, funcionários dos conselhos e tribunais, embaixadores estrangeiros, banqueiros e provedores da Coroa, dentre outras pessoas a serviço do rei. Madrid também atraiu imigrantes vindos da própria monarquia hispânica ou de outras regiões da Europa que esperavam encontrar novas oportunidades de vida e de trabalho. Dez anos depois, estima-se que a população teria mais que dobrado para 42.000. Em 1584, chegou a 55.000 habitantes e em 1570, a 90.000. Em outras palavras, em 40 anos a população quase que quintuplicou<sup>215</sup>. O crescimento urbano e demográfico, mesmo com alguns percalços, continuou no século seguinte. Madrid passou a ser uma cidade diversificada e populosa, uma das mais habitadas da Europa. Esse crescimento urbano e demográfico está, portanto, diretamente relacionado com o estabelecimento da Corte em 1561.

Para entender melhor a importância dessas cifras, é preciso levar em conta que no final do século XVI sua população estava entre 85.000 e 95.000 habitantes, tornando-se uma das maiores da Europa. Equiparava-se a Lisboa, Palermo, Florência, Roma e Genova. Não teria chegado, no entanto, aos níveis de Londres, Paris, Nápoles e Constantinopla, que tinham alcançado cifras próximas a 200.000 habitantes. Em 1857, Madrid contava com 280.000 habitantes, o que demonstra que cidade observou um crescimento progressivo. A intensidade e as etapas de evolução foram diferentes de outras capitais européias, que, inclusive, experimentaram nos séculos seguintes um aumento ainda mais expressivo da população<sup>216</sup>.

As razões que teriam levado à rápida expansão demográfica de Madrid no século XVI também foram diferentes de outras cidades da Europa. Foram muitas as cidades que devido sua característica marítima se beneficiaram na época pelo surgimento de novos circuitos comerciais, pode-se citar como exemplo Lisboa. Outras cidades tiveram sua expansão explicada pelo desenvolvimento de novas atividades produtivas. Madrid foi um caso à parte. O que permitiu a vila ser convertida em um pólo de atração de gentes das mais diferentes regiões foi o papel que assumiu como centro político e administrativo. O movimento migratório está intimamente relacionado com o crescimento demográfico<sup>217</sup>.

Os imigrantes esperavam encontrar em Madrid diversas oportunidades de serviços oferecidas pela presença da Corte. A partir de 1561, quando a Corte perdeu a característica medieval de ser itinerante, a organização política e administrativa da monarquia pode se tornar mais complexa. A quantidade de funcionários, conselheiros e cortesãos que residiam na vila aumentou rapidamente em poucos anos. Por conseguinte, a demanda de serviços foi multiplicada, atraindo gentes de diferentes regiões<sup>218</sup>.

Nos cinco anos que a Corte esteve ausente, na ocasião da transferência de Felipe III para Valladolid, entre 1601 e 1606. A vila teve sua população reduzida pela metade. Calcula-se que de 50.000 a 60.000 pessoas resolveram seguir o rei. Parece razoável supor que a população de Valladolid experimentou um crescimento proporcional ao número de habitantes que Madrid

---

<sup>215</sup>LÓPEZ GARCÍA, José Miguel (dir.). *El Impacto de la Corte en Castilla: Madrid y su territorio en la época moderna*. Madrid, 1998, p.77

<sup>216</sup>CARBAJO ISLA, MaríaF.. La población de la villa de Madrid desde finales del siglo XVI hasta mediados del siglo XIX. *Boletín de la ADEH*, Volume II, Exemplar 3, 1984, p. 6.

<sup>217</sup> CARBAJO ISLA, MaríaF.. La inmigración a Madrid (1600-1850). *Reis; Revista española de investigaciones sociológicas*, n.32, 1985, p.68.

<sup>218</sup>idem.

perdeu. O que corrobora com a afirmação de que a atração exercida por Madrid consistiu no caráter administrativo e de capital da monarquia que adquiriu no reinado de Felipe II<sup>219</sup>. No período que a Corte esteve ausente, a vila enfrentou muitas dificuldades, nas palavras de Cabrera de Córbona: “conla falta de gente y las casas vacias que se ibancayendo de cada dia”<sup>220</sup>.

O regresso da Corte, em 1606, veio acompanhado de um crescimento significativo da população. Houve um movimento migratório invertido que saiu de Valladolid em direção a Madrid, com uma intensidade maior que aquele experimentado em 1601. A população chegou a 130.000 habitantes. Porém, uma crise de mortalidade em 1630 diminuiu o número de habitantes, que ficou em torno de 125.000. Madrid enfrentava dificuldades no abastecimento devido ao intenso deslocamento de pessoas que buscavam sustento na corte. As más colheitas teriam comprometido ainda mais a disponibilidade de alimentos. O número de habitantes manteve-se estacionário até 1670. Em 1696, a população ultrapassou nos níveis de 1630. Outra crise demográfica ocorre no início do século XVIII, desta vez, contou com a participação da Guerra da Sucessão. Houve decréscimo populacional para 109.000, em 1710. Apenas após o desfecho do conflito, Madrid recuperou a cifra de 130.000 habitantes e voltou a ter um crescimento acelerado. Em 1750, contabilizou 150.000 habitantes e finalizou o século com 200.000 habitantes. Algumas capitais europeias tiveram um crescimento ainda mais expressivo, como Londres (1 milhão de habitantes) e Paris (547.000 habitantes). Porém, Madrid continuou sendo uma das mais populosas do continente<sup>221</sup>.

Entre 1594 e 1840, estudos indicam que a população madrilenha era em sua maioria adulta com idades entre dezesseis e quarenta anos. O número de crianças e jovens menores de dezesseis anos era inferior ao registrado no restante da Espanha, enquanto o número de idosos era equiparado. Outra peculiaridade da população madrilenha era a presença de mais homens que mulheres. Além disso, possuía um número elevado de solteiros. Essas características da estrutura demográfica de Madrid, com relação a idade, sexo e estado civil, podem ser explicadas através do movimento migratório. Essa relação é pertinente uma vez que a quantidade de imigrantes era superior a de naturais. Primeiramente, muitos imigrantes de meia idade mudaram-se para vila, reduzindo a proporção do setor infantil. Em segundo lugar, a imigração masculina ocorria de forma mais freqüente que a feminina, o que aumentava a presença de homens em relação ao de mulheres. Por fim, o número elevado de solteiros pode estar associado ao crescimento do celibato e também à imigração dos casados – as pessoas que tinham casa e família permaneciam pouco tempo na Corte e aqueles que contraíam matrimônio em Madrid também regressavam para o local de origem. Esse último aspecto interferiu não apenas no número de matrimônios, mas também na fecundidade da cidade. A taxa de natalidade era menor que a de mortalidade, o que tornava a imigração fundamental para o crescimento demográfico<sup>222</sup>.

Os imigrantes provinham principalmente de Cartilla la Nueva por sua proximidade, seguido de Castilla la Vieja. As províncias do Norte que, respectivamente, contribuíram com maior quantidade de imigrantes foram: Galícia e Asturias, e León, Províncias Vascas e Navarra. As províncias de castelhanas e do Norte juntas correspondem de 95% do total de imigrantes. Em outras palavras, essas duas regiões tiveram participação ativa nos fluxos migratórios a Madrid. As outras regiões não tinham presença significativa. A condição desses imigrantes e as razões que os levaram a residir na Corte, seja de forma permanente ou temporária, foram

---

<sup>219</sup>*Ibidem.* p.68-69.

<sup>220</sup>CABRERA DE CÓRBONA, Luís. *Relaciones de las cosas sucedidas en la corte de España desde 1599 hasta 1614*. Madrid :Imprenta de J. Martín Alegría, 1857, p.270.

<sup>221</sup>CARBAJO ISLA, MaríaF.. La población de la villa de Madrid desde finales del siglo XVI hasta mediados del siglo XIX. *Boletín de la ADEH*, Volume II, Exemplar 3, 1984, p. 8-9.

<sup>222</sup>CARBAJO ISLA, MaríaF.. La inmigración a Madrid (1600-1850). *Reis; Revista española de investigaciones sociológicas*, n.32, 1985, p.74-81.

múltiplas. Eles realizavam todo tipo de serviço, sendo difícil fazer uma associação entre lugar de origem e função. Podiam ser aguadores, carregadores, criados e comerciantes. Também, funcionários. Pessoas oriundas de outros reinos também se mudaram para Madrid em busca de oportunidades, como franceses, que sede dicavam à venda de mercadorias, e judeus portugueses, que comercializavam tabaco, açúcar e outros produtos coloniais<sup>223</sup>.

Também havia uma presença marcante de imigrantes marginalizados, formados por mendigos e vagabundos. Cristóbal Pérez de Herrera diz que muitas pessoas que não possuem ocupação ou que são ociosas mudaram-se sozinhas ou com suas famílias para a vila. Por estarem em grande quantidade, conseguem encobrir seus vícios. Essas pessoas ociosas trazem um risco para a república por ocasionarem vícios e pecados. O arbítrista, em um primeiro momento, propôs a majestade que nomeasse responsáveis (juizes, cavaleiros, tenentes...) para expulsar e limpar Madrid dessa gente<sup>224</sup>. Em um segundo momento, sugeriu que fosse construída uma muralha para evitar que a gente viciosa propensa a cometer crimes freqüentasse a cidade<sup>225</sup>.

A preocupação demonstrada por Cristóbal Pérez de Herrera foi compartilhada pelo poder público. As autoridades adotaram medidas para expulsar a “gente viciosa” da cidade ou para estabelecer controle através da polícia e caridade. Havia muitas casas de beneficência e fundações de caridade para acolhê-los. A população marginalizada migrava para Madrid especialmente nos períodos de carência e aumento do preço do trigo e dos pães. As medidas eram adotadas nesses períodos críticos. O objetivo estabelecer maior controle e vigilância de modo a evitar possíveis movimentos sociais e motins<sup>226</sup>. A convivência de pessoas extremamente necessitadas com os nobres e funcionários régios da Corte tornou Madrid uma cidade com uma disparidade social maior que o restante da Espanha<sup>227</sup>.

Em resumo, o crescimento de Madrid deve-se à atração que exerceu sobre os imigrantes após o estabelecimento da Corte em 1561. Com alguns percalços, a vila que tinha neste ano 20.000 habitantes passou a ter 130.000 habitantes no século XVII. O crescimento demográfico ocorreu mesmo com a alta taxa de mortalidade em comparação a de natalidade, em decorrência da baixa fecundidade nos matrimônios e alto número de solteiros. Isso porque, a quantidade de imigrantes vindos especialmente das províncias Castelhanas e do Norte foi expressiva. Eles vinham em busca de trabalho e de sustento. Mas muitos ficaram sem ocupação nem residência, à margem da sociedade. O que deixou evidente a desigualdade social que marcava o cotidiano da cidade.

### 3.4- Festas populares

As festas populares marcaram o cotidiano das cidades na Europa Moderna. Esses acontecimentos públicos proporcionavam aos habitantes entretenimento fazendo com que as dificuldades e angustias do dia a dia fossem superadas. Contavam com a ampla participação da população. Todos os estamentos se viam representados, o que servia para exibir e reforçar sua autoridade e prestígio. O poder também compreendia sua importância fazendo uso das festas

---

<sup>223</sup>*Ibidem*, p.84-91.

<sup>224</sup>PÉREZ DE HERRERA, Cristóbal. *A la catolica real magestad del Rey don Felipe III (...) cerca de la forma y traça, como (...)podrian remediarse algunos peccados, excessos, y desordenes (...) de q̃ esta villa de Madrid al presente tiene falta (...)en caso de que su Magestad fuesse seruido, de no hazer mudança consu Corte ála ciudad de Valladolid*. 1601, p. 32.

<sup>225</sup>PÉREZ DE HERRERA, Cristóbal. *Al catolico y poderosissimo Rey de lasEspañas, y del Nueuo mundo, don Felipe III, nuestroseñor que Dios prospere, y nos guarde muchos años(...)*. 1610, p. 12.

<sup>226</sup>CARBAJO ISLA, MaríaF.. La inimigración a Madrid (1600-1850). *Reis; Revista española de investigaciones sociológicas*, n.32, 1985, p.71-72.

<sup>227</sup>CARBAJO ISLA, MaríaF.. La población de lavilla de Madrid desde finales del siglo XVI hasta mediados delsiglo XIX. *Boletín de la ADEH*, Volume II, Exemplar 3, 1984, p. 14-15.

populares como mecanismo para manter o ordenamento hierárquico e corporativo. A cultura popular presente nas festividades não pode ser entendida em oposição à cultura aristocrática, o que ocorria era uma intensa “circularidade” cultural entre as classes menos favorecidas e as elites. Na Espanha, dentre as festas populares mais famosas estavam o Carnaval, as Touradas e o Corpus Christi. Sendo que a festa do Corpus Christi era o acontecimento público mais importante da Espanha, contando com a ampla participação dos grupos sociais e sendo referência para outras festas populares<sup>228</sup>.

Suas origens remontam ao século XIII, quando Urbano IV instituiu a festa para toda Igreja. Em 1311, foi confirmada por Clemente V e desde então foi amplamente difundida nas monarquias católicas, inclusive, nos seus territórios além-mar. As notícias da celebração em Madrid datam de 1317. A procissão começou a ganhar destaque quando membros da família real passaram a assisti-la. A primeira vez que isso ocorreu foi em 1482, na ocasião a rainha Isabel estava com sua comitiva na vila. Carlos I também participou da procissão anos depois. Mas teria se tornado inspiração para outras procissões e festas que ocorriam no reino apenas após o reinado de Felipe II, quando a Corte se instalou permanentemente em Madrid.

As festas de Corpus Christi adquiriram maior esplendor e ostentação nos séculos XVI e XVII, especialmente, em Madrid. As Custódias onde as hóstias ficavam antes de ser oferecidas aos fiéis eram verdadeiras obras de arte. As ruas por onde o cortejo passava eram bem ornadas. Os Autos Sacramentais tornaram-se numerosos, assim como os espetáculos de dança. Havia a participação massiva da população<sup>229</sup>. Para que isso ocorresse, foi fundamental o estímulo oferecido por Felipe II e seus sucessores. Os monarcas demonstravam bastante interesse em participarem da festividade.

Deve-se considerar que o Santíssimo Sacramento adquiriu um significado especial após a Contra-Reforma. A transubstanciação tornou-se um dos dogmas mais defendidos pelos países católicos devido às críticas que recebeu do protestantismo. Os reis espanhóis assumiram o papel de defensores da fé, sendo este compromisso renovado a cada Corpus Christi que participavam. Essa festa popular foi convertida em um dos elementos que conferiam identidade à monarquia hispânica e também à dinastia, por estar especialmente vinculado à casa de Austria. Ao descrever a procissão de 1626, Juan Antonio de la Peña disse: “veníasuMajestad Católica (ponga Dios a sus pies losenemigos de laIglesia) dando elejemplo de fe, y devoción al Santíssimo Sacramento tanproprio de la Casa de Austria”<sup>230</sup>. O testemunho mostra a dimensão combativa ao protestantismo que revestia a festividade de Corpus Christi, assim como a dimensão política adquirida com a presença do rei<sup>231</sup>.

A festa tinha um significado eminentemente religioso uma vez que celebrava o Santíssimo Sacramento, mas não deixava de ter elementos pagãos relacionados ao solstício de verão. O sagrado misturava-se também com elementos lúdicos e profanos através das apresentações de dança, música e de teatro encenadas pela população. O Corpus Christi tinha ainda importância política ao difundir a ideologia e a organização estatal do Estado e ao refletir a forma hierarquizada como era estruturada a sociedade. A procissão pode ser comparada a um espelho em que os diferentes setores que faziam parte da cidade podiam se

---

<sup>228</sup>GARCÍA MARTÍN, Pedro; MORA CAÑADA, Adela. Las fiestas populares en España. Siglos XVI-XVIII. *Il tempo libero: Economia e società. Secc. XIII-XVIII*. Prato: FondazioneIstituto Internazionale diStoriaEconomica "Francesco Datini", 1995, p. 257-259.

<sup>229</sup>SANTIAGO, ValienteTimón. La fiestadel “Corpus Christi” enel Reino de Castilla durante laEdad Moderna. *Ab. Initio.*, n.3, 2011, p. 47.

<sup>230</sup>PEÑA, Juan Antonio de la. *Discurso de la jornada que hizo a losReynos de España (...) don Francisco BarberinoCardenal(...): con relacion de lasceremoniascon que se eligenlos Legados en Roma, entrada que hizoen esta Corte, Bautismo de la Señora Infante, y fiestasdel Corpus*. Madrid, 1626.

<sup>231</sup>PORTÚS, Javier. El Rey revestido de fe. Intermediarios devocionales en la aparición pública de losAustrias. In: MÍNGUES, Victor. *Visiones de la monarquía hispánica*. Universitat Jaume, 2007.

contemplar. Havia um interesse do Estado em manter a ordem social que era refletida nesse espelho<sup>232</sup>.

O lugar que cada um ocuparia na procissão de Corpus Christi era determinado pelo grupo social que pertencia e respeitava uma hierarquia. Quanto mais poderoso era o indivíduo, mais próximo estaria da Custódia. Enquanto que os grupos menos favorecidos eram mantidos afastados. O rei ou o príncipe era quem ocupava o posto mais importante, posicionando-se bem próximo ao Santíssimo Sacramento. Nos textos produzidos sobre as procissões, o rei foi o elemento do cortejo descrito com maior frequência devido sua importância social. Os autores escreviam sobre sua assistência, a comitiva que o acompanhava, a forma como trajava e seus atos. O Corpus Christi madrileno foi bem documentado, em especial, nos anos de 1623 e 1626.

Organizava-se da seguinte forma a procissão madrilena: a *Tarasca* ficava à frente da procissão acompanhada do gaitero e da *Mojiganga* (ou *bortaga*); em sequência, dançarinos e uma representação do mundo infantil; gigantes corriam para todos os lados, sem ficar em uma posição determinada; em terceiro lugar, Fraternidades e Cruzes Paroquiais representavam o povo de Madrid; depois, desfilavam as Comunidades religiosas e os clérigos das diferentes Ordens; os músicos da *Capilla Real* acompanhavam a Custódia; o pódio que a protegia era carregado por Corregedores e Regedores do Ajuntamento; os nobres e embaixadores cercavam a Custódia ou se posicionavam atrás do objeto; e, finalmente, no lugar mais importante da procissão, junto ao Santíssimo Sacramento estavam o Rei e o Núncio escoltados por uma *Compañía de guardia*. Os representantes dos Conselhos acompanhavam de perto o monarca<sup>233</sup>.

A procissão de Corpus Christi partia e era concluída em espaços propriamente sagrados. Mas, durante seu percurso, passava também por ruas e praças, estes espaços são chamados de sacralizados. Tornam-se uma prolongação do primeiro com a presença de altares, pinturas e outros componentes de caráter religioso. Eram escolhidos os espaços mais nobres da cidade, dentre os quais, as igrejas, as catedrais e os Ajuntamentos<sup>234</sup>. A procissão de Corpus Christi em Madrid começava às nove da manhã e terminava às três da tarde. Saía da *Iglesia de Santa Maríala Real* em direção a *Plaza Mayor*. Depois passava pelas ruas Toledo, Latoneros e *Plaza Puerta Cerrada*. Seguia para a *Iglesia de San Justo* e para *Plaza del Cordón*. O cortejo subia para *Plaza de San Salvador* e finalmente regressava na igreja de onde havia partido. Esse itinerário foi mudado apenas 1617 devido à queda da torre de uma muralha antiga localizada próxima à *Plaza Puerta Cerrada*<sup>235</sup>.

Os preparativos começavam dias antes da festividade. Havia uma preocupação com os cuidados e adornos por onde o cortejo passava. Os habitantes deviam limpar as ruas e ornar as fachadas das casas com panos e tapetes luxuosos. Foram construídos altares nas praças e exibidas pinturas para apreciação da população. As ruas eram cobertas por toldos, que protegiam os participantes do cortejo e aqueles que assistiam do sol, e enfeitadas por flores. E água perfumada era despejada nas casas. Os habitantes vestiam suas melhores roupas. Destaque para as mulheres da nobreza que estreavam os trajes de verão, utilizavam pós e unguentos para maquiagem a pele ou embranquecê-la e passavam perfume. E também para as vestimentas utilizadas pelos atores, dançarinos e músicos que participavam do desfile. Cozinhava-se os doces típicos (*confites del Sacramento* e *bola de mogigón*) que eram comidas acompanhadas de vinhos da região. Os gastos com ornamento das casas, roupas, perfumes e comidas eram altos<sup>236</sup>.

A referência para a procissão era a Custódia, este objeto de arte definia o lugar que cada um ocupava no cortejo. Conforme a Custódia passava pelas ruas, os fiéis faziam reverência,

---

<sup>232</sup>SANTIAGO, Valiente Timón. *op.cit.* p. 45-46.

<sup>233</sup>*ibidem.* p. 48.

<sup>234</sup>*ibidem.* p. 49-51.

<sup>235</sup>MONTOLIU, Pedro. *Madrid, villa e corte: historia de una ciudad*. Vol1. Silex Ediciones, 1996, p.123-124.

<sup>236</sup>*ibidem.* p.123-124.

pondo-se de joelhos. Levada debaixo de um pálio, a Custódia trazia o Santíssimo Sacramento. Outro objeto religioso que marcava as procissões de Corpus Christi em Madrid, e lhe era característico, foi a *Águila*. Uma rua da capital recebia este nome devido ao fato de haver uma casa com esta imagem. A *Águila* era uma figura frequente nas festas da época. Seu significado religioso estava relacionado com o evangelho segundo João. Esteve presente nas procissões de Corpus Christi até meados do século XVII<sup>237</sup>.

Essa importante festa pública conjugava elementos religiosos com elementos lúdicos e profanos. Sendo estes últimos responsáveis por fazer o público desfrutar e se identificar com a festividade. Em primeiro lugar, pode-se falar da música que estava presente em toda procissão. Timbaleiros davam início desfile em Castela – algumas descrições dizem que por alguns anos a música de abertura era ao som de trombetas. A música era ouvida nas alas das danças, da *Tarasca* e dos gigantes. Os instrumentos utilizados eram as gaitas, flautins e tambores. Próximo a Custódia ficavam músicos de caráter mais culto. A *Capilla Real* era o agrupamento musical que tinha a honra de marchar junto ao Santíssimo Sacramento. Seus músicos tocavam órgão, baixo, contra-baixo, violino, clarinete, trompa, entre outros instrumentos. Alguns Ajuntamentos ainda ofereciam à festividade um conjunto de músicos para animar as outras alas do desfile ou os Autos Sacramentais que ocorriam durante a semana<sup>238</sup>.

A *Tarasca* foi um elemento de característica lúdica e profana típica do Corpus Christi espanhol. Era a representação de um animal místico com cauda de serpente, cabeça de dragão, corpo escamado, enorme boca, espantosos olhos e garras nas patas. A criatura mitológica simbolizava o mal que seria vencido pelo Santíssimo Sacramento. Era montada por uma mulher ricamente vestida, a roupa era aguardada ansiosamente por ser considerada a moda da temporada. A mulher representava os vícios. Havia uma encenação do domínio que exercia sobre os homens. Dançarinos e músicos atuavam em um cenário com árvores, macacos e alegorias dos pecados capitais (**Figura 15**). A alegoria ficava sobre rodas e era empurrada por homens que dentro escondidos. Fazia movimentos extravagantes: seu pescoço alargava e encurtava, além disso, na boca saíam braços que agarravam sombrinhas e chapéus, o que era gerava sustos e muitos risos nos espectadores<sup>239</sup>.



<sup>237</sup>PORTÚS PÉREZ, Javier. *op. cit.* p. 179.

<sup>238</sup>*ibidem.* p. 52.

<sup>239</sup>MONTOLIU, Pedro. *op. cit.* p. 123-124.

### Figura 15: La Tarasque de Madrid en 1663.

Outros elementos de entretenimento para a população eram a *Mojiganga* (ou *bortaga*), os dançarinos e os gigantes. Os *bortagassão* máscaras fustigadoras que eram comuns no carnaval, mas também estavam presentes nas festividades de Corpus Christi acompanhando a *Tarasca*. Recebiam o nome de *Mojiganga* em Madrid. Além das máscaras, os interpretes vestiam-se grotescamente com roupas de enchimento de palha. Eles divertiam o público ao golpear os espectadores desprevenidos com bexigas. Eram numerosos no desfile. Com relação às danças, exerciam um papel essencialmente ritual na procissão. Vestidos de maneira rica e variada, os dançarinos representavam dois tipos principais de dança: *sarao* e *cascabel*. O último eram danças mais populares, que aconteciam ao som de instrumentos e que tinha um componente narrativo, por exemplo, representavam acontecimentos históricos. Também chamado de *cuenta*, as danças *dosara* remetiam à cultura cortesã sendo mais cerimoniais e comedidos. Seus personagens eram caracterizados com roupas luxuosas. Por fim, os gigantes corriam para todos os lados no desfile a fim de divertir o público. A primeira vez que foram descritos em 1582. Seus trajes faziam referência aos quatro continentes que eram conhecidos. Testemunhos indicam que foram personagens habituais na procissão de Corpus Christi de Madrid<sup>240</sup>.

A programação do Corpus Christi era completada com as corridas de touros e as representações de Autos Sacramentais, que ocorriam durante a época de celebrações. As touradas era um elemento bastante presente nas festividades espanholas na Época Moderna, encontra-se referências principalmente no dia de Corpus. Um dos jogos com touros mais comuns era o *toro enmaromado* em que jovens corriam segurando uma longa corda presa aos chifres do animal. Por sua vez, os Autos Sacramentais foram teatros de temática religiosaproduzidos com o objetivo de honrar e exaltar a Eucaristia. A primeira apresentação que aconteceu em Madrid foi no ano de 1574. Os cenários feitos para esses autos eram de arquitetura efêmera. O gênero foi cristalizado por Lope de Vega e Calderón, alcançando esplendor no século XVII. Porém, este e outros elementos populares foram pouco a pouco decaindo ou extintos ainda na primeira metade do século seguinte<sup>241</sup>.

O esplendor que a festa de Corpus Christi vivenciou nos séculos XVI e XVII será obscurecido na primeira metade do século seguinte. Os Bourbon demonstravam descaso por essa festa, em contraste com o interesse que havia sido mostrado pelos Austrias. Eram raras as aparições de Felipe V no cortejo do Santíssimo em Madrid. A ausência do rei nessas procissões fez a festa de Corpus Christi perder o seu prestígio. Outro fator determinante foi a influência da Ilustração no Reino de Castela. Essa ideologia combateu as práticas profanas e exigiu maior decoro religioso. As danças e representações foram proibidas em 1780 por Carlos III. As festas passaram a ter um caráter mais religioso, em prejuízo dos elementos populares que antes lhe eram característicos<sup>242</sup>.

### 3.5- Considerações finais

Madrid foi convertida de pequena vila a capital de um império de dimensões globais ao longo dos séculos XVI e XVII. Houve profundas mudanças em seu espaço para que pudesse ocupar essa função, mas não foram capazes de suprir as demandas de uma população cada vez maior devido a presença da corte. O que trouxe uma série de consequências negativas para a cidade do ponto de vista social. Nesse contexto, as festas populares tiveram grande importância

<sup>240</sup>SANTIAGO, ValienteTimón. *op.cit.*. p. 53-54

<sup>241</sup>*ibidem*. p. 54-55.

<sup>242</sup>*ibidem*. p. 47.

para diminuir as tensões sociais existentes. O despreparo de Madrid fez com que as outras cidades questionassem sua posição de primeira na monarquia hispânica. O reconhecimento da superioridade da capital por parte dos súditos era tão importante quanto a decisão do monarca. Portanto, era necessário convencer que Madrid reunia qualidades para ser considerada digna do papel e da condição de capital.

## CAPÍTULO IV: O REI (AUSENTE) E SUA CAPITAL

Os processos de construção de uma centralidade do poder em torno do rei e de definição de uma cidade-capital ocorreram nas monarquias ibéricas, durante os séculos XVI e XVII. Além de terem se desenvolvido ao mesmo tempo, eram mútuos. O projeto de centralidade política tinha como pressuposto o estabelecimento de uma cidade-capital para ser residência da corte régia e sede do Estado, dos órgãos assessores e de administração pública, e das relações diplomáticas. Por sua vez, a cidade-capital contribuía para a centralidade do poder real ao ser referência para as demais cidades do reino e do ultramar. A reciprocidade desses processos evidencia o quão era estreito o vínculo entre o rei e sua capital, como mostrou Giulio Carlo Argan e Lewis Mumford.

Em seu estudo dedicado às capitais europeias, Giulio Carlo Argan (1964) identifica as mudanças que ocorreram a partir da formação da cidade-capital. (I) As outras cidades do reino assumem um papel secundário. (II) A cidade-capital é favorecida do ponto de vista artístico e cultural pelas intensas trocas internacionais que ocorrem em seu território. (III) As guerras adquirem um novo significado, sendo necessário que a cidade-capital, localizada geralmente em uma região central, (IV) torne-se mais aberta e voltada para o exterior. (V) A defesa deixa de ser restrita às fronteiras, abrangendo áreas mais afastadas. (VI) Ocorre uma mudança na relação cidade e campo, antes entendida pela antítese civilização/natureza, agora, pela distinção de classe entre cidadãos e interioranos. (VII) Seu caráter municipal é destituído, no lugar, passa a assumir a função de representar o Estado e ser instrumento do poder central. (VIII) Como implicação, as intervenções em seu espaço dependiam do soberano e do governo, e não das iniciativas dos cidadãos ou da municipalidade, como acontecia anteriormente. (IX) As reformas arquitetônicas e urbanísticas eram feitas por meio de planos, de modo a sugerir que, por mais que seu prestígio esteja fundado no passado, a cidade-capital possui uma perspectiva voltada para o futuro<sup>243</sup>.

Os capítulos dedicados à Lisboa e à Madrid nos séculos XVI e XVII mostram as transformações que foram submetidas em seu espaço físico e ritual para se adequarem a sua nova função. Como observado em outras capitais europeias, o tecido urbano foi reestruturado, com a finalidade de comportar a população que cresceu significativamente, tal como o tráfego, de destinar espaços para a atividade pública, administrativa e militar, de alargar e organizar as ruas, e de fazer monumentos que simbolizassem o poder do soberano e os valores que pregoava. Giulio Carlo Argan afirma que a opulência dessas construções era utilizada para legitimar e propagandear a monarquia tanto no reino como para além de seus limites – como discutido anteriormente, não somente os naturais faziam parte da dinâmica dessas comunidades, mas também muitos estrangeiros. O estudioso resgatou, desta maneira, o sentido simbólico e político das reformas vivenciadas pelas capitais europeias ao longo de sua formação.

Pode-se estabelecer um paralelo com a abordagem oferecida por Lewis Mumford, que escreveu sobre as formas de cidade e suas funções ao longo do tempo. Ele utiliza a expressão "era das cidades absolutas" para se referir ao período em que a cidade-capital consolidou seu poder. Enquanto a cidade-capital vivenciava um crescimento desordenado, as cidades menores eram relegadas à estagnação e faziam uso da imitação como tentativa de ganhar visibilidade. A definição de apenas um centro nacional, sob o olhar direto do rei, tinha o propósito político de impedir que em outros centros dispersos, difíceis de controlar, houvesse quem desafiasse a autoridade central. A capital abandonou seu caráter municipal para estar ligada intimamente aos desígnios do monarca e de sua burocracia, e para assumir a função de representar o Estado, transformando-se em sua imagem. Diante disso, Lewis Mumford se aproxima de Giulio Carlo

---

<sup>243</sup>ARGAN, Giulio Carlo. Europa das Capitais. In: *Imagem e Persuasão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.71.

Argan ao considerar a capital barroca como uma representação da ideologia do poder na Idade Moderna<sup>244</sup>.

O papel desempenhado pela capital não se limitou à esfera político-administrativa. A capital tornou-se referência de padrões de comportamento, sociedade e cultura para as outras cidades do reino. Em seus trabalhos, Norbert Elias disse que na proporção que o processo de centralização foi sendo desenvolvido e que o monarca ampliava seu poder, a capacidade de atração de outros nobres para a corte aumentava. Foi nesse espaço que se deu o processo civilizador<sup>245</sup>. Este envolve uma série de modificações no comportamento das elites fidalgas, responsáveis por transformá-las de uma nobreza guerreira a uma nobreza cortesã, cujas razões transcendem ao desejo individual e passam a ter uma lógica de corte. Em síntese, nessa racionalidade distintiva de corte, figuras reais e nobres estão presas a representações e atos cotidianos que identificam, legitimam e afirmam a forma como a sociedade se organiza e sua hierarquia. O processo civilizador (e o espaço cortesão) contribuiu para a centralidade, pois consolidou o monarca no topo da pirâmide social e afirmou seu poder político<sup>246</sup>.

Lewis Mumford diz que a elevação de determinada cidade à condição de capital poderia ocorrer de forma espontânea. Do ponto de vista das atividades comerciais e portuárias, por exemplo, era compreensível que Lisboa se tornasse capital por estar localizada em uma região litorânea e de fácil comunicação. Outra possibilidade seria se tornar capital mediante escolhas voluntárias e conscientes do monarca. Pode-se citar Madrid, que se tornou capital devido ao projeto político de Filipe II. Independente da forma como ocorreu, a definição de uma cidade-capital era um processo complexo, que envolvia questões geoestratégicas, políticas, econômicas e de ordem simbólica e cultural. Além disso, era necessário um estímulo real para que as vantagens da cidade fossem afirmadas e difundidas<sup>247</sup>.

A transferência da capital de uma cidade em benefício de outra ocorria de maneira semelhante, segundo Marly Silva da Motta. Nas ocasiões em que essa transferência ocorreu, o monarca divulgava as razões que teriam levado a sua mudança. A historiadora diz que os fatores de ordem econômica tiveram maior influência na tomada de decisão, no entanto, a mudança da capital seria responsável por materializar uma nova época o que significa dizer que simbolizava um projeto de renovação da sociedade. Por essa razão, estabelecia-se uma oposição com a antiga capital, que era expressão de uma tradição que seria abandonada<sup>248</sup>.

Lisboa deixou de contar com a presença do monarca por cerca de sessenta anos, durante a União Ibérica, porque Filipe II e seus sucessores optaram por não residir na principal cidade portuguesa. Fado foi compartilhado por outros reinos e províncias que foram incorporados ao dilatado Império Hispânico. E Madrid, na breve passagem de Filipe III por Valladolid, entre 1601 e 1606. Filipe III buscava com essa transferência reformular a monarquia hispânica, oferecendo-lhe caráter singular.

A pesquisa de doutorado defende que o período em que o rei esteve ausente nas cidades ibéricas teria sido importante para sua definição como cidade-capital, o que contraria a relação entre rei e capital que foi construída pela historiografia. Embora Giulio Carlo Argan e Lewis Mumford tenham sido seminais para as pesquisas dedicadas ao estudo das capitais, a forma como abordam o tema limita o conceito a uma temporalidade, um projeto arquitetônico e urbanístico, e a uma ideologia política específicos, que não permite identificar as particularidades presentes em cada processo, assim como uma percepção global.

---

<sup>244</sup>MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo, Martins Fontes, 1982, p. 387.

<sup>245</sup>ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Kahar Editor, 1995.

<sup>246</sup>ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Estampa, 1987.

<sup>247</sup>MUMFORD, Lewis. *Op. cit.* p. 393.

<sup>248</sup>MOTTA, Marly Silva da. Cabeça da nação, teatro do poder: a cidade capital como objeto de investigação histórica. Trabalho apresentado no *XVII Encontro Nacional da ANPUH*. São Paulo, 1993, p.2.

Na primeira parte do capítulo, será discutido os processos que tornaram Lisboa e Madrid capitais. Depois será a vez de estabelecer um paralelo entre esses processos e mostrar como em ambas as cidades o período em que o rei esteve ausente foi importante para a capitalidade. Ao final, serão apresentadas a forma como os contemporâneos entendiam o papel e a condição dessas cidades ibéricas como capitais.

#### 4.1- Lisboa: Rainha do Tejo, do Mar e de Portugal

Para entender como Lisboa foi se transformando em capital portuguesa, é preciso recuar no tempo, mais precisamente, no início da formação do reino português. Existe uma tradição histórica que explica a capitalização de Lisboa. De acordo com Damião de Góis, a cidade foi conquistada por Afonso Henriques que, após uma longa e dura guerra, restituiu a fé cristã, a partir da expulsão dos mouros do território, em 1147.

Visto que os mouros atacavam outrora a Hispânia com contínuas incursões, ocorriam a ela de toda parte homens cristãos cheios de fé, para prestarem auxílio e oferecer aos reis o seu esforço. (...) Cercada pelo mencionado rei Afonso e atacada numa longa e dura guerra, Lisboa foi finalmente restituída à Fé Cristã no ano do nascimento de Cristo de 1147<sup>249</sup>.

Como forma de pagamento de promessa pela vitória, foi construída uma nova abadia real, a de Alcobaça, com três sepultamentos régios. Afonso I também ergueu uma grande estrutura monástica, que pertencia a ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, e que guardava as relíquias de São Vicente, então patrono da cidade. Foi assim que surgiu o Mosteiro de São Vicente de Fora. Porém, Walter Rosa diz que não havia urbanidade e, por diversos motivos, a questão da capitalidade ainda não era posta<sup>250</sup>.

Os maiores estudiosos da história medieval portuguesa nas últimas décadas, A. H. de Oliveira Marques e José Mattoso consideram que a primeira capital portuguesa foi Coimbra. Walter Rossa estudou as transformações urbanísticas na cidade, que seria reflexo da posição que ocupou como capital. Primeiramente, Coimbra era a cidade com a maior área circunscrita por muralhas dentre as cidades portuguesas. Havia um comércio fluorescente entre cristãos e mulçumanos, estabelecendo comunicações entre o norte e o sul, e entre o litoral baixo e o interior serrano. Nesse sentido, a primeira obra pública da monarquia portuguesa foi a construção de uma ponte no rio Mondego, que liga a cidade ao mar, em 1132. Essa ponte permitiria ao monarca contato com áreas que ainda não possuía domínio. Outras construções foram o sistema de torres que foi introduzido nas muralhas e a renovação das estruturas religiosas da cidade. Essa foi estabelecida pela presença do rei e da sua corte, e por um programa arquitetônico-urbanístico monumentalizante<sup>251</sup>.

Voltando a atenção para Lisboa, sua conquista foi extremamente importante para o fortalecimento do reino português. Isso porque estava localizada em um dos principais eixos de circulação interna da península, e na área agrícola mais fértil do reino, a bacia do rio Tejo. Deve-se considerar também que a conquista de um centro urbano populoso e comercialmente dinâmico como Lisboa contribuiu para a afirmação da soberania portuguesa<sup>252</sup>. Em outras palavras, Lisboa foi importante para o projeto de reino que estava sendo desenhado, não somente do ponto de vista econômico, mas também político.

---

<sup>249</sup>GÓIS, Damião de. *Descrição da Cidade de Lisboa* (1554). ALVES, José da Felicidade trad. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p.36.

<sup>250</sup>ROSSA, Walter. "Capitalidade à Portuguesa: território de origem". In: *Fomos Condenados à Cidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. p. 158.

<sup>251</sup>*ibidem*. p.156-158.

<sup>252</sup>*ibidem*. p.158.

Lisboa possuía uma característica importante que Coimbra não era capaz de competir: o porto lisboeta era mais acessível ao mar Mediterrâneo e aberto ao Oceano Atlântico. Essa característica geográfica permitia maior proximidade e operacionalidade no processo de reconquista de território e de manutenção das fronteiras. Foi por essa razão que começaram a ser instaladas estruturas políticas e administrativas do governo português, que permaneceram na cidade independente do deambular da corte e do rei<sup>253</sup>.

Joaquim Romero Magalhães diz que Lisboa tinha a seu favor o sítio, o Tejo e o mar. E, por essa mesma razão, passará a ter em seu espaço os principais órgãos de administração e da Fazenda, dentre os quais, a Casa de Contos, a Alfândega, a Casa da Mina, Guiné e Índia, tribunais superiores. Também, uma população numerosa e diversificada, com vários ofícios e ocupações. Mas ainda não podia ser considerada capital da monarquia portuguesa<sup>254</sup>.

Além da Reconquista, Lisboa participou ativamente de outros episódios marcantes da história portuguesa: ofereceu apoio financeiro e social para as políticas do monarca para o fortalecimento do reino português, e sua população foi crucial para a defesa da independência, por exemplo, a crise de 1383 a 1385, que colocou a dinastia de Avis no poder. Essa tradição histórica fez com que os laços entre a cidade e o monarca se tornassem cada vez mais estreitos. Apesar das frequentes visitas ao seu território, não era possível pensar ainda em uma corte permanente (e assim foi por muito tempo). O reino precisava de constante vigilância devido às ameaças externas e aos conflitos internos. Essa situação se manteve até o início do processo de expansão, no século XV<sup>255</sup>.

Por razões históricas, econômicas, geográficas e sociais, Lisboa começou a ser reconhecida no papel e na condição de “cabeça” do reino nesse século. Nas expansões marítimas, novamente, sua excelente estrutura portuária fez com que afirmasse sua posição de destaque no reino e que desenvolvesse (nesse momento, de maneira expressiva) sua macroencefalia nacional e imperial<sup>256</sup>.

Damião de Góis destaca a importância da bacia do Tejo, que coordenava a navegação que acontecia em todas as costas do Oceano, na África e na Ásia (posteriormente, também na América). Sendo assim, foi responsável pelo título oferecido pelo autor a Lisboa de “Rainha dos Mares”. Essa cidade estabeleceu a direção e o domínio da navegação que se processou no Ocidente.

Mas tais faltas são largamente compensadas por um outro título de glória: hoje em dia, este mesmo Tejo dá leis e normas através de todas as costas do Oceano, na África e na Ásia. A essas leis se submetem, livremente ou à força, reis e príncipes dessas províncias, os quais prestam vassalagem aos Portugueses, e muitos deles, em número sempre crescente, vivem na obediência à fé de Cristo. O que sucede com o maior acatamento, não só nos domínios das Índias, mas também nos territórios dos Chineses, e nos confins dos Japoneses, povo até há pouco desconhecido na Europa<sup>257</sup>.

Conforme Renata Araújo, os Descobrimientos tornaram Lisboa referência para as demais cidades do reino, atraindo uma grande quantidade e diversidade de pessoas e de atividades comerciais. A historiadora compara, metaforicamente, as transformações vivenciadas por Lisboa no momento da concretização das expansões marítimas aos efeitos de um “terremoto”. Porém, diferente do abalo sísmico que a devastou em 1755, teria um efeito positivo e foi produzido no interior da própria urbe. A cidade precisou reformular seu espaço público e ritual

---

<sup>253</sup>*idem*.

<sup>254</sup>MAGALHÃES, Joaquim Romero. O enquadramento do Espaço Nacional. MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, vol III, 1993, p.51.

<sup>255</sup>ROSSA, Walter. *op.cit.* p. 159.

<sup>256</sup>*idem*.

<sup>257</sup>GÓIS, Damião de. *op.cit.* p.38.

para dar conta da demanda imposta por essa nova realidade. Esse foi o “tremor de terra” descrito pela historiadora que mudou a forma que Lisboa se relacionava consigo e com Portugal<sup>258</sup>.

No que se refere à reformulação do espaço ritual, os espetáculos organizados em Lisboa deixaram de ser dedicados exclusivamente ao sagrado, para celebrar progressivamente o poder. O que não significa dizer que os elementos do ritual sagrado medieval foram abandonados, mas sim que passaram a conviver com elementos profanos, enriquecendo o espetáculo e sua relação com a cidade. As procissões e passeios do monarca pelas ruas da cidade e pelo seu rio contribuíram para afirmação do poder real, assim como para a afirmação de Lisboa como principal cidade do reino<sup>259</sup>.

Manuel I mostrou empenho na renovação e estruturação urbanística de Lisboa. Houve dois programas de reformas: entre 1498 e 1502, o centro foi reordenado e o desenvolvimento da cidade foi direcionado para o Ocidente, sentido Tejo; em 1513, foram construídas grandes edificações administrativas e portuárias, com a finalidade de oferecer estrutura para a cidade, que passou a avançar em direção ao mar. Conforme Helder Carita, esses programas fizeram parte de uma conjuntura mais ampla, que também atingiu os âmbitos administrativo e legislativo. Esse movimento reformista ofereceu instrumentos para o aparelho estatal administrar um território que adquiriu dimensões imperiais com as expansões, contribuindo para concentrar o poder nas mãos do monarca<sup>260</sup>.

Seu sucessor demonstrou desprezo por Lisboa, mesmo que ocupando uma posição central no Império Português. João III visitou com frequência e permaneceu por longos períodos de tempo em Évora. Alguns historiadores chegaram a afirmar que essa cidade teria se tornado a capital portuguesa durante seu reinado, sendo necessário uma maior investigação a respeito. No entanto, como será observado ao longo do capítulo, a presença da corte e do rei não determinam que uma cidade seja capital. Sebastião I e seus regentes também fizeram pouco pela capital.

Seu sucessor demonstrou desprezo por Lisboa, mesmo que ocupando uma posição central no Império Português. João III visitou com frequência e permaneceu por longos períodos de tempo em Évora. Alguns historiadores chegaram a afirmar que essa cidade teria se tornado a capital portuguesa durante seu reinado, sendo necessário uma maior investigação a respeito. No entanto, como será observado ao longo do capítulo, a presença da corte e do rei não determinam que uma cidade seja capital. Sebastião I e seus regentes também fizeram pouco pela capital.

Os projetos arquitetônicos e urbanísticos de Filipe II demonstram que houve o desejo de em Lisboa sediar os impérios, muito embora não houvesse o ensejo, de acordo com Walter Rossa. O palácio real adquiriu preponderância urbanística através da reforma das confusas estruturas manuelinas, da construção de um icônico torreão e de um terreiro, onde foram realizados os rituais públicos de poder. Para isso, demoliu a basílica de São Sebastião e a sua relíquia frente ao paço, que eram associados ao antigo rei e causavam embaraço político a Filipe II. O Mosteiro de São Vicente foi integralmente renovado como compensação, em um projeto que se mostrou impressionante. Nesse templo, o braço de São Sebastião foi depositado juntamente às relíquias de São Vicente, unindo dois símbolos da monarquia do passado pelas mãos da nova dinastia. E o projeto de renovação do sistema de abastecimento de água, que não foi concluído. Os vestígios desse discurso de poder filipino foram apagados pelo terremoto de 1755, e pelo reinado de João V<sup>261</sup>.

---

<sup>258</sup>ARAÚJO, Renata de. Lisboa. *A Cidade e o Espetáculo na época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

<sup>259</sup>*idem*.

<sup>260</sup>CARITA, Helder. Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época Moderna (1455-1521). Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

<sup>261</sup>ROSSA, Walter. *op.cit.* p. 160-161.

Foram diversos os motivos que impediram que o projeto da capitalidade lisboeta de Filipe II se concretizasse. No entanto, a monarquia hispânica não retirou de Lisboa sua função autônoma como capital do Império Português, muito pelo contrário. Os órgãos de governo fixaram residência permanente na cidade<sup>262</sup>. Além disso, a Câmara de Lisboa adquiriu maiores atribuições e, de determinada forma, se tornou extensão do poder real. Como “cabeça” do reino, passou a ser utilizada como instrumento de governo, servindo de referência e intermediando as relações com os outros municípios. Seus moradores adquiriram o privilégio de comercializar e trazer mercadorias de todo o reino, e de serem visitados por Filipe III. Embora esse tratamento de exceção tenha sido motivo de críticas, por exemplo, do Porto, indicavam que o governo reconhecia a superioridade de Lisboa no reino, o que foi um grande avanço no processo de capitalização<sup>263</sup>. Faltava o reconhecimento definitivo dos contemporâneos.

Alguns historiadores não consideram que Lisboa teria participado da “guerra pela capitalidade”, durante a União Ibérica. Eles argumentam que a capital deveria estar necessariamente em Castela, onde havia as maiores arrecadações e os homens mais importantes<sup>264</sup>. Os projetos arquitetônicos e urbanísticos que foram desenvolvidos no período demonstram que Filipe II pensava em tornar Lisboa sede (ou uma das sedes) da monarquia hispânica. Além disso, exemplares descrições urbanas sobre Lisboa estavam presentes na Biblioteca do Escorial, indicando que os monarcas espanhóis estavam preocupados em ler sobre a principal cidade portuguesa. Esses escritos portugueses que foram produzidos na conjuntura de “guerra pela capitalidade” possuem uma retórica semelhante aos espanhóis. E tiveram significativa repercussão na época, sendo citados e até mesmo transcritos por outros autores. Desta maneira, apesar de Lisboa não ter chegado a protagonizar esse debate em papéis, como Madrid e Valladolid, teria sido uma personagem importante.

Nos primeiros anos que se seguiram à Restauração, os reis da dinastia Brigantina João IV, Afonso VI e Pedro II não puderam contribuir para a renovação e a estruturação da capital, pois estavam mais interessados em consolidar a independência e superar as dificuldades políticas e econômicas que estavam enfrentando. Diferente do que ocorreu nas principais europeias, que vivenciaram no seiscentos um programa arquitetônico e urbanístico tipicamente barroco.

Não houve nenhuma lei ou decisão régia que deixasse evidente o posto de Lisboa como capital do reino português. Foi reconhecida de maneira espontânea, pela sua história, pela sua relação com o reino, pelas suas características marítimas e fluviais, pela fertilidade do solo, e pelas atividades portuárias de importação e exportação. Joaquim Romero Magalhães diz que era natural que a cidade atraísse mercadores e estrangeiros. Depois, órgãos de administração para a fiscalização. Conforme a burocracia crescia, outras instituições foram transferidas para a cidade, e a manutenção de um governo transeunte, aos poucos, vai se tornando inviável. Porém, não foi imediata a fixação da corte e a sedentarização do monarca. O que não impediu que Lisboa fosse reconhecida como capital<sup>265</sup>.

Contraditoriamente, o papel e a condição de Lisboa como capital cresceu ao longo da União Ibérica. Em sessenta anos, a principal cidade portuguesa foi prestigiada pela presença efetiva dos Filipes por menos de três anos, somando as duas estadias. A supremacia, a riqueza e a grandeza de Lisboa tonou-se ainda maior quando foi incorporada ao Império Hispânico, que tinha o senhorio dos continentes e espaços terrestres e, agora, o senhorio marítimo adquiriu escala planetária. Joaquim Romero Magalhães conclui que Lisboa passou a ser reconhecida como capital pelo prestígio que adquiriu, pelos órgãos de governo que sediou e pela capacidade

---

<sup>262</sup>*ibidem*. p.161.

<sup>263</sup>MAGALHÃES, Joaquim Romero. *op.cit.* p.52.

<sup>264</sup>CEPEDA ADÁN, José. “El Madrid Cultural en la España de Filipe II”. *Madrid. Revista de Arte, Geografía e Historia*. Comunidad de Madrid, nº1, 1998, p. 21-46.

<sup>265</sup>MAGALHÃES, Joaquim Romero. *op.cit.* p.55.

de abastecer uma população maior que cem mil almas<sup>266</sup>. Diante disso, pode-se antecipar a importância que as descrições urbanas sobre Lisboa para esse processo. Esses escritos proclamavam as excelências dessa cidade de modo a fazer com que adquirisse prestígio junto aos reinóis e afirmasse sua posição de superioridade.

#### 4.2- Madrid: de Vila a Capital do Império Hispânico

O projeto de um monarca com residência permanente na Espanha se fortaleceu durante o reinado de Carlos V, na primeira metade do século XVI. No entanto, o momento ainda não era propício para o estabelecimento de um Império europeu e ultramarino sob o domínio de uma capital, tampouco, de Madrid, que não passava de uma pequena vila sem *status* de corte. Carlos V foi levado a se afastar muitas vezes da Espanha para manter e proteger o Império deixado por seus avós, D. Fernando de Aragão e D. Isabel de Castela. Seu governo foi pautado pelo objetivo de resguardar a herança dos reis católicos, conquistada através de uma política de expulsão dos mulçumanos remanescentes da Península Ibérica, de expansão dos domínios na América e de matrimônios entre famílias reais.

As ocasiões em que se manteve afastado da Espanha não podem ser interpretadas como ausência real, de acordo com Ana Paula Torres Megiani. Isso porque o imperador Habsburgo estava liderando os exércitos em defesa dos interesses do reino e seu retorno era certo ao cessar dos conflitos. A concretização do projeto de um monarca presente na Espanha e, conseqüentemente, ausente nos seus outros domínios ocorreu no reinado do seu sucessor, Filipe II<sup>267</sup>.

Desde o reinado de reis católicos, a cidade que exerceu funções político-administrativas mais próximas a de uma capital foi Valladolid, sendo considerada centro da atividade real. Os imperadores da dinastia de Habsburgo foram coroados ali. Carlos V esteve na cidade por cerca de um ano, o que pode ser considerado um tempo significativo, uma vez que o monarca não permaneceu em nenhum dos lugares que visitou. Valladolid também foi onde Filipe II nasceu. O filho de Carlos V esteve na cidade em duas ocasiões, sendo que em uma delas atuou como regente de seu pai, de 1543 a 1545. Os laços que os monarcas espanhóis teceram com Valladolid fizeram com que a alta nobreza do reino a reconhecessem como importante instância de poder e se alocassem ali. Contudo, a descoberta de hereges na cidade frustrou os planos de tornar-se de fato sede da corte régia e capital da monarquia. Filipe II deixa Valladolid em 1559 e se muda para Toledo, que foi uma importante cidade na época medieval e estava localizada no centro do território<sup>268</sup>.

O espaço e a infraestrutura de Toledo não foram capazes de acomodar o contingente populacional gerado com a chegada dos membros da corte e da burocracia. A cidade possuía um centro pequeno e formado por ruas e prédios dispostos de maneira desordenada. Não havia abastecimento de alimentos e água suficientes. Outro fator determinante foi a dinâmica social e o cotidiano dos habitantes, que, por ser muito influenciada pela atividade clerical, não se ajustava aos hábitos e práticas de uma corte secularizada e que estava em busca de um ambiente cosmopolita. Henry Kamen, autor de uma biografia dedicada a Filipe II, diz que esses inconvenientes se tornaram evidentes para o monarca ao longo dos meses em que sua corte esteve na cidade. O retorno a Valladolid não era mais possível devido a um incêndio que destruiu seu centro em 1561. Diante disso, Filipe II escolheu uma nova localidade para

---

<sup>266</sup>*ibidem*. p.56.

<sup>267</sup>MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 a 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004, p.31-34.

<sup>268</sup>BROWN, Jonathan, e ELLIOT, John H. *A Palace for a King: The Buen Retiro and The Court of Philip IV*. Yale University Press, 2003, p.1.

estabelecer a capital. Madrid foi sua eleita: uma pequena vila, pouco habitada e monótona, onde a corte havia estado entre 1551 e 1553<sup>269</sup>.

O vínculo entre a dinastia de Habsburgo e Madrid teve início quando Carlos V a visitou em 1525. O estudioso da história da cidade de Madrid Pedro Montoliú diz que, possivelmente, o encontro foi marcado por desilusão de ambas as partes. De um lado, os habitantes de Madrid mostraram estar desapontados com o fato de Carlos V não a ter visitado em quatro anos de reinado, sendo que esteve na Alemanha, quando foi coroado imperador, e nas cidades de Valladolid, Zaragoza, Barcelona e Santiago, onde celebrou cortes. Por outro lado, o monarca não compreendeu o que teria motivado seus antecessores a permanecerem longas temporadas naquela vila sem atrativos<sup>270</sup>.

A conjuntura que levou Carlos V a se deslocar para a vila foi a revolta das Comunidades de Castela e das Germanías de Baleares e Valência. Foi um momento delicado do ponto de vista político e social, que representou um desafio ao seu governo. Madrid declarou apoio aos comuneiros em 1520, assumindo uma posição contrária à de Carlos V— muito embora não houvesse um consenso a respeito. Seu espaço público virou palco de disputas entre populares e partidários do imperador. A derrota dos comuneiros na Batalha de Villavar foi determinante para que o conflito se encaminhasse para um desfecho com a ocupação das tropas reais. Além disso, Carlos V anulou as medidas que foram motivo de insatisfação da população. Madrid encontrava-se pacificada antes da chegada do monarca. Conforme Pedro Montoliú, houve manifestações de alegria e lealdade semelhantes àquelas que foram dispensadas nas entradas dos reis que lhe antecederam, apesar do sentimento de desapontamento que as partes traziam consigo<sup>271</sup>.

Carlos V convocou em duas ocasiões as Cortes do Reino para estarem em Madrid: a primeira foi para que seu filho Filipe fosse jurado príncipe de Asturias em 1528; na outra ocasião, o monarca ofereceu a Madrid o título de "Villa Imperial e Coronada", ao mesmo tempo, autorizou que o símbolo da coroa real figurasse acima de seu escudo. Madrid foi se tornando cada vez mais influente, de acordo com Pedro Montoliú<sup>272</sup>. A pesquisa de doutorado entende que a aproximação entre Carlos V e Madrid foi importante para que anos mais tarde fosse considerada candidata a ser sede da corte régia e capital.

A influência conquistada por Madrid pode ser percebida nas diversas intervenções que Carlos V realizou em seu espaço urbano, começando pela reconstrução do Alcázar em 1541. O entorno foi reordenado: houve compra e desapropriação de terrenos, edifícios demolidos, muros de contenção, dentre outras ações. Também foi construído o convento das Descalças e um aposento real junto ao monastério de São Jeronimo. Pode-se citar ainda a Capela do Obispo, a Casa de Cisneros e o Convento de Atocha. Essas intervenções atraíram mais moradores para a vila, que estendeu seu território em direção a Porta de Alcalá, a São Jeronimo e aos caminhos de Fuencarral e Hortaleza. As praças Porta do Sol, Santo Domingo e Porta de Moros foram alargadas e aumentaram as vias de acesso. E fundou-se um eremitério dedicado à Santo Isidro, inaugurando a tradição dos romeiros visitarem o local no dia do patrono. O espaço público e ritual madrileno foi se transformando na medida que a vila alcançava mais visibilidade do monarca<sup>273</sup>.

Os motivos que teriam levado Filipe II a eleger Madrid como capital não foram bem esclarecidos na época. Seu sítio possuía algumas qualidades, ainda que singelas: embora seus verões e invernos fossem rigorosos, a vila não era muito chuvosa; dispunha de grandes quantidades de madeira; e sua água era salubre e em abundância. Essas qualidades não parecem

---

<sup>269</sup>KAMEN, Henry Arthur Francis. *Filipe da Espanha*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.263-265.

<sup>270</sup>MONTOLIÚ, Pedro. *Madrid, Villa y Corte, Historia de una ciudad*. Madrid: Sílex, 1996, p. 85.

<sup>271</sup>*ibidem*. p.85-86.

<sup>272</sup>*ibidem*. p.85-86.

<sup>273</sup>*ibidem*. p.85-86.

ter sido importantes na sua escolha como capital. A localização no centro da Península Ibérica foi identificada por muitos contemporâneos e estudiosos de Madrid como a única vantagem em relação às demais cidades da monarquia.

Henry Kamen afirma que a localização central do sítio em nada teria influenciado a decisão de Filipe II. O que serviu de motivação foi a proximidade das residências reais com os locais de caça, que era um desejo pessoal do monarca. Em Madrid, seria possível planejar o crescimento da capital e a construção do palácio nos arredores desses locais. A interpretação oferecida pelo biógrafo é justificada pelo fato de Filipe II nunca ter gostado de ambientes citadinos, buscando edificar suas residências em áreas campestres, onde poderia praticar sua principal fonte de lazer, a caça<sup>274</sup>.

Os monarcas tinham suas preferências: alguns gostavam mais do ambiente citadino, outros do ambiente campestre; alguns gostavam de peregrinar pelo território do reino, outros buscavam se estabelecer em uma única cidade; alguns gostavam de ter um contato maior com os vassalos, outros do isolamento. No entanto, a realidade política se impunha frente a suas inclinações e seus desejos, como assinalou Alfredo Alvar Ezquerro. A mudança de uma corte itinerante para uma corte permanente não seria consequência de uma mudança de temperamento dos monarcas, mas sim do estilo de governo. Enquanto Carlos V tinha um estilo de governo mais pessoal e direto, atuando de maneira mais próxima dos territórios e da realidade concreta, Filipe II inaugurou outro estilo de governo, mais distante e indireto, atuando mediante as informações que lhe eram repassadas por documentos e representantes reais, e de maneira distanciada para analisar os fatos e pesar suas decisões. Esse estilo de governo foi seguido e aprofundando por seus sucessores<sup>275</sup>.

Rafael Valladares diz que foi justamente a pequenez de Madrid que a teria levado a alcançar o posto de capital e de sede da corte régia. Por ser uma vila e não uma cidade, Madrid não abrigava instituições autônomas e diligentes ao defender seus interesses, como catedrais, ajuntamentos, universidades e tribunais da Inquisição, o que a tornava um espaço neutro. Não havia nenhum poder para concorrer com a autoridade de Filipe II e ofuscar o seu brilho. Essa foi a principal razão que teria motivado a escolha do monarca por Madrid, no entendimento do historiador espanhol<sup>276</sup>.

Como será discutido posteriormente, a pesquisa de doutorado mostrou que a questão da centralidade foi o que teria mais pesado na decisão de Filipe II e, principalmente, no reconhecimento que os contemporâneos tiveram a respeito do papel e da condição de Madrid como capital – este aspecto não foi debatido pelos estudiosos do tema. No entanto, a interpretação oferecida por Rafael Valladares mostra-se pertinente, pois defende que a escolha da cidade-capital foi uma decisão política perfeitamente calculada, contrariando os estudiosos que a entendem como um improviso ou como um desejo pessoal do monarca.

Esperava-se com a escolha da cidade-capital diminuir as disputas entre as cidades castelhanas, à medida que cada qual se considerava a mais digna de sediar a corte, principalmente, Valladolid, Toledo e Burgos. Essa disputa pode ser explicada pelo fato de não haver uma capital clara desde a medievalidade. Porém, essa imprecisão, na época, com relação aos motivos que levaram Filipe II a escolher Madrid, dificultou seu reconhecimento como capital. Sua capitalidade foi debatida por muito tempo, não somente pelos espanhóis, mas pelos outros reinos que compunham essa monarquia heterogênea. Esses debates se tornaram ainda mais acirrados na ocasião da transferência da corte de Madrid para Valladolid, instaurando uma verdadeira “guerra da capitalidade”.

---

<sup>274</sup>KAMEN, Henry Arthur Francis. *op.cit.* p.263-265.

<sup>275</sup>ALVAR EZQUERRA, Alfredo. *La España de los Austrias: la actividad política*. Madrid: Istma, 2011, p. 43.

<sup>276</sup>VALLADARES, Rafael. “¿Madrid o Lisboa?”. *Clío: Revista de História*, n°145, 2013, p.42.

Rafael Valladares considera que essa disputa teria se limitado às cidades castelhanas. Por motivos claramente políticos, não era aconselhável os Filipes se instalassem fora de Castela: primeiramente, a monarquia hispânica era muito heterogênea quanto a história, as leis e as línguas, considerando a lógica hierárquica da sociedade de Antigo Regime, não se pode considerar que havia uma igualdade entre os territórios; além disso, era a possessão mais rica e extensa, onde vinha a maior parte dos tributos e do recrutamento militar; e era aparentemente a menos discordante com relação às regras políticas da monarquia, o que facilitava a governabilidade. Desta maneira, o historiador defende que, por mais que existisse a possibilidade de Madrid ser abandonada a favor de outra cidade, a capital não estaria fora dos limites de Castela<sup>277</sup>. Essa perspectiva foi refutada pela pesquisa de doutorado. Lisboa não teria chegado a protagonizar “guerra da capitalidade”, vivenciada em sua plenitude por Madrid e Valladolid. Porém, certamente, foi uma coadjuvante de destaque enquanto durou a União Ibérica, como será mostrado nos tópicos seguintes.

Assim que surgiram as primeiras notícias sobre a transferência da corte, Filipe II acelerou as reformas de ampliação e melhoramento do Alcázar que vinham sendo feitas desde o reinado do seu pai. As reformas contaram com a participação de artesãos italianos, que estilizaram a arquitetura do prédio, e as intervenções do monarca. O critério técnico e estético na construção das residências da Coroa tornou-se uma característica do reinado de Filipe II. Essa característica contribuiu para que a arquitetura espanhola deixasse de estar em uma situação de desprestígio e atraso com relação a outras cortes<sup>278</sup>. No entanto, não é possível dizer que esse programa arquitetônico e urbanístico produziu um espaço de representação monumental da ideologia do poder, como em outras capitais europeias.

As ideias renascentistas que circulavam nas principais cortes nobres e principescas europeias há muito tempo não conseguiram adentrar na monarquia espanhola até meados do século XVI. Isso se deve ao estilo de governo de Carlos V e a itinerância régia que lhe era característica. A elite espanhola não possuía rebuscamento intelectual e capacidade para contribuir na construção de uma cultura cortesã competitiva. Diante desse quadro, Filipe II convocou humanistas para reformularem os currículos universitários e para organizarem o conhecimento que foi adquirido ao longo dos anos, em especial, sobre as Índias, e permitiu que ocorresse o intercâmbio cultural e patrocinou diversos cientistas, técnicos, autores e artistas<sup>279</sup>.

Desde a baixa Idade Média, foi uma prática política das monarquias a determinação de uma casa real insigne e o estabelecimento de um expediente próprio de serviços para integrar as elites. De acordo com José Martínez Millán, o objetivo era conferir identidade às dinastias e legitimidade sobre os reinos dominados. Contudo, mesmo prezando pela originalidade, as casas reais costumavam ter departamento e estruturas similares<sup>280</sup>. As reformas que se deram no Alcázar e no seu entorno, assim como o protocolo cortesão que passou a ser em empregado nesse espaço e para além deles, lembrando que a cidade também estava integrada à dinâmica dos palácios, foram importantes para a afirmação da dinastia de Habsburgo e para que Madrid tivesse seu papel e condição de corte régia reconhecida.

As iniciativas de dotar a corte e a casa real com um expediente de serviços, com protocolos, etiquetas e características próprias, ocorreram no reinado de Filipe II. Do mesmo modo que a reforma dos conselhos e o estabelecimento do sistema polissinodal, faziam parte de um conjunto de ações, que objetivavam oferecer mais identidade à monarquia hispânica. Esta era uma entidade política plural, que aglutinava diversos reinos, politicamente articulados entre si a partir de suas casas reais, que poderiam ser igualados pelo fato de possuírem o mesmo

---

<sup>277</sup>*ibidem*. p.41-42

<sup>278</sup>KAMEN, Henry Arthur Francis. *Op. cit.*, p.262.

<sup>279</sup>*ibidem*. p. 265-266.

<sup>280</sup>MILLÁN, José Martínez. La Corte de la Monarquía Hispánica. In: *Studios históricos, História Moderna*. Ediciones Universidad de Salamanca, 28, 2006, p 35.

rei (ausente em maior parte do território) e a mesma religião somente. Desta forma, era importante que a monarquia desenvolvesse outras formas de integração. As mudanças foram melhor percebidas no governo do sucessor, que deu prosseguimento e aprofundou a política de Filipe II. O empenho demonstrado por Filipe III para reformular a monarquia hispânica (e a casa real) e conferir singularidade a seu reinado foi assinalado pela transferência da corte em benefício de Valladolid, e depois pelo regresso para Madrid<sup>281</sup>.

Em um dos tópicos, será mostrado como as descrições urbanas de Madrid integraram as pressões feitas pelos madrilenos para que o regresso de Filipe III ocorresse. A partir de então, Madrid passou a ser reconhecida definitivamente como residência real, centro político-administrativo e referência na transmissão de comportamento, sociedade e cultura, o que atraiu as elites políticas e sociais dos mais diferentes reinos para a cidade. Madrid tornou-se um espaço de articulação dessas elites e permitiu que estabelecessem vínculos e sentimentos em comum, contribuindo para a governabilidade da monarquia. A pesquisa de doutorado defende que a ausência real e as descrições produzidas foram importantes nesse processo, que culminou em Madrid como capital da monarquia hispânica.

### 4.3- O abandono do rei

Após a morte prematura de D. Sebastião na guerra de Alcácer Quibir, houve uma disputa sucessória ao trono português que coroou Filipe II. O monarca espanhol não mediu esforços para unir os reinos ibéricos: convocou juristas para defenderem sua legitimidade dinástica e utilizou seu poderio militar e político para articular uma negociação com as elites portuguesas. Chegava-se ao fim a dinastia dos “Sereníssimos Reis”.

Os Habsburgos haviam incorporado aos seus domínios outras províncias e reinos. Ao alcançar êxito na empreitada portuguesa, ficaram ainda mais próximos de concretizar o projeto político e religioso de uma monarquia católica universal. A cidade escolhida para ser sede da realeza e capital desse império de dimensões planetárias foi Madrid, não foi Lisboa, para tristeza dos portugueses, que enfrentaram as consequências da ausência real.

Com a perda da sua função de corte régia, Lisboa presenciou o desvanecimento de sua vida cortesã. Mesmo com a determinação da manutenção da casa real e sua restrição a vassalalhos lusos, a corte perdeu um importante ator em sua dinâmica: o rei, que conferia coerência e coesão às relações simbólicas cotidianas. O funcionamento das Assembleias de Estados, que permitia a participação política da sociedade portuguesa, também foi comprometido. Pode-se dizer ainda sobre a dificuldade de aquisição de mercês e ascensão na trajetória de carreiras. Lisboa transformou-se em uma simples capital de província. Muitos nobres se deslocaram para as “cortes de aldeia”, outros para a corte madrilena, onde podiam pleitear honras e favores junto ao rei.

Publicado em 1619, o livro *Corte na aldeia e noites de inverno*, de Francisco Rodrigues Lobo, se mostra representativo para a compreensão da União Ibérica em Portugal. A história se passa em um paço provincial, onde muitos cortesãos se refugiavam quando queriam se afastar do movimento da corte ou evitar os excessivos custos da capital. O protagonista teria pertencido a casa dos Reis, porém resolveu passar seus últimos anos nessa aldeia<sup>282</sup>.

Lisboa não oferecia mais atrativos para fidalgos e cortesãos permanecerem na cidade depois que a corte dos Sereníssimos Reis chegou ao fim. Morar na principal cidade do reino dependia excessivos e injustificáveis gastos, o que levou os nobres a se deslocarem para as

---

<sup>281</sup>RODRIGUEZ, Manuel Rivero. Una monarquía de casas reales y cortes virreinales. In: MARTÍNEZ MILLÁN, José, VISCEGLIA, M<sup>a</sup> Antonietta. *La monarquía de Felipe III: los reinos (vol. IV)*. Madrid: Fundación MAPFRE, 2008, p.31.

<sup>282</sup>LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na Aldeia e noites de inverno* (1619). Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

aldeias, onde estavam suas quintas, seus amigos ou suas heranças. Nas Noites de Inverno, metáfora que representa o fim da Idade Dourada portuguesa, o personagem principal foi agraciado pela companhia de quatro convidados que transformaram sua casa em uma verdadeira corte. Todas as noites eles se reuniam para discutir os hábitos cortesãos. O objetivo da conversa era preservar nesse ambiente provinciano os antigos costumes da corte portuguesa, à espera do retorno do Príncipe<sup>283</sup>.

Ana Paula Torres Megiani entende essa obra com uma expressão da saudade do tempo em que o rei dava sentido à corte portuguesa. Sendo assim, *Corte na Aldeia* representa uma tentativa de resgatar os costumes e hábitos da corte, e não da aldeia, o que contraria alguns historiadores, que identificaram uma valorização das tradições campestres e uma crítica às tradições urbanas direcionadas à corte, como Diogo Ramada Curto<sup>284</sup>. A historiadora brasileira acredita que estava presente também uma denúncia ao pouco interesse que o monarca demonstrava pelos portugueses<sup>285</sup>.

Esse questionamento ao desamparo real pode ser observado em outro livro do autor, *La Jornada de la Magestad Catholica del Rey Dom Felipe III*. Também publicado em 1619, fez parte de um conjunto de escritos produzidos na ocasião das festas e cerimônias que marcaram a rápida visita de Filipe III a Portugal. No quarto romance, “Del desseo que tenian los Portugueses de que su Magestad viesse a Lisboa”, Francisco Rodrigues Lobo escreve os seguintes versos:

Agraviado, ye descontento  
Se quexava há muchos años  
De la ausência de sua Rey  
El buen Reyno Lusitano. (...)  
Desseavan todos verle,  
Y que del fuessem mirados,  
Que el bien sin ser conocido  
No puede ser bien amado.  
Queriam que su preferencia  
Premiasse a los hijos dalgo  
La gran lealtad de sus pechos,  
Y el gran valor de sus braços<sup>286</sup>.

Não estaria presente nos textos que foram citados uma crítica à hegemonia espanhola, de acordo com Ana Paula Torres Megiani. A historiografia portuguesa teria feito uma interpretação errada ao apontá-los como uma forma de resistência e insatisfação dos grupos letrados lusos, ou como uma manifestação de um incipiente nacionalismo. Também seria errado compreendê-los no outro extremo, como se fossem partidários da monarquia filipina, como aconteceu por vezes com *La Jornada*, por celebrar a visita de Filipe III e ter sido escrita em castelhano<sup>287</sup>.

No que se refere ao processo de formação das cortes de aldeia, Francisco Rodrigues Lobo explica que Lisboa deixou de oferecer atrativos para fidalgos e cortesãos permanecerem na cidade após o fim da Corte dos Sereníssimos Reis. A história de *Corte na Aldeia* se passa em Vila Viçosa, onde seu principal personagem morou desde que deixou a corte régia. O enredo está profundamente relacionado à biografia do autor, que esteve vinculado a essas cortes

---

<sup>283</sup>*ibidem*. p.5-7.

<sup>284</sup> CURTO, Diogo Ramada. A cultura política - a formação dos agentes. In: MATTOSO, J. *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993, p.113.

<sup>285</sup>MEGIANI, Ana Paula Torres. *op.cit.* p. 67-68.

<sup>286</sup>LOBO, Francisco Rodrigues. *La Jornada de la Magestad Catholica del Rey Dom Felipe III (1619)*. In: *Obras Políticas, Moraes, e Metricas*. 1723, p. 655.

<sup>287</sup>MEGIANI, Ana Paula Torres. *op. cit.*

provinciais, dentre as quais, a Casa de Bragança. Seu livro é dedicado a um dos membros dessa família, D. Duarte.

Esse deslocamento da nobreza portuguesa para as cortes provinciais é comparado por Eduardo de Oliveira França à ruralização dos tempos medievais. A diferença reside no fato de aquele não ter sido impulsionado por ambições econômicas e políticas. O historiador não considera esse refluxo da aristocracia um fenômeno fundamentalmente social, seria antes um derivativo mental. A “fuga” para a aldeia foi motivada por sentimentos de derrota e despeito, que teriam marcado a mentalidade portuguesa da época e seriam superados após a Restauração. Esse estudo, desenvolvido na década de 1950, mostrou-se influenciado por uma historiografia nacionalista e romântica, que subestimou a União Ibérica por entender que representava a perda da soberania para um rei estrangeiro<sup>288</sup>.

Representante da nova geração, Mafalda Soares da Cunha possui uma perspectiva distinta a de Eduardo Oliveira França, que atribui dimensões políticas à atitude de dispersão da nobreza. O deslocamento de Bragança para Vila Viçosa foi motivado pelo clima de competição que se generalizava na corte. Essa casa aristocrática buscou, com o afastamento, demarcar seus espaços de poder e suas próprias formas de representação, como maneira de demonstrar a distinção da sua linhagem<sup>289</sup>. Uma política de cortesias e de mecenatos culturais foi adotada nesse sentido. A imagem da Casa de Bragança como defensora das instituições e símbolos da nação, difundida nos livros e pinturas que patrocinaram, foi utilizada posteriormente para consolidar e justificar a legitimidade política da Restauração.

De acordo com Pedro Cardim, a monarquia hispânica cumpriu as determinações de Tomar no que tange à permanência da casa real. Manteve-se em Lisboa um espaço muito semelhante a uma residência real, ocupada por vice-reis e governadores, com uma capela, um sistema de moradias e a prática de remunerar serviços. No entanto, sem o monarca para mediar as disputas entre os grupos nobiliárquicos e controlar a estrutura hierárquica, a partir do favorecimento e do prestígio do indivíduo, Lisboa perdeu a sua vivência cortesã. Foi necessário que a Casa de Bragança, após o advento da Restauração, redefinisse a estrutura doméstica da casa real para reavivar os tempos áureos da corte e para conferir estabilidade a essa dinastia<sup>290</sup>.

Outros nobres escolheram como destino a distante Madrid, onde estariam mais próximos do rei. Porém enfrentaram dificuldades para se adaptar e se integrar à dinâmica dessa concorrida corte. Paradoxalmente, Madrid personificava a ausência do rei para os vassallos dos diferentes domínios da monarquia compósita, inclusive, para os castelhanos. Fernando Bouza Álvarez propôs entender o trânsito e as estratégias das elites na conjuntura de monarca ausente através da trajetória de D. Duarte. Em seu entendimento, ausência real teria sido positiva para esses nobres, pois permitiu que se estabelecessem em uma corte nomeada. De maneira semelhante, os nobres das cortes de aldeia teriam sido beneficiados pelo fortalecimento do poder local nesse período<sup>291</sup>.

António Manuel Hespanha analisou a atuação das Assembleias de Estados, ou Cortes, ao longo dos seiscentos. Essas assembleias eram eventos propriamente políticos que permitiam a participação da sociedade portuguesa. Não eram tratadas matérias de cunho pessoal ou de justiça. Suas atribuições eram voltadas ao bem comum e à remediação da república. Essas atribuições e as repercussões da ausência real foram um dos aspectos que analisou. Utilizando a alegoria do corpo místico da república, o historiador português demonstrou que a presença de todos os setores que compunham a sociedade conferia sentido ao evento. Quando Portugal foi

---

<sup>288</sup>FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>289</sup>CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p.24-36.

<sup>290</sup>CARDIM, Pedro. *Cortes e Cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998.

<sup>291</sup>BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura e Representações*. Lisboa: Editora Cosmos, 2000, p. 206-256.

privado da presença do rei, essas assembleias perderam sua razão de existência. Além disso, a convocação demonstrou ser um processo moroso, devido às dificuldades e aos gastos em se reunir todos os agentes lusos dispersos nas “cortes de aldeia” ou na corte madrilena e o rei, pouco afeito a viagens. E pouco atrativo, pois eram comuns os embates e a resistência das cortes em autorizar novos tributos, por exemplo<sup>292</sup>.

Esses obstáculos foram responsáveis pela instituição de novas formas de representação política, como os conselhos e tribunais. O modelo participativo e atomista, em que cada agente representava os próprios interesses, foi substituído pelo modelo representativo e burocrático, em que poucos representavam os interesses do reino. O corpo político deixou de ser formado por dezenas de conselhos para se tornar um sistema hierarquizado composto de uma cabeça e um número restrito de membros<sup>293</sup>.

Em meio a essas mudanças, António Manuel Hespanha diz que Lisboa passou a assumir função de intermediária nas relações entre a coroa e os poderes periféricos, além de ser uma privilegiada interlocutora real<sup>294</sup>. A ausência real teria contribuído para que a Câmara de Lisboa adquirisse prestígio junto ao reino e para que a cidade passasse a exercer plenamente a função de capital.

As descrições urbanas que foram produzidas no período da União Ibérica também foram importantes para o processo de capitalização de Lisboa. Quando Luís Mendes Vasconcelos, Frei Nicolau de Oliveira, António de Macedo e outros autores proclamaram as excelências da cidade na expectativa de convencer os monarcas hispânicos a transferirem sua corte, reforçaram a imagem de Lisboa como a “cabeça” do reino, autoridade superior. Isso será melhor abordado no tópico seguinte, dedicado à discussão do papel e da condição das cidades ibéricas como capitais.

Joaquim Romero Magalhães disse que a atitude desses escritos, de exaltar a cidade de algum modo, compensou o vazio deixado por um monarca distante no imaginário popular. De fato, como foi mostrado acima, a ausência real implicou em consequências negativas para a cidade. Entretanto, Lisboa passou a ser reconhecida como capital quando seu rei não residia mais na cidade e não era mais visto com frequência<sup>295</sup>. Essa contradição faz com que o processo de capitalização de Lisboa seja considerado uma excepcionalidade ou possa ser utilizado para questionar a relação que a historiografia construiu entre rei e capital.

Por um breve período, pouco tempo depois de Lisboa ter sido abandonada em benefício de Madrid, esta vila acabou vivenciando a mesma experiência, quando Filipe III mudou-se para Valladolid, entre 1601 e 1606. Um conjunto de escritos também foi produzido nessa ocasião, se queixando da perda de visibilidade e da assistência real. Bouza Álvarez diz que houve uma dupla resposta à situação de abandono: em primeiro lugar, pediam o retorno de ao menos um membro da família real e que se estabelecesse permanentemente na cidade; depois, proclamavam incessantemente as excelências da cidade<sup>296</sup>.

No caso de Lisboa, as descrições urbanas que foram analisadas ratificavam o papel e a condição de Lisboa como “cabeça” do reino português e do mundo, o que estaria relacionado à sua aptidão para as atividades comerciais e portuárias. As descrições urbanas dedicadas a Madrid utilizavam o “coração” (e algumas vezes a “cabeça”) para representar seu papel e sua condição no Império Hispânico, que, por sua vez, estaria relacionada com sua localização geográfica no centro da Península Ibérica.

---

<sup>292</sup>HESPANHA, António Manuel. As cortes e o reino. Da união à restauração. *Cuadernos de História Moderna*. Madrid: Edit. Univer. Complutense, n°11, 1991, p.21-56

<sup>293</sup>HESPANHA, António Manuel. O governo dos Áustria e a “Modernização” da constituição política portuguesa. *Penélope. Fazer e Desfazer História*. n°2, FEV.1989, p.49-73.

<sup>294</sup>*idem*.

<sup>295</sup>MAGALHÃES, Joaquim Romero.*op.cit.* p.54.

<sup>296</sup>BOUZA ÁLVAREZ, Fernando.*op.cit.*. p. 162.

Quando Madrid foi abandonada a favor de Valladolid, como antes tinha sido Toledo em 1651, sua população diminuiu significativamente, como consequência, empresas e negócios que se estabeleceram na vila em razão da presença real acabaram falindo. Foi um verdadeiro desastre econômico. Em um dos seus discursos, Doutor Pérez de Herrera denunciou a situação de desordem no abastecimento e de falta de muitos produtos necessários à sobrevivência. Também, o aumento dos preços, em até quatro vezes mais, o que dificultava ainda mais o acesso da população a mantimentos. O médico estava preocupado com os danos que essa carência de alimentos poderia causar na saúde dos mais pobres. Esse testemunho foi produzido pouco tempo depois da transferência, o que demonstra que as dificuldades socioeconômicas já se faziam sentir nas primeiras semanas<sup>297</sup>.

O livro *El buen repúblico* (1611), de Augustin Rojas Villandrando, oferece um testemunho expressivo e melancólico de Madrid após o desvanecimento da sua vida cortesã. Como assinalado por Bouza Álvarez, em muitos aspectos sua retórica de esperança e de desamparo se assemelham aos escritos que foram produzidos em Portugal<sup>298</sup>, destacadamente, os de Francisco Rodrigues Lobo. Rojas Villandrando destinou algumas páginas do livro para contar a viagem que fez à sua cidade natal.

O autor espanhol ficou surpreendido com o cenário de tristeza, saudade, miséria e desventura que Madrid se encontrava após a mudança da corte. O Alcázar havia se tornado um edifício silencioso e que trazia consigo marcas da saudade, “como las rosas q cõ el rigor del yelo ò erizado invierna estã mustias, y marchitas hasta q el Sol hermoso de la corte q es la gallarda, y alegre primavera, y resuscita”<sup>299</sup>. Como em Francisco Rodrigues Lobo, o Príncipe aparece relacionado à imagem de Sol, e sua presença representaria a primavera para a cidade, em contraposição, ao inverno, que seria a corte sem rei.

O traslado da Corte de Madrid para Valladolid, em 1601, pode ser considerado uma das decisões mais importantes adotadas no reinado de Filipe III. Muitos fatores teriam influenciado essa decisão, que acabou sendo por um breve período, dentre os quais: a cidade de Valladolid teria oferecido um donativo para que o monarca a beneficiasse como corte (o que depois também foi oferecido por Madrid no regresso); os interesses pessoais de D. de Lerma, que possuía terrenos e prédios na região de Valladolid, que foram valorizados com o crescimento socioeconômico proporcionado pela presença da corte<sup>300</sup>; e o desejo de reformular a corte e a casa real, oferecendo-lhe protocolos, etiquetas e características que fossem próprias do reinado de Filipe III.

Rafael Valladares diz que estudos mais recentes demonstraram que para Filipe III era mais importante abandonar Madrid que escolher Valladolid como capital. A imagem de Madrid estava cada vez mais associada à corrupção e ociosidade, não possuía a moral e as virtudes esperadas para a corte do “Rei Católico”<sup>301</sup>. Esses problemas foram abordados pelo doutor Pérez de Herrera em seus discursos. Ele propôs que fossem feitas intervenções na cidade para impedir a entrada de delinquentes, desocupados e doentes, e que fosse edificada uma catedral. Essas propostas tinham como objetivo reparar os problemas morais que vinham sendo enfrentados por Madrid, e que eram utilizados como argumento favorável para que a corte fosse transferida.

---

<sup>297</sup>PÉREZ DE HERRERA, Cristóbal. *A la catolica real magestad del Rey don Felipe III (...) cerca de la forma y traça, como (...) podrian remediarse algunos peccados, excessos, y desordenes (...) de q̃ esta villa de Madrid al presente tiene falta (...) en caso de que su Magestad fuesse seruido, de no hazer mudança con su Corte á la ciudad de Valladolid*. 1601, p. 8.

<sup>298</sup>BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *op.cit.*, p. 163.

<sup>299</sup>ROJAS VILLANDRANDO, Agustín de. *El buen republico*. Salamanca, 1611, p.37.

<sup>300</sup>ALVAR EZQUERRA, Alfredo. *op.cit.* p. 72.

<sup>301</sup>VALLADARES, Rafael. *op.cit.*.p.42.

Independentemente de quais fatores teriam influenciado mais a decisão do monarca, a conversão de Valladolid à sede da corte e do governo não foi capaz de produzir a dinamização socioeconômica e a reformulação cortesã esperada pela monarquia. Isso se tornou possível somente após o regresso para Madrid, quando esta assumiu definitivamente seu protagonismo como capital.

A proclamação das excelências e as lamentações das consequências negativas que a mudança provocou, que estavam presentes nas descrições urbanas de Afonso Pérez de Herrera e Francisco Pereda e no livro de Agustín de Rojas Villandrando, fizeram parte daquilo que ficou conhecido como “guerra da capitalidade”. Em um primeiro momento, buscaram dissuadir a transferência da corte e depois, convencer o monarca sobre o seu retorno<sup>302</sup>.

Os diversos escritos com essa temática que foram direcionados a Filipe III contaram com o incentivo da própria vila de Madrid para serem impressos. Esses escritos desenvolveram uma teoria sobre a corte ideal, que deveria estar posicionada no centro do território, aproveitando-se das características geográficas que Madrid possuía. Foram utilizados pela vila para convencer o monarca sobre a importância política da capital estar localizada no meio da Península Ibérica, e para pressionar o seu retorno, o que foi considerado um dos motivos para a decisão de regressar a Madrid. Além disso, contribuíram para que os contemporâneos reconhecessem seu papel e sua condição como capital na monarquia hispânica.

Enquanto Lisboa foi se transformando em capital conforme o empreendimento marítimo foi se desenvolvendo e a cidade foi se estabelecendo como centro econômico da monarquia portuguesa, o que a fez acumular cada vez mais atribuições políticas, Madrid foi convertida em corte e capital por Filipe II, e essa decisão política foi reafirmada por seu herdeiro. Reservadas essas diferenças, foi possível observar que em ambas o período em que o rei se manteve ausente foi fundamental para que se tornasse capital, apesar de ter representado consequências negativas para a cidade. Além disso, a definição de uma capital não depende apenas da escolha do monarca, mas também do conhecimento por parte dos contemporâneos de que a cidade é digna de ocupar a posição, o que demonstra a pertinência de mais pesquisas que tenham como objeto de estudo esse tipo específico de cidade, que se dediquem àquelas que foram abandonadas e que reavaliem a relação que foi construída pela historiografia entre rei e capital.

#### **4.4- Sobre o papel e a condição da capital**

A palavra capital apresenta diferentes significados no *Diccionario de autoridades*. Publicado entre 1726 e 1739 pela Real Academia Espanhola, foi responsável por colocar a língua espanhola à frente da lexicografia europeia durante alguns anos na época moderna<sup>303</sup>. A palavra capital aparece nesse dicionário como substantivo para significar "la Ciudad que es cabeza de alguna Provincia, Réino, o Estado e Señorío". Em outro momento, está associada diretamente a cabeça: capital é o que "toca a la cabeza o es próprio y util para ella". Por sua vez, a palavra cabeza é definida como "la parte superior y principal del cuerpo", podendo também designar alguém de relevância social e política, como "el Rey, los Grandes personajes, los que presiden em Consejos, juntas e otras funciones", ou uma cidade importante que "tiene debaxo de su jurisdicción otros inferiores, sean Villas o Lugares, y assimismo território dilatado"<sup>304</sup>. Define-se capital, portanto, como a principal cidade do reino, que possui sob sua jurisdição outros centros urbanos menores.

---

<sup>302</sup>BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *op.cit.*. p. 163.

<sup>303</sup>ÁLVAREZ DE MIRANDA, Pedro. *Hacia una historia de los diccionarios españoles en la edad moderna*. In: *Bulletin Hispanique*, tome 97, n°1, 1995, p. 198.

<sup>304</sup>*Diccionario de autoridades*, Real Academia Española, Tomos I-VI, 1.ª edición, publicada 1726-1739. Edición facsímil, Editorial Gredos, 1963.

A palavra corte foi também pesquisada no *Diccionario de autoridades*, trata-se de "la Ciudad o Villa donde reside de asiento el Rey o Príncipe soberano, y tiene sus Cosejos y Tribunales, su Casa e familia Real". Nomeia ainda "el conjunto o cuerpo de todos los Consejos, Tribunales superiores, Ministros, criados y oficiales de la Casa Real, y otras personas que asisten y sirven a las Personas Reales, cuya cabeza es el Rey o Príncipe soberano"<sup>305</sup>. Embora o dicionário não relacione as palavras corte e capital, é possível inferir que a capital, ao ser escolhida como principal cidade do reino, torna-se local de residência do monarca e das pessoas e instituições que o assessoram e prestam serviços, que constituem a corte propriamente dita.

No *Vocabulário Portuguez, e Latino* de D. Raphael Bluteau, considerada primeira obra lexicográfica da língua portuguesa, tendo sido publicada entre 1712 e 1728, a palavra capital não é utilizada para qualificar um tipo de específico de cidade. A definição mais próxima do dicionário da Real Academia Espanhola encontrada foi: "Principal. O que he como cabeça, principio, & fonte, donde todas as cousas se originaõ, ou que em outras cousas se encerraõ". Nota-se que novamente a palavra cabeça foi utilizada para caracterizar capital. Cabeça pode ser "Primeyro no numero, ou na dignidade", como exemplo, o termo "Cabeça do Reino" é utilizado para se referir à principal cidade do reino, em latim "Caput Regni". Além disso, os verbetes de ambas as palavras fazem uso dos termos principal ou primeiro em suas explicações. Esse dicionário quando foi reformulado e acrescentado pelo brasileiro Antônio de Moraes de Silva passou a definir capital como "a Cidade principal de d'algum Reino, ou Estado". No que tange à palavra corte, D. Raphael Bluteau descreve como "O lugar onde resyde o Rey, assistido dos Officiaes, e Ministros da casa Real". A partir do "Vocabulário de Bluteau", pode-se complementar o conceito de capital. A cidade passa a ser considerada a primeira do reino e residência da corte precisa ter dignidade para exercer e ser respeitada nessa função<sup>306</sup>.

O exercício de esclarecer os conceitos de capital e corte foi feito antes por Walter Rossa através de uma análise etimológica. Apesar de serem entidades vinculadas, o significado dos dois termos não são coincidentes, como foi possível perceber acima. Corte deriva do étimo latino *cohort*. Do ponto de vista espacial, sua matriz linguística tem um significado semelhante a "recinto". O termo pode ser utilizado na língua portuguesa para designar desde o recinto onde se reúne o gado até o recinto onde reside o monarca, conhecido como corte régia. No entanto, por esta se manter por muito tempo itinerante, tão logo a semântica da palavra deixou de dizer respeito estritamente ao espaço, para contemplar o grupo de pessoas que assistiam ao rei e conferiam identidade à corte<sup>307</sup>.

O étimo latino de capital é *caput* ou *caputis*. Os romanos utilizavam essas palavras para nomear a extremidade do corpo, assim como a penalidade considerada máxima. O termo pode ser também associado a *capitulum*, que se refere à reunião de um corpus colegial. O Capitólio em Roma estava localizado na porção mais elevada de uma colina, que seria o local de reunião da tríade Júpiter, Juno e Minerva. Sob o aspecto topográfico, pode ser relacionado à ideia de cabeça. Isso explica a mistura etimológica que os autores seiscentistas fizeram com as palavras capitólio e capital, como o objetivo de legitimar seus usos<sup>308</sup>.

Foram os franceses aqueles que mais exploraram a origem e os diferentes significados do conceito de capital. Por essa razão, Walter Rossa discute o caso francês. O conceito já era referenciado ali no século XIII. Tratava-se de um adjetivo cujo significado era baseado na forma como os romanos utilizavam. Após o final do século XVI, torna-se mais alargada sua definição, caracterizando coisas essenciais ou de grande importância. E foi no início do século seguinte que passou a ser aplicado à cidade. O substantivo "la capitale" designou os núcleos urbanos

---

<sup>305</sup> *Idem.*

<sup>306</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

<sup>307</sup> ROSSA, Walter. *op.cit.* p. 149-150.

<sup>308</sup> *ibidem.* p.152.

que, em determinado âmbito territorial, possuíam posição de destaque. Durante o reinado de Carlos VI (1368-1422), o monarca fez referências oficiais de Paris como capital, muito embora a corte francesa tenha se mantido itinerante até o término do século XVI. Assim, Walter Rossa refuta os pesquisadores que negaram que o conceito de capitalexistisse antes do Seiscentos, tendo como argumento o aspecto transeunte da corte régia<sup>309</sup>.

Walter Rossa também critica a abordagem proposta por Giulio Carlo Argan, que fixa o conceito de capital no século XVII, que estaria relacionado a um programa urbanístico e arquitetônico específico, marcado pela monumentalidade e pela magnificência. A capital seria uma forma urbana tipicamente barroca e uma representação monumental da ideologia do poder, se for considerar também a perspectiva de Lewis Mumford. Ele argumenta que, embora fosse indubitavelmente um lugar de poder, a capital não era necessariamente um lugar do poder. Ou seja, o espaço físico pode servir continuamente e ser instrumento de poder, mas o poder em si não emana do espaço físico. As cidades-capitais e o conceito existiam antes de ser desenvolvido um patamar estético-humanístico<sup>310</sup>.

Essa forma de pensar vai de encontro com os estudos desenvolvidos por Walter Rossa, que demonstraram a capitalidade coimbrã como a primeira de Portugal. E pode ser utilizada para entender a capitalidade lisboeta. Com exceção de D. Manuel, o rei e sua corte permaneceram por pouco tempo em Lisboa, até mesmo no reinado de D. João III, quando se tornou centro de um vasto império. Se fosse considerar as abordagens anteriores, Lisboa poderia ser considerada capital apenas após a Restauração, quando os reis permaneceram por mais tempo no seu território.

No entanto, como foi possível observar na análise das descrições, não existe dúvidas que Lisboa era a capital portuguesa e a *caput mundi* desde as expansões marítimas. Damião de Góis diz que duas cidades poderiam ser chamadas de senhoras e rainhas do Oceano na época, por ser serem responsáveis pela organização e domínio de toda a navegação. Uma delas era Lisboa, “que reivindica para si o domínio sobre aquela parte do Oceano que, desde a embocadura do Tejo, envolve num imenso circuito marítimo a África e a Ásia”<sup>311</sup>. E João Brandão, após apresentar uma série de dados quantitativos sobre a cidade, conclui:

E posso certificar a V. Alteza que nem com as quatrocentas ruas, nem com tudo mais que neste livro escrevi, se compreendem as grandezas que a cidade tem, as muitas nobrezas que nela se acham. Nem me parece que pode ter diligência humana que baste a especificar quanto excede todas as cidades do mundo, quando em algumas em algumas coisas a iguallassem, porque ela na monarquia do mar oceano e suas ilhas, na bondade do sítio, e na abundância da variedade de mercadorias que a ela acodem, não tem par<sup>312</sup>.

Mesmo no contexto de União Ibérica, quando os Filipes fizeram duas pontuais visitas à cidade, as descrições urbanas mostram que seu papel e sua condição de capital não teria se alterado.

Luís Mendes Vasconcelos defendeu a aptidão de Lisboa como capital do império hispânico, através da abordagem organológica: “do qual a Espanha he a cabeça, e nella está Lisboa, no lugar dos olhos, mostrando que ella deve ser guia, e luz das mais partes d’ Europa; pois não só na colocação tem o lugar dos olhos, mas também no effeito que se lhe deve a mesma semelhança”. Lisboa seria os olhos, devido à sua privilegiada posição geográfica “por onde recebem as nações pela notícia de muitas cousas que neste grandíssimo mar ate nossos tempos,

---

<sup>309</sup>*ibidem*. p.153.

<sup>310</sup>*ibidem*. p.151-152.

<sup>311</sup>GÓIS, Damião de. *op.cit.* p.25.

<sup>312</sup>BRANDÃO, João. *Grandezas e Abastança de Lisboa em 1552*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. (1552), p.225.

estiveram escondidas, e assim por ela entrou a notícia, e conhecimento de muitos portos, ilhas, promôtorios, reynos, províncias, e nações, de que se não saiba”<sup>313</sup>.

É possível perceber que o autor considerou que a Espanha seria a cabeça, uma vez que lhe foi dada a função de governar, enquanto Lisboa seria os olhos, o farol que guiaria a Espanha e outros reinos europeus. A escolha por representar Lisboa dessa forma se justifica pelo fato de estar estrategicamente localizada na foz do rio Tejo, que nasce na Espanha e desagua no oceano Atlântico, por onde recebe notícias de todo o mundo. Em um império global como o hispânico, que incorporou cada vez mais domínios, contínuos e descontínuos, seria fascinante possuir uma capital com semelhantes características geográficas.

As descrições urbanas produzidas na União Ibérica também utilizaram a “cabeça” para representar o papel e a condição de Lisboa como capital, inclusive, a descrição de Luís Mendes Vasconcelos. Essa atribuição aparece novamente associada à localização geográfica da cidade. António de Sousa de Macedo afirma que, dentre todas as excelências que um reino pode ter, a principal seria estar situado na região litorânea. Isso porque somente o reino que possui senhoria no mar pode conseguir o império da terra. Considerando a localização de Lisboa e a qualidade do seu porto, diz que “Si yó fuera Rey de Lisboa, yó lo fuera em breve tiempo del mundo todo”<sup>314</sup>. Como dito anteriormente, os autores portugueses compartilham da convicção de que Lisboa seria a *caput orbis terrarum*.

A privilegiada localização geográfica era a qualidade que permitia Lisboa ser reconhecida como capital do reino português e como forte candidata a encabeçar o império hispânico. Lisboa estava posicionada na transição entre o Tejo e o oceano Atlântico, o que lhe permitia ter acesso tanto ao interior da Península Ibérica como ao oceano Atlântico. Essa característica contribuiu para o desenvolvimento das atividades portuárias e comerciais da cidade, que foram responsáveis pelo crescimento populacional, alargamento da área urbana e modificação da paisagem periférica, por transformações no seu espaço público e ritual.

Ao contrário de Lisboa, não havia uma tradição histórica que justificasse o fato de Madrid ser eleita capital. Partiu de uma decisão política, um ato discricionário de Filipe II. Os conselhos não foram consultados, as Cortes não foram convocadas para debaterem e não houve maiores explicações por parte do monarca, de acordo com María José del Río Barredo, o que excita nos historiadores até os dias de hoje curiosidade, considerando que a monarquia hispânica tratava de todos os temas por escrito, inclusive os mais triviais. Esperava-se que um assunto de máxima grandeza como a definição de uma capital fosse melhor abordado nos documentos. Houve apenas um apontamento em que o monarca comunicou a chegada das autoridades na vila. Essa atitude suscitou muitos debates a respeito da pertinência de se estabelecer a corte em Madrid, em especial, na passagem dos séculos XVI e XVII, quando houve rumores da mudança da corte para outra cidade, e quando foi concretizada a transferência para Valladolid<sup>315</sup>.

Um dos escritores mais ativos nesse debate foi Cristóbal Pérez de Herrera. Em um dos muitos discursos dirigidos à Filipe III que defende a permanência de Madrid como capital, escreve:

y q este sitio sea el mas conveniente para el lugar de donde salga el gobierno de todo el corpo, lo enseño naturaleza en el mundo grande y pequeño, danda al Sol el lugar medio en los cielos ( con quien comparala a los Principes Plutarco en el libro que escrevio de la doutrina para os Reys) y en el cuerpo al coraçion este principado e

<sup>313</sup>VASCONCELOS, Luís Mendes de. Aos Leytores. In: *Do Sítio de Lisboa, Diálogos*. Lisboa: Na Officina de Luys Estupiñan, 1608.

<sup>314</sup>MACEDO, Antonio de Sousa. *Flores de Espanã, Excelências de Portugal*. Coimbra: Na Officina de Antonio Simoes Ferreyra, Impressor da Universidade, Anno de 1737. p.4-6.

<sup>315</sup>RÍO BARREDO, M. .Introdución. In: RÍO BARREDO, M.; BURKE,P..*Madrid, urbs regia: la capital ceremonial de la Monarquía Católica*. Marcial Pons Historia, 2000, p. 6-7.

assiento (...) y outra vez repite esta obligacion d q el Rey este en medio de su pueblo, a imitacion de Dios nuestro señor, que es Rey de los Reys, y dixo por San Lucas: *Ego autem in medio vestrum sum*<sup>316</sup>.

A exemplo do Sol que ocupa o centro do universo e do coração, centro do corpo, o reino espanhol deveria ser governado a partir do centro do território, à imitação de Deus, Rei dos Reis. No entendimento de Pérez de Herrera, Madrid seria a cidade mais apropriada para a função de capital, por estar localizada no centro da Península Ibérica. Inclusive, os historiadores Jonathan Brown e John H. Elliot afirmam que essa seria a única vantagem madrilena em relação às outras cidades castelhanas que poderia ter de algum modo influenciado a decisão real<sup>317</sup>.

Francisco Pereda busca as origens de Madrid para dizer que desde a antiguidade ocupava uma posição de destaque na província Carpetana, sendo metrópole e “cabeça”. Esta função estaria associada primeiramente à característica tipográfica da vila. Madrid assentava-se em lugar forte e alto, sobre a cabeça de montes, o que a permitiu ser a terra escolhida pelas boas e fortes populações, ser mais segura e livre de perigos e de inundações tempestuosas. E estaria associada à posição geográfica da vila, como pode ser vista na passagem abaixo:

Enobleza mucho el suelo, q por ser como es el punto e centro de España, abraça e encierra em si todas las grandezas e riquezas que la provincia tiene, q son muchas, admirables y muy grãdes, segun el parecer de los Escritores naturales, assi como Cosmografos, como historiadores: y podemos dezir, que todas nacen de aqui como de su centro<sup>318</sup>.

Por estar posicionada no centro do território espanhol, Madrid seria o local onde nasceriam e se reuniriam todas as grandezas e riquezas da província. Isso também foi escrito no contexto de transferência da corte régia para Valladolid, como forma de defender a superioridade madrilena como capital da monarquia espanhola, seja em razão da antiguidade ou em razão da sua topografia e sua posição geográfica.

Foi possível perceber nas descrições urbanas analisadas que a utilização do “coração” para representar o papel e a condição de Madrid como capital foi mais comum que a “cabeça”, diferente do que ocorreu nas representações de Lisboa. Outras fontes espanholas confirmam a preferência pelo termo “coração”, por exemplo, este trecho escrito por Luis Cabrero de Córdoba em 1619, na biografia dedicada a Filipe II:

El Rey Católico, juzgando incapaz la habitación de la ciudad de Toledo, ejecutando el deseo que tuvo el emperador su padre de poner su Corte em la villa de Madrid, y com esto intento hizo palacio el alcázar insigne edificio, agradable y saludable em sitio a que se sube por todas partes, determinó poner em Madrid su Real asiento y gobierno de su Monarquía, em cuyo centro está. Tenia desposicion para fundar uma gran ciudad bien provida de mantinimientos, por su comarca abundante, buenas aguas, admirable constelación, aires saludables, alegre cielo y muchas y grandes calidades naturales, que podía aumentar al tiempo y arte, así em edificios magníficos, como em recreaciones, jardines e huertas. Era razón que tan gran Monarquía tuviesse ciudad que pudiese hacer el oficio del corazón, que su principado y asiento está em medio del cuerpo para ministrar igualmente su virtud a la paz y a la guerra a todos los Estados, con el permanente asiento que tiene la corte romana y las de Francia, Inglaterra y Constantinopla<sup>319</sup>.

O cronista régio assinalou que a escolha de Madrid como real assento e governo da monarquia teria sido movida pelas qualidades do local, como ser bem abastecida em mantimentos, possuir bom clima, água e ares salubres, e oferecer opções de recreações para

<sup>316</sup>PÉREZ DE HERRERA, Cristóbal. *Al catolico y poderosissimo Rey de las Españas, y del Nueuo mundo, don Felipe III, nuestro señor que Dios prospere, y nos guarde muchos años*. 1608, p. 8.

<sup>317</sup>BROWN, Jonathan, e ELLIOTT, John H. *op.cit.* p.2.

<sup>318</sup>

<sup>319</sup>CABRERA DE CÓRBODA, Luís. *Filipe Segundo, Rey de España*. Madrid: Imprenta, Estereotipia y Galvanoplastia de Aribau C<sup>a</sup>, 1876-1877 (1619), p. 298.

corte, mas, sobretudo, por estar posicionada no centro do território. Do mesmo modo que o “coração” está posicionado no meio do corpo, em uma abordagem organológica. A partir dessa característica, seria possível governar igualmente os reinos que compunham a monarquia hispânica.

Essa representação sobre centralidade de Madrid foi influenciada pelo ideal geométrico renascentista, que foi utilizado para justificar a importância de a sede da corte estar no centro geográfico da Península Ibérica. Além disso, foi influenciada pelas metáforas políticas medievais, que representavam o rei na função de “coração”. O rei deveria estar situado no meio do reino (e não em seus extremos), de modo a oferecer sangue, calor e espírito para as demais partes do corpo. Conforme Río Barredo, Madrid foi convertida em uma expressão do projeto de centralidade política que estava sendo formulado quando adquiriu o papel e a condição de “coração” político da monarquia, que bombeava justiça de maneira equitativa para os territórios agregados<sup>320</sup>.

Os títulos de “cabeça” e “coração” da monarquia passaram a ser utilizados de maneira mais frequente para denominar Madrid quando começou a ser vista como corte definitiva, após o regresso de Valladolid. A pesquisa de doutorado defende que as descrições urbanas produzidas na ausência real contribuíram para que surgissem outros escritos que utilizassem a retórica da centralidade e, conseqüentemente, para a afirmação e para o reconhecimento dos contemporâneos do papel e da condição de Madrid como capital da monarquia. O mesmo pode ser aplicado à Lisboa, as descrições urbanas escritas na União Ibérica difundiram sua imagem como “cabeça” de Portugal e do mundo (o que também se deve a suas características geográficas), de modo a confirmar sua posição de primeira do reino.

No *Teatro de las grandezas de la Villa de Madrid*, Gil González Dávila disse que Madrid estava geometricamente posicionada "en medio de las Españas y es el centro que dista uniformemente de las partes de lo círculo, tirando líneas derechas a los puertos de los mares que ciñen aquestos Reynos". Essa qualidade teria sido oferecida pela providência divina para que se tornasse "cabeza del mas estendido Imperio que ha tenido Rey en el mundo"<sup>321</sup>. Em Madrid,

los muy poderosos Reys Carlos V. Emperador de Romanos, y El Gan Filipe II. dieran assiento a su Corte, poniendo en ella gloria de sus Coronas; la memoria de sus hombres, y fama de sus victorias; la felicidad de su gobierno, y Consejos, la potencia y autoridad de sus leyes, que domin dulcemente tantas naciones y Reynos diferentes em clima, leguas, costumbres y tratos; tantos mares, Mediterraneoos, y Oceanos, y podem limite con numerosas armadas à los enemigos publicos, que pretenden deshazer esta Monarquia dichosa<sup>322</sup>

Esses fragmentos de texto reforçam a presença de uma retórica da centralidade e seu uso político. O estabelecimento de Madrid como residência do monarca e da sua corte, centro administrativo e referência de padrões de comportamento, sociedade e cultura, contribuía para a governabilidade da monarquia hispânica. Essa monarquia era formada por uma diversidade de domínios contínuos e descontínuos, que traziam consigo suas particularidades. Não se pode deixar de mencionar que essa descrição foi escrita no contexto de União Ibérica, em que o Império Hispânico adquiriu dimensões globais. A corte de Madrid foi conhecida por todo o mundo “por ser el Imperio de su Rey soberano tan dilatado y famoso, que llega con su clemencia hasta donde llega em Sol”<sup>323</sup>.

<sup>320</sup> RÍO BARREDO, M..*Op. cit.* p. 7-8.

<sup>321</sup>GONZÁLEZ DÁVILA, Gil. *Teatro de las grandezas de la Villa de Madrid Corte de los Reyes Católicos de España al muy poderoso Señor Rey Don Felipe IV*. En Madrid: por Tomás Iunti..., 1623, p. 1.

<sup>322</sup>*ibidem.* p. 1-2.

<sup>323</sup>*ibidem.* p. 2.

Os conceitos de “capital” e de “corte”, em Gil González Dávila, aparecem mais associados ao grupo de pessoas e às instituições que assistiam ao rei que ao espaço físico, como pode ser observado neste fragmento:

en ella se assientan paces, se determinan guerras, se oyen embajadores de otros Principes y Reyes; se liegen Arçobispos, Obispos, Presidentes, Consejeros, Virrereys, Embajadores, Ministros de paz y guerra, para quem por mar y tierra los Vassalos de estas Coronas gloriosas vivan bienaventurados por la felicidad de sus Principes supremos<sup>324</sup>.

De maneira semelhante, a forma como entende as funções da corte, que seriam a decisões políticas do soberano e a nomeação dos cargos mais importantes de governo, o que explica o pequeno espaço que dedicou em seu livro à descrição urbana em comparação a das instituições cortesãs. María José del Río Barredo diz que essa compressão limitada de Madrid pode ser explicada pelo pouco interesse demonstrado por Filipe II em tornar a vila um espaço representativo de poder do soberano<sup>325</sup>.

A abordagem proposta por Giulio Carlo Argan também não pode ser utilizada para entender a capitalidade de Madrid. Primeiramente, o processo que tornou essa cidade espanhola capital teve início no século XVI, e não estava neste momento atrelada a um programa urbanístico e arquitetônico que fosse capaz de produzir um espaço de representação monumental da ideologia do poder. Além disso, o rei e a corte estabeleceram-se definitivamente em seu território somente depois de retornarem de Valladolid. E o período de ausência real foi importante no processo de capitalização.

O conjunto da monarquia hispânica era entendido pelo pensamento político da época como um corpo vivo que precisava de um coração, que seria a capital. Desta maneira, a escolha de Madrid como capital da monarquia hispânica, dentre tantas cidades importantes que disputavam a supremacia (Valladolid, Toledo e Lisboa, por exemplo), foi uma importante decisão política. Ao contrário do que foi argumentado por Río Barredo e outros historiadores, como J. H. Elliott, essa decisão não foi improvisada, foi racional. A interpretação que mais atende ao que foi discutido ao longo do capítulo foi a de Alfredo Alvar Ezquerra. Filipe II escolheu uma capital para ser centro da corte e do seu senhorio universal que estava no centro da Península Ibérica, e na Espanha, precisamente no centro de Castela<sup>326</sup>.

#### 4.5- Considerações finais

Em *La Métropolitée*, publicado em Amsterdã em 1682, Alexandre Le Maître mostra a capital como um tipo específico de cidade e as relações orgânicas que estabelece com as outras partes do Estado:

Capital cities derive their life and glory from all parts of the state and repay all provinces in like kind. What the head is to the body, the prince to his subjects, heaven to earth, a metropolitan city is to towns and townships, villages, and hamlets. The head works to preserve all other members, and all the parts of the body corporate and act in concert to sustain the head. The prince sacrifices his rest and energy to protect the honor, life, and belongings of his subjects, who are obliged if need be, to inmolate their blood for the life and glory of their prince, and who are like small veins poring their money into his treasury, which the prince then pours back into all the parts of his state... The capital receives but also gives back. It acts, and it also suffers. Without it the state would be without glory, without majesty, without pomp,

---

<sup>324</sup>*idem*.

<sup>325</sup>RÍO BARREDO, M.. *op. cit.* p. 8.

<sup>326</sup>ALVAR EZQUERRA, Alfredo. *op.cit.* p. 42.

and without magnificence, forlorn, disorderly, and filled with injustice and plunder<sup>46</sup>.

A capital não é apenas como um conglomerado de casas e pessoas. É fundamental que seja interpretada através das relações políticas que se estabelecem nesse local, que foi escolhido como residência real. O que a torna um tipo específico de cidade é a concentração do poder político, econômico, cultural e social em torno da figura simbólica do “Príncipe”. Por essa razão, o papel e a condição da capital são representados pelos contemporâneos a partir das imagens como “cabeça”, “mar”, “mãe” e “céu”, como pode ser identificado na passagem acima.

Lisboa foi representada por seus contemporâneos com a função de “cabeça”, ao passo que havia um revezamento nas representações de Madrid entre “cabeça” e “coração”. Essas imagens estavam relacionadas com as características geográficas da cidade. A primeira localizada em uma região oceânica, com acesso ao Oceano Atlântico, e a segunda no centro da Península Ibérica. A pesquisa de doutorado mostrou que essas características foram consideradas pelos contemporâneos as mais importantes para que fossem capazes de exercer o papel e a condição de capital.

Por mais que as cidades ibéricas tivessem passado por um processo de capitalização considerado atípico pela historiografia, porque o período em que o rei não esteve presente teria constituído uma etapa fundamental, reuniam as características que foram identificadas na passagem acima. Ao longo dos séculos XVI e XVII, Lisboa e Madrid assistiram a um acentuado crescimento da sua população, o que promoveu transformações no seu espaço físico e ritual. Porém, o processo que as tornou capital não pode ser explicado apenas pelo seu crescimento urbanos. Essas cidades passaram a ser centro político, econômico, cultural e social dos seus respectivos reinos. Desta maneira, foram instrumentos de poder e serviram aos propósitos políticos da monarquia.

## CONCLUSÃO

As descrições das cidades ibéricas foram favorecidas por uma conjuntura editorial duplamente favorável, o Renascimento e a dinastia de Habsburgo. No Renascimento, a leitura das reflexões urbanas produzidas pelos clássicos teria servido de inspiração para os escritos que tematizavam a cidade. Além disso, as mudanças que as monarquias fizeram no espaço urbano como forma de afirmar seu poder político precisavam de suporte ideológico, por isso, houve um estímulo a esses escritos na época. Na dinastia dos Habsburgo, houve uma ampla política de mecenato cultural, que foi importante para se criar uma imagem positiva do governo. Diante desse quadro, esse gênero textual tornou-se comum em todo continente, sendo acompanhado de discussões sobre qual cidade personificaria a plena virtude. Essas discussões foram intensas na monarquia hispânica, onde as cortes de rei ausente travaram uma verdadeira “guerra pela capitalidade” e os escritos recebiam patrocínio para serem impressos.

A “guerra pela capitalidade” não se limitou às cidades castelhanas, por mais que fosse mais provável que a capital permanecesse nessa região. Além de Filipe II ter demonstrado por meio de intervenções urbanísticas e arquitetônicas que planejava algo maior para Lisboa que ser uma simples capital de província, os escritos que foram produzidos em defesa da superioridade dessa cidade tiveram significativa repercussão na época. Esses escritos portugueses possuíam uma retórica bastante semelhante aos dedicados às cidades castelhanas. Em suma, proclamavam as excelências da cidade, na expectativa de que ao menos um membro da família real a escolhesse como residência, e lamentavam as consequências do desamparo real para seus habitantes. Pode-se dizer ainda que muitos leitores se interessaram em ler as descrições urbanas de Lisboa, inclusive, os monarcas espanhóis, que possuíam exemplares em sua biblioteca particular. Também serviram de inspiração para outros autores. Esses argumentos demonstram que Lisboa teria participado dessa guerra de papéis pela capitalidade, mesmo que de forma tímida.

Em razão do caráter apologético das descrições urbanas, não foi possível conhecer de maneira mais aprofundada o cotidiano dos habitantes através dessas fontes. A atitude de mascarar os problemas sociais e as imperfeições estruturais da cidade, bem como de destacar suas qualidades, principalmente. No que se refere à salubridade, ao abastecimento e à segurança, tinha como objetivo conter os pânicos coletivos. Essa prática foi politicamente importante na época moderna, sendo utilizada a serviço da razão de Estado e do bem-estar da sociedade. Porém, não oferecia informações precisas sobre a realidade social das cidades ibéricas. Foi necessário que a pesquisa de doutorado recorresse a outras fontes para conseguir realizar essa tarefa.

As descrições urbanas também foram importantes para a formação de uma identidade urbana ainda incipiente. Ao proclamarem as excelências das cidades ibéricas, esses escritos organizaram e definiram seus elementos geográficos, históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais. Isso permitiu que seus habitantes se identificassem como membros de uma mesma comunidade, bem como fossem reconhecidos por outras cidades através dessas características.

Os processos que tornaram Lisboa e Madrid capitais foram em muitos aspectos distintos. Desde a formação do reino português, Lisboa foi decisiva em diversos momentos de sua história, estabelecendo laços estreitos com o rei e a monarquia. Somada a essa tradição histórica, a forma como se relacionava com o restante do reino, suas características geográficas e econômicas fizeram com que fosse reconhecida pouco a pouco como “cabeça” do reino. Destaca-se a importância dos “descobrimientos” nesse processo, conforme as atividades portuárias e comerciais foram desenvolvendo, a cidade passou a acumular mais atribuições política. Desta maneira, o processo de capitalização de Lisboa não esteve diretamente

relacionado à presença do monarca e da corte em seu território, que veio a se tornar permanente somente após a Restauração.

Por sua vez, o que foi responsável por converter a vila de Madrid em sede da corte régia e capital da monarquia hispânica foi a decisão política de Filipe II. Houve uma imprecisão em relação aos motivos que a teriam influenciado, uma vez que o assunto não foi debatido pelo monarca nos conselhos, nas Cortes ou em documentos. Entretanto, não se pode esvaziar o sentido político dessa decisão, considerando que foi improvisada ou ao acaso. Parece razoável supor que a localização geográfica de Madrid no centro da Península Ibérica, e de Castela, foi importante para a decisão real, bem como para o reconhecimento dos súditos do papel e da condição de Madrid como “coração” da monarquia. Essa característica foi valorizada nos escritos que teorizavam sobre a corte ideal, que se tornaram comuns no período em que a cidade foi abandonada em benefício de Valladolid. Filipe II ratificou essa decisão política, ao regressar para Madrid pouco tempo depois, e se estabelecer de maneira permanente na cidade.

Resguardadas as particularidades de cada processo, foi possível observar em ambos que houve um período em que o monarca esteve ausente na cidade. Isso implicou em diversas consequências negativas para os habitantes, porém teria representado uma etapa importante para que fossem reconhecidas como capitais. Durante a União Ibérica, foram introduzidas novas formas de representação política que tornaram Lisboa interlocutora real e mediadora nas relações entre os poderes central e periféricos. Suas atividades comerciais e portuárias atingiram uma escala planetária, o que fez crescer ainda mais seu prestígio e influência no reino. O caráter apologético das descrições urbanas foi importante nesse sentido. Pode-se dizer que a superioridade de Lisboa em relação às outras cidades do reino se tornou mais evidente no período de ausência real.

A capitalidade de Madrid foi debatida por muito tempo, não somente pelos espanhóis, mas pelos outros reinos que compunham a monarquia hispânica, por causa dessa imprecisão com relação aos motivos que levaram Filipe II a escolhê-la como capital. Na ocasião da transferência da corte para Valladolid, as descrições urbanas e outros escritos dedicados a Madrid utilizaram a retórica da centralidade para defender que a cidade era a mais digna de ser capital. Esses impressos foram importantes para a afirmação e para o reconhecimento dos contemporâneos de seu papel e sua condição como capital, e para pressionar o regresso de Filipe III. Foi neste momento que Madrid se tornou definitivamente residência real, centro político-administrativo e referência na transmissão de comportamento, sociedade e cultura.

Não foi possível aplicar aos casos de Lisboa e de Madrid as abordagens que limitam a capitalidade ao século XVI, à presença permanente da corte e do monarca, e a um projeto urbanístico e arquitetônico de influência barroca, o que demonstra a pertinência de repensar o conceito de capital. Para essa tarefa, o estudo dos processos de transferências das capitais e das cidades que foram abandonadas pode ser auspicioso.

## FONTES

### Dicionários históricos

*Diccionario de autoridades*, Real Academia Española, Tomos I-VI, 1.<sup>a</sup> edición, publicada 1726-1739. Edición facsímil, Editorial Gredos, 1963.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728.

*Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha. Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves*, Lisboa, Imprensa Nacional, 5 vol., 1858-1923.

### Fontes iconográficas

BRAUN, Georg. *Ulysipo*, 1572.

BRAUN, Georg; HOGERBERG, Franz. *Urbium praecipuarum mundi theatrum quintum*, 1598.

BRY, Theodor. *Les Grands Voyages*, 1552, Serviço Histórico da Defesa/ Departamento da Marinha, Paris.

TEXEIRA, Pedro de. *Topografia de la Villa de Madrid*, 1656, Madrid.

VAN DER WYNGAERD, Anton. *Vista de Madrid*, 1562, Biblioteca Nacional de Viena.

### Fontes impressas

ALBERTI, Leon Battista. *Da arte de reconstruir: tratado de arquitetura e urbanismo*. Sérgio Romanelli (trad. e org.). São Paulo: Hedra, 2012.

ARISTÓTELES. *Política*. Mário da Gama Kury (trad.). Brasília: Editora Universidade de Brasília - UNB, 3<sup>a</sup> ed., 1997.

BRANDÃO, João. *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. (1552).

BOTERO, Giovanni. *Delle cause della grandezza e magnificienza delle città*. Roma: Biblioteca Italiana, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecaitaliana.it>> . Data de acesso em 15 de Julho de 2018.

CABRERA DE CÓRBODA, Luís. *Filipe Segundo, Rey de España*. Madrid: Imprenta, Estereotipia y Galvanoplastia de Aribauy C<sup>a</sup>, 1876-1877 (1619).

CABRERA DE CÓRBODA, Luís. *Relaciones de las cosas sucedidas em la corte de España desde 1599 hasta 1614*. Madrid: Imprenta de J. Martín Alegría, 1857.

FARIA, Manuel Severim de. *Notícias de Portugal*. Lisboa: Na officinaCrasbeeckiana, 1655.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de. *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*. Câmara Municipal de Lisboa, tomo IV, 1882.

GUERREIRO, Afonso. *Relação das festas que se fizeram na cidade de Lisboa na entrada del Rey D.Philippe primeiro de Portugal*. Lisboa, 1581.

GÓIS, Damião de. *Descrição da Cidade de Lisboa* (1554). ALVES, José da Felicidade trad. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

GONZÁLEZ DÁVILA, Gil. *Teatro de las grandezas de la Villa de Madrid Corte de los Reyes Católicos de España al muy poderoso Señor Rey Don Felipe IV*. En Madrid: por Tomás Iunti..., 1623.

HOLANDA, Francisco de. *Da fabrica que falece a cidade de Lisboa* (1571). Madrid: Vergilio Correa, 1929.

LAVANHA, João Baptista, *Viage de la Catholica Real Magestad del Rei D. Felipe III N. S. al reino de Portugal*, 1622.

PEREDA, Francisco de. *Historia de la santa y devotissima imagen de nuestra señora de Atocha, patrona de Madrid (...)*. Valladolid, 1604.

PÉREZ DE HERRERA, Cristóbal. *Discurso a la Catolica y Real Magestad del Rey D. Felipe nuestro Señor, en que se le suplica, que considerando las muchas calidades y grandezas de la villa de Madrid, se sirva de ver si conuendria honrarla, y adornarla de muralla, y otras cosas que se proponen, con que mereciese ser Corte perpetua, y asistencia de su gran Monarchia*. 1600.

PÉREZ DE HERRERA, Cristóbal. *A la catolica real magestad del Rey don Felipe III (...) cerca de la forma y traça, como (...) podrian remediarse algunos peccados, excessos, y desordenes (...) de q̃ esta villa de Madrid al presente tiene falta (...) en caso de que su Magestad fuesse seruido, de no hazer mudança con su Corte á la ciudad de Valladolid*. 1601.

PÉREZ DE HERRERA, Cristóbal. *Al catolico y poderosissimo Rey de las Españas, y del Nuevo mundo, don Felipe III, nuestro señor que Dios prospere, y nos guarde muchos años*. 1608.

PLATÃO. *A República*. Maria Helena da Rocha Pereira (trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 7ªed., 1993.

ROJAS VILLANDRANDO, Agustín de. *El buen republico*. Salamanca, 1611.

LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na Aldeia e noites de inverno* (1619). Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

LOBO, Francisco Rodrigues. *La Jornada de la Magestad Catholica del Rey Dom Felipe III* (1619). In: *Obras Políticas, Moraes, e Metricas*. 1723.

MACEDO, Antonio de Sousa. *Flores de Espanã, Excelências de Portugal*. Coimbra: Na Officina de Antonio Simoes Ferreyra, Impressor da Universidade, Anno de 1737.

MONZÓN, Francisco. *Livro Primero del Espejo del Príncipe Christiano*. 2ªed. Lisboa: Impresso en casa de Antonio Goncaulez..., 1571.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de. *Sumário em que brevemente se contêm algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa*. Lisboa, 1551.

OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804.

VASCONCELOS, Luís Mendes de. *Do Sítio de Lisboa, Diálogos*. Lisboa: Na Officina de Luys Estupiñan, 1608.

VITRÚVIO. *Tratado de Arquitectura*. M. Justino Maciel (trad.) Lisboa: IST Press, 2006.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Ana Maria. *As entradas régias portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, [s.d.].
- ARAÚJO, Renata de. Lisboa. *A Cidade e o Espetáculo na época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Imagem e Persuasão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ALVAR EZQUERRA, Alfredo. *La España de los Austrias: la actividad política*. Madrid: Istma, 2011.
- BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BOUZAÁLVAREZ, Fernando. *Felipe II y el Portugal dos Povos. Imágenes de esperanza y revuelta*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura e Representações*. Lisboa: Editora Cosmos, 2000.
- BROWN, Jonathan, e ELLIOT, John H. *A Palace for a King: The Buen Retiro and The Court of Philip IV*. Yale University Pres, 2003.
- CARDIM, Pedro. *Cortes e Cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998.
- CARITA, Helder. Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época Moderna (1455-1521). Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- CASTELO BRANCO, Fernando. *Breve História da Olisipografia*. Câmara Municipal de Lisboa, 1959.
- CEPEDA ADÁN, José. “El Madrid Cultural en la España de Filipe II”. *Madrid. Revista de Arte, Geografía e Historia*. Comunidad de Madrid, nº1, 1998, p. 21-46.
- CIDADE, Hernani. *A Literatura autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Sá da Costa, 1950.
- CORRAL, José del. *El Madrid de Los Austrias*. Avapiés, 1983.
- CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.
- CURTO, Diego Ramada. *Cultura Política no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CURTO, Diego Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1988.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Kahar Editor, 1995.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Estampa, 1987.
- ELLIOTT, John. *España na Europa*. Universidade de Valência. 2003.
- ESCOBAR, Jesús. *Arquitectura y espacio urbano de Madrid em lossiglos XVII y XVIII*. Madrid: Museo de Historia de Madrid, 2017.

- FANTONI, Marcello. *Espacios de poder : cortes, ciudades y villas (S. XVI-XVIII)*. Vol. 2. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2002.
- FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. *Matéria de Espanha: cultura política na Espanha Moderna*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2007.
- FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FURTADO, Junia Ferreira (Org.). *Sons, formas, cores e movimentos na Modernidade Atlântica. Europa, Américas e África*. São Paulo: Annalume, 2008.
- HENRIQUES, Isabel de Castro, LEITE, Pedro Pereira. *Lisboa cidade africana: Percursos de Lugares de Memória, séculos XV-XXI*. Lisboa, 2013.
- HESPAÑA, Antônio Manuel. As cortes e o reino. Da união à restauração. *Cuadernos de História Moderna*. Madrid: Edit. Univer. Complutense, n°11, 1991, p.21-56.
- HESPAÑA, Antônio Manuel. O governo dos Áustria e a “Modernização” da constituição política portuguesa. *Penélope. Fazer e Desfazer História*. n°2, FEV.1989, p.49-73.
- KAMEN, Henry Arthur Francis. *Filipe da Espanha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MARTÍNEZ MILLÁN, José Martínez. La Corte de la Monarquía Hispánica. In: *Studios históricos, História Moderna*. Ediciones Universidad de Salamanca, 28, 2006.
- MARTÍNEZ MILLÁN, José, VISCEGLIA, M<sup>a</sup> Antonietta. *La monarquía de Felipe III: los reinos (vol. IV)*. Madrid: Fundación MAPFRE, 2008, p.31.
- MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, vol III, 1993.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 a 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.
- MIGUEZ, Victor; RODRIGUEZ, Inmaculada. *Las ciudades del absolutismo. Arte, urbanismo y magnificencia en Europa y América durante los siglos XV-XVII*. Universitat Jaume I, 2006.
- MONTOLIÚ, Pedro. *Madrid, Villa y Corte, Historia de una ciudad*. Madrid: Sílex, 1996.
- MOTTA, Marly Silva da. Cabeça da nação, teatro do poder: a cidade capital como objeto de investigação histórica. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional da ANPUH. São Paulo, 1993.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo, Martins Fontes, 1982.
- OLIVEIRA, César (dir.). *História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- PEREIRA, Paulo. Lisboa (séculos XVI e XVII). *Novos Mundos. Portugal e a Época dos Descobrimentos*. Berlim, 2006.
- PUJOL, Xavier Gil. *Tiempo de política*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006.
- PUJOL, Xavier Gil. “Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos séculos XVI e XVII”. *Revista Penélope*, n. 5, 1991.

RÍO BARREDO, M.; BURKE, P. *Madrid, urbs regia: la capital ceremonial de la Monarquía Católica*. Marcial Pons Historia, 2000.

RODRIGUES, Teresa. *Portugal nos séculos XVI e XVII: vicissitudes da dinâmica demográfica*. Porto, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2004.

RODRIGUES, Teresa. *Crises de Mortalidade em Lisboa, séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

ROSSA, Walter. *Fomos Condenados à Cidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

SIEBER, Harry. The Magnificent Fountain: Literary Patronage in the Court of Philip III. In: *Cervantes: Bulletin of the Cervantes Society of America*. 1998.

TENEDÓRIO, José António. *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. 2003.

VALLADARES, Rafael. “¿Madrid o Lisboa?”. *Clío: Revista de História*, nº145, 2013.

VALLADARES, Rafael. *La Conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad política em Portugal, 1578- 1583*. Madri: Marcial Pons Historia, 2008.

YUNCASATILLA, Bartolomé. *Las redes del imperio: élites sociales em la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492- 1714*. Madrid: Marcial Pons, 2009.